

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 238.2.53.O

DATA: 14/10/08

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h

TÉRMINO: 20h

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
16:32	GE	DANIEL ALMEIDA

Obs.:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 238^a Sessão, em 14 de outubro de 2008

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Arlindo Chinaglia
Narcio Rodrigues
Inocêncio Oliveira
Osmar Serraglio
Ciro Nogueira
Waldemir Moka
José Carlos Machado
Manato
Arnon Bezerra
Alexandre Silveira
Deley



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 177 Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, servindo como 2^a Secretária, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Passa-se à leitura do expediente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, servindo como 1^a Secretária, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Simão Sessim.



O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os jornais de hoje, principalmente os matutinos cariocas, dão destaque ao anúncio feito ontem, aqui em Brasília, pelo Ministro José Gomes Temporão, da Saúde, sobre a providencial liberação — ou repasse, como queiram — da verba de 1 bilhão e 80 milhões de reais para o combate à dengue, já a partir do próximo verão.

A iniciativa é muito oportuna, Sr. Presidente. Chega para a felicidade de todos nós Deputados que representamos o Rio de Janeiro nesta Casa, no exato momento em que autoridades sanitárias do Estado se mostram bastante apreensivas com o que vêm chamando de ineficácia no controle do mosquito *Aedes aegypti* em todo o território fluminense.

Agora mesmo, no mês de setembro, o conceituado jornal *O Globo* dedicou duas páginas inteiras de uma de suas edições dominicais para abordar exatamente a “Ameaça do Aedes”, como dizia a manchete, e dar voz a especialistas, alertando para o que chamavam de “*ações deficientes e recursos escassos no combate à dengue*” na região.

Na avaliação desses especialistas, por exemplo, o número de mortes previstas até o final deste ano de 2008, provocadas pela dengue, somente no Estado do Rio de Janeiro, pode ser superior a 300. Lembram que 172 óbitos já foram confirmados e que outros 141 estão sob investigação.

Eu, particularmente, também cheguei a ficar bastante preocupado. É que o chefe do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Medronho, e o Prof. Edmilson Migowski, também da UFRJ, disseram na entrevista ao *Globo* que a minha querida cidade de Nilópolis estaria em



situação de risco, com sua população suscetível, ou seja, não imune, pelo fato de ter sido menos atingida este anos por casos de dengue provocada pelo vírus do tipo 2.

Pois bem, Sr. Presidente, sensibilizado e muito preocupado com o clamor público em virtude da ameaça que o famigerado mosquito da dengue representa para a população brasileira, o Ministro Temporão conclama, agora, a união de todos os brasileiros no combate à doença e disponibiliza, através do Ministério da Saúde, mais de 1 bilhão de reais para a tarefa. E ganha um reforço importantíssimo, que é o bem-vindo apoio do Ministério da Defesa, através do uso das Forças Armadas, além de mais profissionais capacitados.

O Ministério da Saúde vai disponibilizar ainda equipamentos e veículos adicionais aos Estados para melhorar a estrutura da prevenção e combate à doença, e já baixou portaria recomendando às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde que orientem, fiscalizem e punam estabelecimentos comerciais e industriais que não atentarem para a formação de criadouros, a exemplo do que já está fazendo no Rio de Janeiro o Governador Sérgio Cabral.

E mais: a partir do próximo dia 20, a grande mídia nacional começa também a veicular ampla campanha publicitária, convocando toda a população para a missão de combater o frágil, mas temível, mosquito da dengue.

Outra preocupação do Ministro Temporão que eu pude observar refere-se à continuidade das ações de prevenção da dengue pelos atuais Prefeitos, principalmente aqueles que estão deixando o governo, algo em torno de 60% dos mandatários do Executivo Municipal. O Ministro defende como uma das preocupações das equipes de transição a inclusão do combate à dengue na agenda de trabalho dos novos governantes municipais.



Como podemos observar, Sr. Presidente, o Governo Federal confirma, dessa forma, a prioridade conferida ao combate ao mosquito *Aedes aegypti*, razão pela qual quer envolver a população brasileira, através de seus mais diversos segmentos, tais como associações de moradores, entidades de classe, clubes de futebol, empresários etc., formando um verdadeiro exército a serviço da prevenção e da saúde pública.

Haverá este ano aumento imediato de 128 milhões de reais no Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, conforme anunciou ontem o Ministro Temporão, dinheiro que deverá ser empregado exclusivamente em ações para prevenir e combater a doença, garantindo desta maneira orçamento de 740,2 milhões de reais este ano, especificamente para atacar o problema. É uma quantia 30% maior que o valor repassado no ano passado e, por que não dizer, o maior volume de recursos já investidos pelo Ministério da Saúde para esta finalidade.

E o Estado do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, região que tenho a honra de representar nesta Casa, está sendo contemplado nesta guerra com um reforço de mais de 18,6 milhões de reais este ano, dinheiro que vai potencializar a capacidade de pelo menos 44 Prefeituras, no sentido de que dêem resposta rápida e eficaz diante da iminência de um surto ou coisa parecida.

Para finalizar, resta-me parabenizar o Governo Federal, através do Ministro José Gomes Temporão, pelo gesto de grandeza e espírito público, pela agilidade e compromisso com a sociedade e por não medir esforços na defesa da nossa gente já sofrida, que não pode conviver mais com o medo do desprezo que os Poderes Públicos neste País tanto impuseram à da população brasileira.

Muito obrigado.



O SR. MAURO BENEVIDES - (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, em várias oportunidades, nesta mesma tribuna, transmiti apelo ao Governador do Estado, Cid Gomes, a fim de que autorizasse a construção da estrada que liga Croatá ao Município piauiense de Pedro II, ensejando o intercâmbio entre as duas unidades federadas, estimulando as recíprocas exportações numa área em que os produtos hortifrutigranjeiros são objeto de transações diárias entre os produtores naquela faixa geográfica do Nordeste.

Em recente campanha realizada em praça pública, reiterei o aludido compromisso, para cuja concretização cheguei a destinar 300 mil reais como primeira parcela destinada a viabilizar o almejado empreendimento, de notável relevância socioeconômica.

Agora, por meio da Tomada de Preços nº 204, de 2008, o Executivo fez divulgar edital com tal objetivo, o que gerou expectativa entre os habitantes da citada comuna, sequiosos por verem concretizada uma iniciativa reclamada na citada área do nosso território.

A pavimentação, portanto, da rodovia vicinal, estendendo-se até a divisa da terra governada por Wellington Dias, deverá significar a efetivação de um desejo que desafiou políticos há vários anos, sem que algo de positivo fosse, de fato, tornado realidade.

O total da obra, nos termos do referenciado edital, prevê um dispêndio de 917 mil, 633 reais e 72 centavos, para cuja complementação deverei assegurar nova dotação, coadjuvando, assim, o esforço do Governo Estadual, tornando-se, assim, positiva a ansiada reivindicação.



O Departamento de Edificações e Rodovia — DER já vem adotando as medidas cabíveis, que acompanharei atentamente, na qualidade de representante de Croatá neste plenário.

Com o presente registro, desejo cumprimentar o Governador Cid Gomes e a beneficiária maior da iniciativa, a Prefeita Aurineide Pontes, cuja visão administrativa há sido comprovada pela recente manifestação do eleitorado local, quando escolhido também foi o seu Vice, Antonio Onofre, destacado homem público, com liderança invejável no seio de seus conterrâneos.

Some-se a esse fato auspicioso a instalação da antena da empresa de telefonia celular Claro em Croatá, o que significa mais um melhoramento reivindicado pela população daquele município que tenho a imensa responsabilidade de representar no plenário desta Casa.

Muito obrigado.



A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para informar que o Ministério de Minas e Energia reconheceu oficialmente o estado de emergência no setor de energia elétrica no Amazonas. A Portaria nº 347, publicada no dia 10 do corrente mês e assinada pelo Dr. Márcio Zimmermann, que compõe a diretoria da ELETROBRÁS, afirma que a situação de emergência foi considerada em função da capacidade insuficiente de geração, transmissão e distribuição da Manaus Energia. Segundo a Portaria, há necessidade de antecipação de reforços na rede local de transmissão e de subtransmissão para futura integração da Região Metropolitana de Manaus ao Sistema Interligado Nacional.

Sr. Presidente, quero lamentar que só agora ela tenha sido publicada, porque há muito tempo temos reportado o problema ao Ministério. A população do Amazonas, tanto na Capital quanto no interior, sofre todos os dias com a falta de energia. Por isso espero que a solução venha o mais rapidamente possível.

Era o que tinha a dizer.



O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, marisqueiras e pescadores, têm-se falado muito em redução no esforço de pesca. A SEAP e o IBAMA têm trabalhado no sentido de reduzir a quantidade de barcos de pesca no mar, ou seja, não fornecer permissão para outros barcos. No entanto, mais que isso, é necessária a criação de recifes artificiais para que haja sustentação da flora e fauna marinhas.

O Brasil tem cerca de 8 mil quilômetros de litoral, dos quais 573 estão no Ceará, de onde grande número de pescadores artesanais, com suas jangadas, botes, canoas e bastardos, tiram o sustento de suas famílias, gerando vida direta e indiretamente nas cidades praianas do Ceará.

Dessa forma, no intuito de aumentar a produção pesqueira, apresentei a Indicação nº 870, de 2007, para a criação e recriação de recifes artificiais por meio de contêineres a serem naufragados em área conhecida como “Serra Pelada”, próxima ao Porto de Mucuripe, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Outro fato para o qual volto a chamar a atenção é o caso dos mais de cem contêineres na área das Docas, no Porto do Mucuripe, pois no inverno existe ali um berçário de mosquitos da dengue, o que prejudica a saúde da população. Se tivéssemos lançado os contêineres ao mar, fora da rota da navegação, os mesmos se transformariam em recifes artificiais, beneficiando os pescadores.

Se nossa indicação tivesse sido aceita, hoje o pescador já estaria tirando o sustento desses recifes artificiais, mas até hoje estão só debatendo, sem nenhuma ação nesse sentido.

Quero dizer que hoje apresentarei indicação ao Ministério do Meio Ambiente para a criação de recifes artificiais por meio de contêineres. Assim, faço um apelo ao



Ministro Carlos Minc, para que possamos encontrar uma solução que atenda aos anseios do setor pesqueiro e contribua para a saúde pública no Porto do Mucuripe.

Era o que tinha a dizer.



O SR. BARBOSA NETO (Bloco/PDT-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, procuro pautar meu mandato pela atenção à demanda popular. Procuro sempre escutar os cidadãos que me procuram e me enviam mensagens, sempre tentando aprimorar meu trabalho nesta Casa e ir ao encontro dos interesses populares. Por este motivo, trago hoje à tribuna a sugestão da Sra. Daniele Xavier, feita via *e-mail*, sobre uma Lei de Tolerância Zero à Corrupção.

Fazendo uma analogia com a lei de zero álcool no sangue, a cidadã lembra que a corrupção é algo muito sério, talvez mais do que os bêbados ao volante. A corrupção, da mesma forma que os motoristas embriagados, tira a vida de vários brasileiros, que ficam sem saneamento básico, saúde, remédios, segurança, enfim, diversos itens que garantiriam o bem-estar social e os seus direitos individuais. E seus malefícios geram seqüelas por várias gerações.

Por isso, sugerimos:

1 - que a corrupção torne-se crime hediondo: roubar é tirar dinheiro de hospitais, de delegacias, enfim, de instrumentos do Estado que estão presentes para ajudar o cidadão, e por falta de recursos falham em seu dever precípuo;

2 - o fim do foro privilegiado;

3 - que a imunidade fique restrita às atividades legislativas: como é garantido na nossa Constituição, reforçaríamos a noção de que apenas a nossa atividade legislativa é protegida pela imunidade, atos à parte dela seriam passíveis de processos judiciais;



4 - que candidatos com condenação pregressa fiquem inelegíveis. Representante do povo tem de ter currículo perfeito. Quer ser homem público? Pois ande na linha desde cedo.

5 - que renúncia não interrompa o processo de cassação: uma das coisas mais escandalosas na política é vermos homens públicos renunciando a seus cargos para evitarem que a justiça seja feita — se quisermos moralizar nossos atos, precisamos acabar com essa prática.

São essas algumas sugestões que a cidadã nos faz, e eu as compartilho com o Plenário.

Isso, sem dúvida alguma, reflete o espírito e a vontade de grande parte da população brasileira em relação a seus representantes públicos. Que hora melhor para divulgar isso, se não agora, quando as eleições municipais chegaram ao fim na grande maioria dos municípios brasileiros?

Este é um assunto para se refletir a respeito e para servir como guia na nossa vida pública, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.



O SR. IRAN BARBOSA (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita felicidade e extrema alegria que ocupo a tribuna desta Casa para trazer-lhes a história de um religioso de fé inquebrantável, humilde e benevolente, de um ser humano, acima de tudo, de uma figura das mais notáveis. Trata-se do frei italiano Miguelângelo de Cíngole — para nós, sergipanos, Frei Miguel.

Dificilmente encontraremos em Aracaju, ou mesmo em Sergipe, alguém que não reconheça a figura do Frei, com suas vestes típicas dos franciscanos, a longa barba branca, o corpo curvado pelo peso dos anos, a peregrinar pelas ruas da Capital, visitando doentes, dando força aos carentes, assistindo os desamparados, levando fé aos fracos de espírito e esperança aos marginalizados.

Às portas de completar seu centenário de vida, no próximo dia 30 de outubro, é preciso deixar nos Anais desta Casa o registro de sua bela e inspiradora história, a fim de que ela sirva de lição para as gerações futuras. E essa é uma das razões de eu ocupar a tribuna para lembrar essa figura notável, um exemplo de ser humano. Se Frei Miguel não tivesse sofrido um derrame, certamente ainda hoje estaria fazendo suas peregrinações diárias pelas ruas de Aracaju. Mas sua força espiritual e humana é tal que, mesmo próximo de completar seus 100 anos, às 6 horas ele já está celebrando a primeira missa do dia, na Igreja São Judas Tadeu, no Bairro América, na Capital sergipana. E ainda hoje ouve as confissões de quem vai até ele.

Sua história é longa e rica. Nasceu em 30 de outubro de 1908, em Cíngoli, na Itália, com o nome de Serafim Césare. Após fazer os estudos primários, entrou no Seminário dos Frades Menores Capuchinhos da Província das Marcas de Ancona, ordenando-se sacerdote em 29 de julho de 1934, em Ascoli Piceno.



Em suas peregrinações missionárias pelo mundo, veio parar no Brasil em 28 de outubro de 1935, mais precisamente na Bahia. Como ele mesmo explica, veio por um ato de caridade com os frades capuchinhos baianos, que estavam aqui há muitos anos e já se mostravam cansados. Em terras brasileiras, foi rebatizado como Frei Miguel. Em Esplanada, na Bahia, foi professor do seminário, mestre dos noviços, desempenhando ainda as funções religiosas de vigário de Aporá e do Conde. Também exerceu atividade missionária em Entre Rios, Rio Real, Jandaíra e Redondezas. O mesmo ideal missionário levou-o a atuar em Vitória da Conquista (1947 a 1953), Jaguaquara (1951), Feira de Santana (1956), na qualidade de Superior e de Pároco.

Por designação da Ordem, foi enviado para Aracaju em 1963. Nesses mais de 44 anos em terras sergipanas, foi também vigário de Maruim, Santo Amaro, Rosário do Catete e General Maynard. Mas, sem sombra de dúvida, é no Bairro América, em Aracaju, que Frei Miguel vai escrever o seu maior legado, mais precisamente na Igreja de São Judas Tadeu, que ele, juntamente com Frei Faustino, ajudou a erguer com muito sacrifício, abnegação e fé.

Enganam-se os que, hoje, vêem a figura um tanto frágil de Frei Miguel, agora apoiado em uma bengala pelo peso da idade. Mas foi praticamente ele quem comandou a construção dessa que é uma das maiores igrejas de Aracaju. Foi ele mesmo que esteve à frente da edificação da Igreja, junto com o mestre de obras e o Frei Faustino, mais responsável por buscar as verbas para a construção.

A comunidade do Bairro América e a comunidade aracajuana sentem-se imensamente agradecidas pela presença viva de Frei Miguel. Vêem nele muito mais do que um exemplo de humildade, caridade e solidariedade. Vêem nele um grande



exemplo de vida, de homem simples que jamais distingue as pessoas por sua classe social, de sabedoria ímpar, vinda da experiência, da leitura e da oração. Por isso, são muitos os seus fiéis. Estes e quem mais o procure serão sempre recebidos com um sorriso e terão à disposição a mão amiga, o conforto na hora mais dura, o perdão. São incontáveis os números de confissão, batismo, extrema-unção e casamento que ele já realizou na cidade.

Em sua paróquia, na Igreja São Judas Tadeu, funciona um centro de assistência social, comandado por ele durante muitos anos, onde acolhe aqueles que precisam, sempre com muito carinho e espírito fraternal. Acolher e ajudar o próximo, essa é a sua missão.

Para nossa satisfação, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa figura singular e emblemática de Frei Miguel, próxima de completar 100 anos de vida, goza ainda de boa saúde, de bom humor contagiante, de boa memória e de incrível serenidade. Como ele mesmo diz, “o importante é ter saúde no coração; é saber servir e não dizer ‘não’”.

Registro que a Paróquia São Judas Tadeu está preparando uma grande festa para celebrar o centenário de Frei Miguel. A comunidade, este ano, vai estender um pouco mais a festa de São Judas, que se comemora no dia 28. No dia 30, aniversário de Frei Miguel, será celebrada missa campal em frente à igreja que ele ajudou a erguer, no Bairro América.

Farei ainda alguns breves comunicados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entre os dias 16 e 19 de outubro próximos, será entregue o Prêmio pela Paz, da Pax Christi Internacional, ao Bispo D. Luiz Cappio e às organizações e movimentos sociais, povos e comunidades



tradicionais envolvidos na luta pela revitalização do São Francisco e contra o projeto de transposição das águas daquele rio.

O Prêmio pela Paz é outorgado pela Pax Christi Internacional, anualmente, desde 1988, a homens e mulheres que defendem a paz e a não-violência em qualquer parte do mundo. D. Cappio é o terceiro brasileiro a receber o prêmio. A sindicalista Margarida Alves recebeu-o postumamente, em 1988. O segundo a receber o prêmio foi o membro do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, Sérgio Vieira de Mello, morto vítima de um atentado terrorista no Iraque.

Para os que não recordam, entre 1993 e 1994, D. Luiz Cappio fez uma peregrinação de 1 ano entre a nascente e a foz do rio, denunciando seu estado deplorável e animando as comunidades a lutarem em sua defesa. Em 2005 e 2007, num gesto heróico, fez 2 jejuns pela revitalização do rio e contra o projeto de transposição. A entrega será marcante também por ocorrer no Brasil; pela primeira vez, fora da sede européia da Pax Christi.

O outro comunicado que faço diz respeito ao lançamento de um livro sobre D. José Vicente Távora, de autoria do bravo Padre Isaías Nascimento, a quem devoto grande respeito por sua história de luta, na região do Baixo São Francisco, por uma sociedade sem desigualdades, reforma agrária e paz no campo.

O lançamento do livro de Padre Isaías, intitulado Dom Távora — o bispo dos operários, será hoje, dia 14, às 19h30min, na Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Orlando Dantas, Aracaju. Na abertura do evento será celebrada uma missa. Segundo declarações do próprio autor, o objetivo central do livro é mostrar para Sergipe a riqueza da história da Igreja junto à sociedade, por meio de um dos seus maiores expoentes.



D. José Vicente Távora teve uma atuação estreitamente ligada aos trabalhadores rurais. Reagiu à miséria, à fome e ao analfabetismo; foi criador e principal dirigente do Movimento de Educação de Base (MEB), que inovou, alfabetizando por meio da Rádio Cultura, também criada por ele em 1959; foi também grande defensor da reforma agrária.

Desde já, parabenizo o Padre Isaías pela obra. Desejo a ele sucesso e que seu livro possa ajudar a disseminar a vida e a obra deste que foi um dos mais influentes nomes da Igreja Católica em Sergipe, o Bispo D. José Vicente Távora, que lutou até mesmo contra os ditadores militares de plantão para proporcionar uma nova consciência de libertação aos trabalhadores rurais massacrados pela elite latifundiária sergipana.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero protestar contra uma farsa, um verdadeiro absurdo, que envolve uma interpretação completamente equivocada do Governo de São Paulo, em relação à Lei nº 11.738, sancionada em 16 de julho deste ano pelo nosso Presidente Lula, instituindo o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público.

Foi com espanto e total indignação que li no jornal *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 8 de outubro, que o Governo tucano de José Serra, para burlar um dos dispositivos da Lei do Piso Salarial, mais precisamente o que diz respeito à reserva de um terço da jornada de trabalho dos educadores para atividades complementares à interação com os alunos, está adotando uma medida, no mínimo, esdrúxula.

Em mais um ataque à Lei do Piso, os tucanos paulistas decidiram contabilizar como horário para preparação de aulas, seleção de materiais e textos, elaboração



de subsídios didáticos, definição e organização de visitas, viagens e roteiros de estudos, além da avaliação do trabalho pedagógico, simplesmente os intervalos de 10 minutos que ocorrem entre as aulas na rede estadual.

A Lei nº 11.738/08 não trata com tamanha irresponsabilidade algo tão importante para o sucesso do processo ensino-aprendizagem! A lei não manda tirar o direito do professor de ir ao banheiro, de beber água entre uma aula e outra, de reorganizar a linha de raciocínio e os materiais para as novas aulas nas novas turmas. A lei, é bom que se diga, aprofunda e atualiza o que já era definido em 1996 pela LDB e em 1997, pela Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Educação, além de alargar o percentual destinado pelo Plano Nacional de Educação a essas atividades imprescindíveis ao bom desempenho da tarefa de ensinar.

A Lei do Piso simplesmente rompe com a tolerância ao trabalho realizado e não pago dos educadores, que eram obrigados a cumprir sua jornada de trabalho integralmente com os alunos e a utilizar seus finais de semana, horas de lazer e de convívio familiar com as demais atividades integrantes do seu fazer profissional.

Portanto, o que a lei diz é exatamente o oposto do que está contido na perversa medida do Governo Serra, pois determina que os educadores têm de ter mais tempo disponível para pensar na elaboração de suas aulas e selecionar conteúdos, refletir sobre métodos, selecionar instrumentos e ambientes pedagógicos adequados às suas aulas.

A medida tem o objetivo de beneficiar o ensino público, de beneficiar milhares de centenas de estudantes. A interpretação do Governo paulista é absurda. Não tem nada a ver com a legislação, discutida amplamente com todos os segmentos da



educação, que aprovamos na Câmara, que foi aprovada no Senado e que depois foi sancionada pelo Presidente Lula.

Com o argumento de que adotou a medida para ajustar a rede estadual à lei federal, no que concerne à jornada de trabalho dos docentes da educação básica, mais uma vez o Governo tucano de José Serra mostra a sua verdadeira face, ou seja, o total desrespeito aos trabalhadores da educação e a falta de compromisso com a qualidade da educação pública. É mais um ataque à Lei do Piso, como tantos outros feitos por Serra e outros 2 governadores tucanos — o de Minas Gerais, Aécio Neves, e a do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius. Não podemos esquecer que, na época da aprovação da lei federal, a gestão Serra dizia que o investimento a mais de R\$1,4 bilhão na folha de pagamento dos professores atrapalharia ações como reforma de escola e pagamento de bônus por desempenho aos educadores.

Quem se recusa a investir mais na educação, quem se recusa a garantir melhor qualidade à educação e quem se recusa a ampliar o acesso à escola pública é, notadamente, um inimigo do povo, um inimigo dos trabalhadores.

Não aceitaremos esse absurdo. Como estamos fazendo desde a sanção do piso salarial, vamos continuar a lutar ao lado das entidades que nos representam, como a Central Única dos Trabalhadores — CUT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe — SINTESE, para ver medidas como essas sepultadas de uma vez por todas.

Lembro que, na semana passada, mais precisamente na quarta-feira, dia 8 de outubro, na Comissão de Educação e Cultura, da qual sou titular, aprovamos nota de total apoio, emendada por mim, à Lei do Piso Salarial, inclusive com destaque



para a questão da reserva do mínimo de um terço da jornada de trabalho para atividades inerentes ao fazer pedagógico.

Aproveito para dizer que, na qualidade de titular da Comissão de Educação e Cultura, apresentarei, o mais rápido possível, requerimento pedindo à Comissão que se manifeste contrariamente, que repudie ações como essas. Não podemos aceitar que propostas dessa natureza, que massacram e penalizam os professores, tenham eco.

Registro minha total solidariedade aos professores paulistas e às entidades que os representam. Estamos juntos nessa luta!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Narcio Rodrigues, ocupo a tribuna neste momento para defender a realização de plebiscito sobre a adoção do voto facultativo no Brasil. O pedido foi feito pelo Deputado Magela, do Partido dos Trabalhadores. Na minha avaliação, o voto não pode ser obrigatório numa democracia, senão ela deixa de ser democracia.

Precisamos instituir, o mais rápido possível, o voto facultativo no Brasil. Há pessoas de correntes contrárias que dizem que isso vai estimular a compra de votos. O brasileiro já não tem mais a postura que teve tempos atrás, quando os coronéis dominavam. O povo mostrou o seu posicionamento por meio do voto nulo, do voto em branco.

Sou plenamente favorável ao voto facultativo e vou trabalhar por ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último 13 de outubro, os fisioterapeutas e os terapeutas ocupacionais comemoraram mais um ano de lutas e conquistas.

Há 39 anos, o Decreto-Lei nº 938, de 1969, reconheceu a categoria como de profissionais de nível superior, diplomados por escolas e cursos reconhecidos pelo MEC. Com o decreto, passou a ser privativa da atividade do fisioterapeuta “exercer métodos e técnicas fisioterapeutas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente”.

Seguiram-se várias conquistas, entre elas a regulamentação da profissão (Lei nº 6.316, de 1975) e a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, por meio dos quais esses profissionais vêm ocupando espaço importante no sistema de saúde.

Inúmeras estão sendo as homenagens prestadas a esses profissionais em todo o Brasil. No meu Estado, o Ceará, a Assembléia Legislativa realizou sessão solene em que vários Parlamentares enfatizaram o papel relevante dessa categoria na saúde pública brasileira. Na ocasião, foi condecorada, em nome dos terapeutas ocupacionais, a Vice-Presidenta do CREFITO (Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional), Luziane Feijó Paiva, e ainda, representando os fisioterapeutas, o Dr. Ricardo Lotif Araújo, atual Presidente do Conselho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta Casa legislativa há várias iniciativas que visam ao fortalecimento da categoria e que precisam ser priorizadas, como a realização de audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e na Comissão de Educação e Cultura, no sentido de dirimir



conflitos que ainda existem no exercício da profissão. Da mesma forma, há também projetos que fixam o salário mínimo da profissão; que sugerem a incorporação desses profissionais no programa Saúde da Família; e ainda outros que normatizam os direitos profissionais.

É importante ressaltar que o sistema de saúde, tanto na promoção como na assistência, realizam serviços multiprofissionais, entre os quais a fisioterapeuta tem papel muito importante, seja na reabilitação e reintegração do paciente à sociedade, seja no trabalho realizado com os idosos, classe freqüentemente acometida por problemas de locomoção. Na atividade de prevenção de doenças, a atuação desses profissionais no período pré-patogênese contribui sobremaneira para evitar o surgimento de doenças mais graves, reduzindo custos no atendimento e melhorando a qualidade de vida dos pacientes.

São inúmeras as atividades que esses profissionais desenvolvem em todos os níveis de atenção à saúde da população, desde os pacientes com enfermidades crônicas e degenerativas até os pacientes portadores de deficiências, os incapacitados, desassistidos e, ainda, ações terapêuticas preventivas para impedir a incapacidade funcional laborativa e reduzir os riscos de acidente de trabalho.

Nesta ocasião, quero me associar às homenagens prestadas aos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, aproveitando para destacar o importante trabalho desenvolvido pelos Drs. Ricardo Lotif Araújo e Luziane Feijó Paiva à frente do CREFITO-6, como também pelo Presidente do COFFITO (Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional), Dr. Roberto Mattar Cepeda, na defesa dos interesses da categoria.

Muito obrigado.



O SR. BETO FARO (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde a década de 30, quando teve início o processo de industrialização do Brasil, via substituição de importações, até o início da crise da dívida externa, no começo da década de 80, os indicadores macroeconômicos do País deram um salto notável. Desde então, o Produto Interno Brasileiro acelerou de maneira tão intensa que deixamos de ser a 56^a economia mais importante do mundo e passamos a ser a oitava.

É fato que, principalmente na década de 50, se tivéssemos realizado a reforma agrária na escala e forma exigidas por um padrão de desenvolvimento fortemente assentado no desenvolvimento do mercado interno, seguramente não manteríamos vulnerabilidades econômicas externas tão acentuadas. Tampouco teríamos atingido as enormes vulnerabilidades sociais internas que constrangem nosso País.

De todo modo, mesmo com o grande descompasso entre indicadores econômicos e sociais, neste meio século da nossa história, a pobreza, que atingia mais de quatro quintos da população, foi reduzida e passou a atingir menos de dois quintos; e o analfabetismo, segundo o IPEA, que atingia cinco sextos dos brasileiros, caiu e passou a atingir um quinto.

Ocorre que, desde a crise do endividamento até 2002, o Brasil parou. Foram 25 anos de estagnação econômica combinada com inflação, perpassados por planos econômicos mirabolantes e ao mesmo tempo desastrosos. A economia brasileira parou, e recuamos brutalmente em nossos indicadores civilizatórios.



Assim, não obstante a industrialização, o Brasil ainda é identificado por integrar o grupo de nações campeãs mundiais em desigualdades sociais, composto por países que nem remotamente apresentam a força da economia brasileira.

O Presidente Lula tomou posse num ambiente de profundas ameaças econômicas que já alimentavam o golpismo da Direita. Todavia, em pouco tempo a economia voltou a apresentar dinamismo, e o Brasil de hoje começa a oferecer um cenário bem diferente.

Conforme observação do Presidente do IPEA, em recente artigo publicado em revista de circulação nacional, com a expansão econômica acumulada nos últimos 6 anos, 67% superior à observada ao longo de toda a década de 80, o País registrou a criação de 15,3 milhões de postos de trabalho — dois terços deles de assalariados e pessoas com carteira assinada.

Neste ambiente de resgate do otimismo com o futuro do Brasil, o Governo vem atuando de forma obstinada para a erradicação da pobreza.

Com efeito, Sr. Presidente, os diversos instrumentos destinados à transferência de renda e à qualificação da assistência social nos mais variados setores já resgataram milhões de brasileiros até então banidos da cidadania.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a política socioassistencial, no Brasil, está ancorada em 2 pilares básicos: Bolsa-Família e Benefício de Prestação Continuada.

Esses 2 benefícios alcançam, hoje, milhões de pessoas e são apontados em estudos recentes como os principais responsáveis, no que tange à política social, pela redução dos índices de pobreza.



No que diz respeito ao volume de recursos, o Bolsa-Família responde por cerca de 97% do total dos recursos do MDS destinados a programas sociais. No presente ano, o programa prevê a aplicação de R\$11 bilhões em transferência para as camadas da população em estágios mais profundos de emergência social.

O Bolsa-Família, carro-chefe do leque de programas sociais, vem obtendo avanços importantes, tanto no campo da sua institucionalidade, quanto em termos de cobertura e valor de benefícios. Neste caso, apenas neste ano, o benefício básico do programa sofreu 2 reajustes. Todavia, os avanços mais importantes se expressam especialmente na progressiva coordenação das políticas e esforços entre os entes federados para unificação e uniformização de políticas de garantia de renda.

O rumo na direção desse verdadeiro mutirão nacional pela erradicação da pobreza e da desigualdade, envolvendo os Poderes Executivos da União, dos Estados e dos Municípios, tem sido possível graças aos avanços também observados na gestão, no monitoramento e na transparência da execução do programa.

Entre os demais programas executados com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, de natureza não discricionária, que visam a atacar problemas específicos relacionados ao quadro social brasileiro, destaco o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o Programa Agente Jovem, recentemente convertido no ProJovem Adolescente, incorporado como benefício dentro da estrutura de operação do Bolsa-Família.



Em síntese, Sr. Presidente, o Governo Federal, isoladamente ou em parceria com os Estados, tem lançado mão de um arsenal de programas de combate à pobreza e à desigualdade para potencializar os efeitos, nesta direção, da retomada do dinamismo da economia brasileira. No entanto, devemos reconhecer que eliminar problemas enraizados ao longo dos 5 séculos da nossa história não é tarefa banal. Tanto é que, mesmo com o concurso dessa vigorosa política social e da elevação notável do emprego e da recuperação do valor do salário mínimo, ainda não se sabe claramente se está havendo um processo de distribuição funcional da renda em nosso País.

Em outras palavras, todos estão ganhando com a expansão da economia, mas os detentores do capital estão ganhando muito mais. A recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios promovida pelo IBGE aponta claramente esse processo. Ela confirma ascensão social interna nas faixas de rendimento do trabalho. Significa que grande parte dos brasileiros que estão na base da pirâmide social migrou para faixas intermediárias de renda. Esse fenômeno ocorre basicamente nas Regiões Nordeste e Norte do País. Também se constata a mobilidade social das faixas intermediárias para as faixas mais elevadas do rendimento do trabalho, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste. Todavia, esse monitoramento da renda permitido pela PNAD está restrito a um faixa da nossa população que participa com 40% da renda nacional. A pesquisa do IBGE não mede os ganhos do capital com juros, aluguéis, renda da terra etc. Segundo estimativas de especialistas, esses ganhos têm ocorrido de forma muito superior aos dos rendimentos do trabalho.



Sem dúvida, estamos diminuindo a pobreza e a miséria de forma significativa, mas não se pode chegar a essa mesma conclusão quanto às expectativas de redução das assimetrias entre capital e trabalho, na apropriação da renda nacional.

Tudo indica que essa é uma obra do futuro, possível apenas com o amadurecimento democrático da nossa sociedade, pois exige reformas estruturais politicamente improváveis nos dias atuais — entre outras, nas esferas tributária, trabalhista e fundiária —, que tornem reais as quimeras consagradas na Constituição de 1988.

Mas este futuro já está sendo construído no presente, com a continuada redução da pobreza. Com o intuito de tentar captar um indício desse fenômeno, tomei a iniciativa de protocolar requerimento de informações ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, solicitando o quadro das famílias beneficiárias pelo Bolsa-Família que, voluntariamente, pediram o desligamento do programa por não mais se enquadarem nas condições de pobreza e extrema pobreza.

A resposta enviada mostra que, até julho de 2008, mais de 60 mil famílias abandonaram o programa de forma voluntária. Obviamente, milhares de outras permanecem nele, mesmo não se enquadrando mais em seus critérios.

O Nordeste foi a região que apresentou o maior número de pedidos de desligamento do programa (18.258 famílias), seguido do Sul (16.889 famílias), do Sudeste (17.296 famílias), do Centro-Oeste (4.477 famílias) e do Norte (3.245 famílias).

No Norte, o meu Estado, Pará, respondeu por 38% da migração voluntária do Bolsa-Família na região — 1.225 famílias, de forma consciente e cidadã,



abandonaram o programa por não mais precisarem da sua assistência. Assim, abriram espaço para a inclusão de outras famílias enquadráveis nos critérios e na filosofia do programa.

Espero, Sr. Presidente, que a crise financeira que já contaminou a economia real em todo o mundo não resulte no infortúnio de vermos a regressão desse processo de ascensão material e social de milhões de brasileiros, desde sempre segregados na história do nosso País.



O SR. WILLIAM WOO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Narcio Rodrigues, peço a V.Exa. que autorize a publicação nos Anais da Casa do editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado *Para Melhorar a Segurança*.

O editorial trata das estatísticas reveladoras do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, do qual tiramos uma importante lição: os Estados onde as políticas de segurança foram mantidas a longo prazo obtiveram resultado significativo. Exemplo disso é que São Paulo já tem um número absoluto de assassinatos, 4.877, apesar de ser um Estado muito maior que o Rio de Janeiro, onde esse número é de 5.504. Não só isso, a redução da criminalidade em São Paulo foi de 19,5%, enquanto no Rio foi de 3,6%.

Isso é muito importante porque mostra que a política de integração do trabalho da Polícia Civil com o da Polícia Militar tem resultados importantíssimos. Agora, com o Governador José Serra, há a continuidade do programa da Secretaria de Segurança Pública.

Obrigado.

EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 33 A 33-A)



O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero parabenizar a Direção da Casa, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e várias entidades lutadoras pela abertura do 2º Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos.

V.Exa. sabe bem, Sr. Presidente, que a democracia veio para o Brasil, mas, infelizmente, milhares de brasileiros ainda não foram anistiados e reincorporados às suas funções. É importante essa luta, nesses 20 anos da Constituição, para que sejam resgatados os direitos desse povo que sofreu na ditadura e que até hoje não foi reintegrado aos seus quadros.

Amanhã, 15 de outubro, é o Dia do Professor. Saúdo todos os colegas professores pelo seu dia. Mas todo dia é dia do professor e da educação. Cito uma frase simbólica de Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Parabenizo todos os professores e professoras brasileiros associados às entidades (CNTE, ANDES, ANDIFES, CRUB, CONSED, UNDIME, CNE, FASUBRA/CUT, UNE, UBES, SINTEGO, CE, PROIFES, SINPRO, ADUF, APUC, UnB, USP, PUC/SP, UNIP, UNIVERSO, ULBRA, UniEVANGÉLICA, UNIANHANGUERA, UEG, CEFETs, MEC, IFET, SE, SME, UFG, UCG e amanhã, UNILA e UNILAB); dos colégios, escolas de educação infantil, fundamental e média do ensino básico; da alfabetização de jovens e adultos; e das faculdades e universidades brasileiras públicas e comunitárias.

Parabéns, mestres de todas as ciências, disciplinas, ideologias, crenças, conhecimentos e saberes, de todas as teorias e práticas, vivências e experiências, ensinos, aprendizagens, extensões e estágios que forjam, formam, capacitam,



qualificam e oportunizam idéias, projetos, vidas, trabalhos, desenvolvimentos, empreendedorismos e realizações para nossas juventudes dos campos e cidades, na construção de uma sociedade mais justa e fraterna para todas as pessoas, para todas as famílias. Dessa forma, colaboram como sujeitos, mulheres e homens, nos campos, nos cerrados, nos sertões dos Municípios de Goiás e do Brasil, hoje e amanhã, neste século XXI do terceiro milênio, para satisfazer muitas necessidades e aspirações legítimas, justas e sociais.

Oxalá, amanhã possamos construir uma nação cheia de cultura da paz, liberdade, ética, verdade, cidadania, democracia, direitos humanos e felicidades, numa pátria comum de todos os brasileiros. Devemos ter muita fé em Deus e esperança de melhores condições de vida, trabalho, salário, saúde, moradia, promoção e realização humana e social.

Parabéns, mestres, estudantes, servidores, famílias, comunidades, mídias, escolas, partidos e movimentos sociais educadores, início e fim de toda formação e realização de nossas crianças e adolescentes, no presente e no futuro, neste Brasil do cerrado, caatinga, pampa, amazônia, pantanal, mata atlântica, zona costeira, com suas mil biodiversidades de fauna, flora, águas, ares, terras.

Viva Goiânia e todas as cidades de Goiás e do Brasil, de JK a Lula, que investem maciçamente em educação, com dezenas de novas universidades federais, CEFETs, FUNDEB, REUNI, PROUNI, Piso Salarial, CRAS, PETI, Pró-Jovem, ENAD, PDE, IDEB!

Esperamos que haja mais verbas para programas, bolsas de pesquisas, pós-graduação, por meio do INEP e da CAPES, para pontos de cultura, salário-educação, merenda e transporte escolar, Bolsa-Família, com obrigatoriedade de



matrícula e desempenho escolar para crianças e adolescentes e capacitação de jovens e adultos, resultado da integração do trabalho do MEC, MCT, MINC, e MDS.

É preciso ressaltar a valorização continuada da educação e cultura, bem assim a dos professores, pesquisadores, promotores culturais, orientadores, dirigentes, instrutores, aprendizes, para que haja um país melhor amanhã.

Parabéns, mestres do ensino básico e universidades comprometidas com a formação integral de nossa juventude, que sempre marcou posição na construção de uma pátria livre; uma juventude solidária com a humanidade.

Viva todos os mestres de ontem, de hoje e certamente do amanhã, de mil primaveras cheias de sóis e chuvas para todos; de primaveras cheias de mel, educação, poesia, alegria, dignidade, arte, pluralidade, diversidade, respeito e oportunidade na história que nos é dada: nascer, viver, estudar, ver, ouvir, aprender, ensinar, amar e realizar sonhos e utopias, em todos os lugares e tempos. Um outro mundo é possível.

Abrimos um parêntese para pedir a participação de todos e informar que, no fim de janeiro de 2009, Belém, Capital do Pará, sediará outro Fórum Social Mundial (mais informações no site www.forumsocialmundial.org.br) para descobertas, debates, estudos, conhecimentos, críticas, encontros, manifestações, ensinamentos e aprendizagens, porque as lutas continuam por um mundo globalizado e solidário, sem explorados e sem exploradores, do Ártico ao Antártico. E sempre sem ganâncias, crises financeiras especulativas, papéis podres do neoliberalismo, violências, corrupções e capitalismos predadores da natureza e do trabalho humano.

Em 15 de outubro comemoramos o Dia do Professor; em 17 de outubro, o aniversário da UCG de D. Fernando, Nacca, D. Washington Cruz, Wolmir; e em 14



de dezembro, o aniversário da UFG de Colemar Natal e Silva e Edward Madureira. Todos os dias comemoramos o aniversário de milhões de professores, sem medo de ser feliz.

Parabéns, mestres dos corpos e das almas de todas as nossas gerações, das ensinâncias que esperamos sentir mais, e que sejam melhores, para uma vida igual e digna de ser vivida no planeta azul, e amanhã, nas galáxias sem fim.

A luta é árdua em casa, nas salas de aula, com pesquisas, laboratórios, oficinas, trabalhos, campos de estágios e extensão, leituras, monografias, teses para o desenvolvimento sustentável de nossa sociedade, educação, ciência, cultura e cidadania. Venceremos. A luta faz a lei ser melhor. E juntos alargaremos as margens de nossos rios da educação pública, comunitária e libertadora.

Permitam-me, amigos professores, saudar especialmente a família e os professores dos colégios Santana, Virgílio José de Barros, Ateneu, Lycéu de Goiânia, além de mestres da UCG, UFG, USP e PUC/SP, por tudo que aprendemos nesta vida vivida em Água Limpa, Marzagão, Trindade, Santa Bárbara, Goiás/Vila Boa, Itapuranga, São Paulo, Brasília e Goiânia. Goiânia, capital dos cerrados, das savanas. Sertões brasileiros de gente boa, indígena, negra, branca, mestiça, da cultura da paz e da justiça social e da solidariedade internacional, humana, plena e libertária, com os direitos humanos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais, neste século XXI.



O SR. MANATO (Bloco/PDT-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no Estado do Espírito Santo, o único Município que terá segundo turno é Vila Velha. O PDT municipal ficou neutro e o regional decidiu apoiar o nosso colega da Câmara, Deputado Neucimar Fraga.

Fizemos um ato importante: começamos a gravar o programa eleitoral, a caminhar com o Deputado Neucimar Fraga — inclusive, o Prefeito campeão do País, Sérgio Vidigal, também gravou. E, para nossa surpresa, já no domingo Neucimar Fraga apareceu nas pesquisas com três pontos e meio de diferença, em primeiro lugar.

Temos certeza de que Vila Velha ficará muito bem servida na administração de Neucimar Fraga e do PR. S.Exa. é uma pessoa muito bem relacionada tanto em Brasília como em nosso Estado, com o Governador Paulo Hartung. Vila Velha está precisando de uma administração renovadora.

Muito obrigado.



A SRA. ANGELA AMIN (PP-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ter uma moradia digna é um dos maiores sonhos de imensa parcela da população brasileira.

Os números disponíveis atestam o drama de cada um dos brasileiros que não têm onde morar. De acordo com o IBGE, hoje o déficit habitacional é de 5,1 milhões de moradias, e o Ministério das Cidades estima que a falta de moradia já atinge 8 milhões de famílias. Foi pensando nesta realidade que a Comissão de Desenvolvimento Urbano, a qual tenho a honra de presidir, decidiu olhar de frente o problema e propor soluções.

Para avançarmos nos debates e na construção de uma proposta justa e viável para resolver tão grave problema no País, seria necessário a participação e a união de todos os setores envolvidos na questão. E foi o que fizemos.

No dia 12 de agosto, realizamos, na Câmara dos Deputados, o seminário Colóquio sobre Habitação de Interesse Social, que reuniu Parlamentares, representantes do Governo Federal, dos Secretários Estaduais de Habitação, Presidentes das Companhias de Habitação dos Estados, empresários da construção civil e representantes dos movimentos sociais.

O resultado desse encontro foi extremamente positivo. Foram apresentadas 2 propostas para resolver o déficit habitacional brasileiro: o Plano Nacional de Habitação, desenvolvido pelo Governo, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 285/08, assinada pelos membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

A PEC, encaminhada no mesmo dia ao Presidente da Câmara dos Deputados, vincula 2% das receitas da União e 1% das receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para que esses recursos sejam destinados



anualmente, por um período de 30 anos ou até a eliminação do déficit habitacional, aos Fundos de Habitação de Interesse Social.

Posso afirmar, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, que o seminário foi um momento ímpar nas discussões sobre a questão da habitação de interesse social no País, pois, pela primeira vez, todos os segmentos ligados ao setor se uniram em prol dessa luta para formular uma proposta de consenso sobre a questão.

Sem dúvida, nenhum Governo, sozinho, conseguirá dar conta do tema. O que percebemos é que os Poderes Legislativo e Executivo, os movimentos sociais e até a iniciativa privada têm-se unido para fazer com que essa pauta se torne uma pauta positiva no País.

Como Parlamentar comprometida com as questões das cidades, afirmo que o mais importante agora é manter em pauta o assunto “habitação popular e saneamento básico”. Nós estamos alguns anos atrasados em relação a esse direito social à família brasileira. O Congresso Nacional não pode omitir-se. Por isso, vamos nos empenhar nessa causa para que possamos garantir os recursos no Orçamento da União e conseguir apoio político para que os recursos sejam vinculados.

Eu entendo que a habitação social e o saneamento básico são um direito constitucional da família brasileira, assim como ocorre com a educação e a saúde.

Espero que nós possamos reverter o atual quadro do setor, que não é favorável aos indicadores sociais e de desenvolvimento urbano do Brasil. O objetivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano é debater a questão e encaminhar soluções para que possamos resolver os problemas da “favelização” nas nossas



cidades, que não podem mais conviver com esgotos a céu aberto e “casas” de sucata, papelão e plástico.

Gostaria de salientar a necessidade da população de apoiar e acompanhar o trâmite da nova PEC, que deverá seguir agora para a Comissão de Constituição e Justiça, para que seja analisado seu mérito. Se aprovada, uma comissão especial indicada pela Presidência da Câmara fará uma nova análise, para que, depois de aprovada, ela seja votada no plenário e depois no Senado Federal. A união de todos os setores é fundamental para que a luta se mantenha viva na agenda do Parlamento.

Como administradora e ex-Prefeita de Florianópolis por 2 mandatos, defendo a vinculação de receitas como solução para o financiamento de habitação de interesse social, lembrando que nenhum gestor será capaz de solucionar o problema sozinho.

Conto com o apoio de todos para que possamos assegurar a cada família brasileira o direito constitucional de ter uma casa.



A SRA. ANGELA PORTELA (PT-RR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após um período de poucas atividades nesta Casa, em que pudemos nos dedicar ao gratificante papel de protagonistas nas eleições municipais, voltamos a este plenário ainda contagiados pelo contato com as pessoas nas ruas, nos palanques e nas casas.

É essa energia que fortalece nossa fé na democracia e na importância das instituições democráticas, ainda mais nesta semana em que comemoramos os 20 anos da Constituição, que restitui as liberdades individuais e a independência entre os poderes, além de outras importantes conquistas da sociedade civil.

Como me dediquei nestes 30 dias às campanhas nos 15 municípios de Roraima, em que o Partido dos Trabalhadores teve candidatos próprios ou coligou-se com outras siglas para disputar as Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores, quero aqui prestar contas desse nosso trabalho.

Principalmente pelas grandes dificuldades que tem enfrentado em Roraima, fazendo oposição e fora das estruturas de poder, considero o resultado dessa eleição um avanço para o PT roraimense.

Além de manter, pelo terceiro mandato consecutivo, a Prefeitura de Uiramutã, o PT elegeu a Vice-Prefeita de Cantá, Joana Cristina, e participou das coligações vitoriosas em Boa Vista, Alto Alegre, Bonfim, Cantá, Iracema, Mucajaí, Pacaraima, São Luiz do Anauá e São João da Baliza. O Partido também estará representado nas Câmaras Municipais de Alto Alegre, Caroebe, Cantá, Pacaraima e Uiramutã.

Tal resultado atesta o acerto de nossa estratégia de compor alianças na maioria dos municípios, contribuindo para a reeleição dos Prefeitos Iradilson



Sampaio, na Capital, e Viru Oscar, em Alto Alegre, num cenário em que apenas 3 Prefeitos foram reeleitos.

No caso específico de Uiramutã, é importante destacar 2 aspectos: pelo terceiro mandato seguido, o Partido dos Trabalhadores vai administrar o município, onde nossa companheira Florany Mota conseguiu eleger seu sucessor.

Outro aspecto importante é que, pela primeira vez, o município, em que mais de 90% da população pertence a etnias indígenas, terá como Prefeito e Vice-Prefeito 2 índios macuxi nascidos na região: Eliésio Cavalcanti e Vicente Lima.

Em Pacaraima, município que se tornou palco de conflitos, a chapa apoiada pelo PT teve como Vice o índio Anísio Pedrosa Filho. Vale destacar que essa chapa venceu a eleição em todas as comunidades indígenas de Pacaraima.

Resultados positivos não se alcançam sem esforço e o empenho de todos. Sendo assim, quero destacar a dedicação da militância em todos os municípios para eleger nossos Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos.

Não posso esquecer aqui o apoio da direção nacional do Partido, na pessoa do Deputado Ricardo Berzoini e do Presidente desta Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, do Senador João Pedro, que foi a Roraima trabalhar por nossos candidatos, e de todos os que gravaram mensagens de apoio. O PT de Roraima é grato por poder contar com a solidariedade e a simpatia de todos.

Depois dessas palavras de júbilo e agradecimento, Sr. Presidente, quero propor uma reflexão a toda a sociedade brasileira. O número reduzido de mulheres eleitas no primeiro turno para as Prefeituras das Capitais e para as Câmaras de Vereadores torna ainda mais preocupante a sub-representatividade feminina na política brasileira.



Sabemos que as mulheres representam mais de 50% do eleitorado, mas esses números não se refletem nos quadros partidários, nas candidaturas majoritárias e proporcionais e, principalmente, nos eleitos para Executivo e Legislativo.

Entre as 26 capitais, apenas 2 mulheres foram eleitas no primeiro turno e 2 disputam o segundo turno. Na minha Capital, Boa Vista, que já foi governada por uma mulher durante 3 mandatos, a participação feminina na Câmara de Vereadores será a menor das últimas décadas. Apenas uma mulher entre 14 eleitos.

Não tenho dúvidas de que estamos vivendo um retrocesso, quando o mundo nos impõe a necessidade de maior atuação política das mulheres em todas as frentes. É essa a reflexão que proponho, Sr. Presidente, nobres colegas, sobretudo da bancada feminina nesta Casa.

Sr. Presidente, solicito seja o meu pronunciamento registrado nos meios de comunicação desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro a passagem, ontem, do Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, data que tem de ser comemorada por esses grandes profissionais, que têm trazido benefícios para os pacientes.

Apelo aos Governos Federal, Estaduais e Municipais para que realizem concursos a fim de que esses novos profissionais possam ingressar no serviço público. As faculdades formam diversos profissionais, mas não há concursos, não há oportunidades, o que causa prejuízo muito grande ao jovem que abraça essa carreira, que é um ramo da saúde.

Nesse sentido, solicito que seja anunciado nos órgãos de comunicação da Casa o transcurso desse dia tão importante para essa profissão, que tem brilho na área de saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero anunciar deste microfone que, na última semana, o Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI na década de 70, foi declarado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo responsável pela tortura de 3 pessoas de uma mesma família durante o regime militar. O coronel é acusado ainda de ter praticado tortura contra 502 pessoas.

Trata-se de julgamento inédito. E a sentença foi do Juiz Gustavo Santini Teodoro, que a baseou na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O coronel foi também responsável pela tortura de Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles.

Essa é a primeira sentença do Brasil que declara uma pessoa autora de tortura.

Portanto, anuncio essa inédita decisão da Justiça brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil comemora hoje, 14 de outubro, o Dia da Pecuária. Por isso, na condição de Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, quero fazer uma saudação especial aos pecuaristas — avicultores, suinocultores, ovinocultores, caprinocultores, criadores de gado, enfim, a todos que se dedicam a essa atividade que tanto nos orgulha.

A pecuária é um dos motores da nossa economia não só pelos recursos financeiros que ela movimenta, mas também pela grande contribuição que dá ao desenvolvimento deste imenso País. As carnes e o leite que nos alimentam, as roupas que nos vestem e outros derivados que a sociedade consome são oriundos da criação de animais.

Os números dos rebanhos brasileiros impressionam. Segundo dados do Anuário 2005 do Ministério da Agricultura, o Brasil possui mais de 200 milhões de cabeças de gado, cerca de 51 milhões de suínos, 20 milhões de ovinos, 10 milhões de caprinos, mais de 5,4 bilhões de aves e 2 milhões de bubalinos.

De 2005 para cá, o Brasil enfrentou um surto de febre aftosa que embargou as exportações de carne bovina, bubalina e suína para o mercado europeu. Foi um período de dificuldades, com perda de receita e desemprego no campo. Este ano, depois de esforço conjunto das nossas autoridades sanitárias, das entidades e dos criadores, a Organização Internacional de Saúde Animal devolveu ao Brasil o *status* de zona livre com vacinação.

A propósito, com muito orgulho, destaco que o meu Estado de Santa Catarina continua sendo o único da Federação considerado zona livre de aftosa sem vacinação.



Este ano, nós, integrantes da Comissão de Agricultura desta Casa, durante uma audiência pública, questionamos um grupo de Deputados do Parlamento europeu sobre os motivos que levaram ao embargo da carne brasileira. Ficou claro que as barreiras impostas ao nosso rebanho eram de caráter econômico, e não sanitário, o que demonstra o temor de outros países diante do potencial econômico da nossa pecuária.

Portanto, parabenizo a todos que se dedicam à pecuária e dela fazem um dos principais motores da economia nacional.

É preciso atender essa classe, que vem sofrendo os impactos da vida econômica, e manter de pé a produção, a fim de que o País possa exportar. O setor produtivo não pode parar. O agricultor precisa continuar na sua atividade. E, para tanto, é necessário que as ações para o setor produtivo sejam tão rápidas quanto são para o setor especulativo.

Os 100 bilhões que o Governo está dando agora aos bancos para que eles não quebrem, por exemplo, seriam suficientes para plantar toda a safra brasileira, e poderíamos multiplicar por 2, em um ano, essa riqueza.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também parabenizar os profissionais da Agronomia pela passagem do Dia do Engenheiro Agrônomo, comemorado em 12 de outubro. E eu, engenheiro agrônomo por formação, sei o quanto essa profissão é importante para a produção agropecuária brasileira.

O conhecimento técnico do engenheiro agrônomo o torna peça fundamental na constante busca por soluções que aumentem a quantidade e a qualidade dos produtos oriundos do campo. É ele um profissional extremamente versátil, que pode atuar em várias áreas, como as de fitotecnia, de zootecnia, de solos, de engenharia



rural e na questão ambiental. O respaldo tecnológico que ele dá à produção de alimentos, à criação de animais e à agroenergia é um dos responsáveis pelo excelente desempenho do setor agropecuário brasileiro.

Por tudo isso, parabenizo também os 240 mil profissionais da Agronomia, as entidades que os representam e as escolas que todo ano formam mais de 8 mil profissionais para o mercado de trabalho.

Muito obrigado.



O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina — SATC foi recomendada para receber a certificação da NBR ISO 14001, tornando-se a primeira instituição de ensino em Santa Catarina a ser certificada e a quarta no País, segundo o INMETRO. Para ser certificada, a SATC implantou um Sistema de Gestão Ambiental e passou a ter atuação mais proativa em relação ao meio ambiente. A instituição adotou uma política ambiental e criou ações para controle e gestão dos impactos ambientais, como implantação do Sistema de Tratamento de Efluentes, programa de coleta seletiva e programa de conservação de energia.

Todos os impactos ambientais resultantes das atividades, produtos ou serviços serão tratados de maneira adequada. As ações atingiram toda a comunidade escolar, abrangendo mais de 6 mil pessoas. Além disso, como a SATC reduz sua geração de resíduos, reduz também o consumo de recursos naturais. Diminui os gastos da prefeitura com o aterro sanitário e aumenta a vida útil do mesmo; reduz o consumo de água e energia, contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental na cidade. Com seu programa de coleta seletiva, a instituição diminuiu a geração de 300 para 60 quilos de lixo por dia, recolhidos pelo serviço público de coleta e destinação.

Em 1 ano, a instituição deixou de gerar aproximadamente 80 toneladas de lixo, que eram colocadas em aterros sanitários. Em contrapartida, foram mais de 23 toneladas de resíduos para reciclagem e que não degradam o meio ambiente.

Cumprimento a SATC nas pessoas do Diretor Administrativo e Financeiro, Fernando Zancan, e do Diretor-Presidente, Rui Hülse, pela certificação conquistada, que credencia a instituição como de credibilidade ambiental, com possibilidade de acesso a recursos, seguros e financiamentos.

Quem ganha com isso é a sociedade catarinense.



O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para falar sobre o Projeto de Lei nº 1.621, de 2007, de minha autoria, que dispõe sobre as relações de trabalho em atos de terceirização e na prestação de serviços a terceiros no setor privado e nas sociedades de economia mista.

Elaborado com base nos debates nos locais de trabalho, nas organizações dos trabalhadores, sobretudo nos sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores, esse projeto obteve posterior aceitação e apoioamento de todas as centrais sindicais devido à sua condição, força e coerência em defesa da dignidade dos trabalhadores.

O referido projeto de lei conta com o apoio inclusive de sérios empresários deste País, que não querem fazer da terceirização espaço de redução de direitos, de precarização das condições de trabalho e muito menos aceitam a malandragem de muitos que usam a terceirização como mecanismo de exploração mais aguçada na relação entre capital e trabalho.

Pois bem, Sr. Presidente. Esse projeto se constitui, primeiro, na tentativa de regulamentar algo, pois, embora já tenha tomado algumas decisões, o Supremo Tribunal Federal está impedido de regulamentar o que é tarefa desta Casa. O máximo que aquela Corte fez e pode fazer é decidir e editar algumas súmulas, se acionado por determinados setores. Mas urge definir o que deve ou não ser regulamentado, uma vez que hoje existe empresa que está terceirizando até a alma. Todo mundo sabe que, mesmo que esteja prevista em lei, a terceirização é precarização. Agora, quando se aproveitam da terceirização para não pagar direitos,



para não assumir responsabilidades, fugindo inclusive de pagamentos simples aos seus trabalhadores, aí a coisa esquenta.

Por esta razão, o projeto de minha autoria, que tramita nesta Casa desde 2007, além de definir os limites para a terceirização, também define responsabilidades. Uma empresa que contrata mão-de-obra para trabalhar tem responsabilidades. Não é contratar um testa-de-ferro qualquer, um irresponsável qualquer, um gato — como é dito por aí —, e esse gato fazer o que quer. Depois, a empresa que contratou não assume qualquer tipo de responsabilidade.

Por isso, Sr. Presidente, definimos que a responsabilidade no projeto é solidária e não subsidiária. Uma empresa que contrata tem responsabilidade, porque o trabalhador dela não vai trabalhar, na verdade, para a empresa contratada, e sim para a “empresa-mãe”, que contratou a empresa terceirizada.

Já aconteceram muitos debates nesta Casa. Na semana passada, iniciou-se um debate na Comissão do Trabalho, onde foi criado um subgrupo. Além disso, o Ministério do Trabalho também criou grupo especial para analisar todos os projetos que tramitam na Casa, para ouvir empresários, trabalhadores e segmentos envolvidos.

Esperamos, portanto, que logo tenhamos uma definição de algo que impeça a precarização de direitos e venha trazer dignidade aos trabalhadores.

Inclusive quero parabenizar o Governo do Presidente Lula por ter conseguido desterceirizar muitos setores. Se não houver desterceirização, queremos pelo menos regulamentá-la, para que, no final das contas, o trabalhador seja tratado em condições de igualdade e com dignidade.

Obrigado, Sr. Presidente.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tramita nesta Casa projeto de lei de minha autoria que dispõe sobre os financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, feitos com recursos públicos do FAT.

E todos sabemos que os recursos do FAT são usados para financiar a geração de empregos e a formação profissional do trabalhador, ou seja, serve exatamente para amparar os trabalhadores.

A nossa preocupação decorre do fato de que, no ano de 2006, o BNDES emprestou cerca de 500 milhões de reais à Volkswagen do Brasil, conforme anunciado pela imprensa brasileira, exatamente para modernizar a empresa e melhorar a situação dos trabalhadores. Mas qual não foi a nossa surpresa, Sr. Presidente, 6 meses depois de o BNDES ter concedido aproximadamente 500 milhões de reais à Volkswagen do Brasil? A empresa anunciou um plano de reestruturação que previa a demissão de cerca de 6 mil trabalhadores.

Então, qual é a nossa preocupação, Sr. Presidente? Impor regras para evitar que os recursos do FAT, que servem para amparar os trabalhadores, sejam usados para sanar problemas financeiros de empresas, a exemplo do que aconteceu com a Volkswagen do Brasil. Nesse caso, o BNDES financiou o desemprego.

Se servem exatamente para amparar o trabalhador, os recursos do FAT não podem, em hipótese alguma, financiar um plano de demissão, seja de qual empresa for.

Na nossa opinião, aquele momento foi alarmante porque a Volks anunciou a demissão de quase 6 mil trabalhadores.



O nosso projeto impõe regras às instituições financeiras, principalmente ao BNDES, na concessão de empréstimos com recursos do FAT, a fim de que garantam contratualmente a manutenção dos empregos. Se servem para amparar o trabalhador, repito, os recursos do FAT não podem financiar a demissão de trabalhadores.

O projeto já foi aprovado nas Comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público e agora está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que espero perceba a importância da garantia dos empregos no Brasil, sob pena de, com recursos públicos, o BNDES estar financiando demissões.

E os recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador são muito mais sagrados para o trabalhador. Não podem cobrir débitos ou rombos de empresas, qualquer que sejam. Precisam estar a serviço da modernização das empresas, para a geração de empregos.

É muito fácil distribuir os prejuízos, como está sendo feito hoje no mundo inteiro, diante da quebra deira das Bolsas de Valores. Enquanto os banqueiros estavam ganhando muito dinheiro, os lucros ficavam no setor privado; depois que começou a quebra deira, os banqueiros passaram a dividir o prejuízo com a sociedade. Aí começaram a se preocupar com o processo de estatização; estão estatizando os prejuízos. Não tiveram a preocupação de fazer isso quando estavam obtendo lucro.

Queremos evitar situações como esta e que se faça o financiamento do desemprego no País com recursos do FAT.



Peço a esta Casa que leve em consideração as nossas preocupações e aprove este projeto, que já passou por 2 Comissões importantes e agora está na CCJC. Os recursos do FAT devem servir para ajudar as empresas preocupadas em garantir a geração de empregos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por ser a minha região muito pobre, tenho acompanhado os investimentos extraordinários feitos por entidades filantrópicas sérias — quase todos os anos recebemos milhares de cestas básicas, que são distribuídas nas periferias — e constatei que são hoje quase 8 mil entidades filantrópicas, das quais talvez mil ou 2 mil preencham as exigências do Ministério da Previdência Social. No entanto, o Ministério, em razão de denúncias, cassou quase todos os certificados, colocou essas entidades sérias com processo de restituição do INSS e de outras taxas a que têm direito.

Tenho me deparado, por onde passo, principalmente pelo Estado de São Paulo, com dezenas de entidades filantrópicas que estão vivendo dias de amargura em suas atividades, pela morosidade do Ministério da Previdência Social em regularizar a situação dos chamados certificados de filantropia e julgamento dos processos que buscam devolução das deduções de taxas previdenciárias. Constatei a inquietação de grande número de entidades sérias que nos ajudam no Nordeste, em razão dos processos que estão dormindo aqui nos gabinetes do Ministério.

Entendo que milhares de “entidades filantrópicas”, criadas pela malandragem, lesaram as cores da Nação, e estamos dispostos a ajudar na busca do retorno dessas evasões, no entanto, não podemos incluir nesse rol entidades sérias como as Irmãs Palotinas, de São Bernardo, Auxiliadoras, entre outras.

Recentemente, estive em São Paulo e pude conferir o trabalho desenvolvido por algumas filantrópicas sérias que fazem um excelente movimento nas camadas mais pobres da sociedade. Entre elas destaca-se a Associação Cultura Franciscana, que executa serviços e programas de apoio socioeducativo para mais de 500



crianças, adolescentes e jovens vulneráveis, além de prestar serviços educacionais para quase mil alunos do ensino básico e oferecer mais de cem bolsas de estudo para funcionários e seus dependentes.

A Congregação das Irmãs Franciscanas de Ingolstadt estabeleceu-se no Brasil no dia 12 de outubro de 1938. As irmãs se dedicam ao cuidado com os doentes, a atividades pastorais ligadas à paróquia e, sobretudo, à educação-ensino regular para crianças, adolescentes e jovens em escolas, e à educação popular, oferecendo oportunidades culturais e ocupacionais para adultos.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de citar a Associação Madre Cabrini das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus; a Associação Protetora da Infância — Província São Gabriel/SP; a Congregação São Vicente Pallotti — Irmãs Palotinas; a Associação Literária e Educativa Santo André — ALESA; a Congregação das Irmãs da Providência; o Instituto Irmãs Missionárias de Nossa Senhora Consoladora; a Associação Fé e Alegria, à frente da qual está o Padre Carlos.

Encantaram-me particularmente as seguintes obras sociais: a Casa SINUEE das crianças aidéticas; o Colégio da Favela do Jardim Peri, em São Paulo; o Colégio da Favela do Sussuarana, em Salvador, das Irmãs da Providência; o Colégio das Irmãs da Cultura Franciscana do Capão Redondo, em São Paulo; as Irmãs da Associação Protetora da Infância/SP; as Irmãs da Associação Madre Cabrine, assim como o Colégio de Fortaleza, com mais de 1.200 crianças carentes atendidas; as Irmãs Andrelinas, que têm como mantenedora a Associação Literária e Educativa Santo André, com relevantes obras, como o centro social do Pari, que abriga mais de 1.300 crianças carentes no Bairro do Brás, em São Paulo, entre outras.



Por isso, venho aqui hoje fazer um apelo para o Ministro da Previdência Social, que mandou para cá, há alguns meses, o Projeto de Lei nº 3.021, de 2008, do Executivo, que praticamente está parado depois do belo relatório do eminente Deputado maranhense Gastão Vieira. No mês de abril deste ano, o Ministro Luiz Marinho esteve aqui na Câmara dos Deputados para defender o PL nº 3.021, de 2008, que prevê mudanças nas regras para concessão de certificado para as entidades benéficas — conhecidas como filantrópicas.

O PL estabelece ainda isenções fiscais a entidades de ensino, hospitais e entidades assistenciais. Segundo o Ministro, a proposta dará celeridade à tramitação dos processos, maior controle e transparência às entidades e à sociedade. Segundo S.Exa., a “intenção não é acabar com o terceiro setor (entidades filantrópicas), mas sim acabar com a ‘farra das filantrópicas’, que, por falta de fiscalização do Estado, cresceu muito e está prejudicando as entidades de assistência social que atuam com seriedade”.

Pela complexidade do projeto, muitas são as críticas dos vários setores de nossa economia. Para alguns Deputados, o projeto traz algumas questões que não são relacionadas à certificação e regulamentação de isenções das contribuições da segurança social, em especial na área da educação, pois permite estender para as creches, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio a mesma política que vigora na concessão de bolsas universitárias (PROUNI).

Outros Parlamentares destacam que é preciso fazer uma separação entre entidades sérias, que executam um trabalho comprometido, e as chamadas “entidades filantrópicas”. Dessa forma, é necessário que a atual legislação seja



aperfeiçoada. Não existe sintonia entre os Ministérios que justifique a retirada do Conselho Nacional de Saúde — CNS da certificação das entidades benéficas.

O Projeto de Lei nº 3.021, de 2008, encontra-se apensado ao Projeto de Lei nº 7.494, de 2006, que altera o inciso II do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prorrogar o prazo de renovação do Certificado de Entidade Benéfica de Assistência Social para fins de isenção previdenciária. Neste momento, esses projetos estão sendo analisados nas várias Comissões da Câmara dos Deputados.

Não precisamos ficar esperando a tramitação desse projeto de lei, que vai levar 1 ano ou 2. Precisamos, urgentemente, da edição de uma medida provisória nos moldes do Projeto de Lei nº 3.021, de 2008, a fim de que imediatamente possamos pôr em prática as certificações para essas entidades sérias, filantrópicas, que citei aqui, e muitas outras. Sabemos que existem as “filantrópicas”, essas têm que ser extintas.

Por isso, estamos aqui para fazer um grande apelo para o atual Ministro da Previdência — o Ministro Luiz Marinho tem-nos ajudado —, e para o Governo do Presidente Lula, que conhece esses problemas, a fim de que mande urgentemente essa medida provisória, para que aqui possamos acrescentar mais alguns dados necessários, a fim de que essas entidades continuem ajudando as crianças pobres, com bolsas de estudo, e a sociedade excluída de todo o País.

Então, aqui fica a nossa solidariedade e o nosso apoio a todas as entidades que aqui citei, principalmente em São Paulo, em outros Estados do Sudeste e do Sul e lá no meu Estado de Pernambuco, que recebem essas ajudas, inclusive ajudas externas para as pessoas necessitadas.



Não vou parar enquanto não ver editada a medida provisória, para que possamos resolver, de uma vez por todas, a certificação dessas entidades verdadeiramente filantrópicas. E que as entidades “filantrópicas” sejam excluídas, porque não servem ao nosso querido Brasil.

É sempre bom lembrar, Sr. Presidente, da importância das instituições filantrópicas em nosso País. A origem dos hospitais no País está ligada à prática das entidades benficiares. Os hospitais benficiares são responsáveis por 33% dos leitos disponíveis no Sistema Único de Saúde — SUS. É necessário, ainda, dar maior clareza a alguns pontos do PL 3.021, de 2008.

É preciso separar entidades benficiares das que simplesmente prestam serviços de assistência social. O maior exemplo dessa ambigüidade é a classificação de instituições de educação e saúde que cobram pelos seus serviços como entidades de assistência social. Isso pode ocasionar dificuldades na análise de processos de assistência social pelos Ministérios da Saúde e da Educação, o que resultaria em ações judiciais.

O projeto retira do Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao Ministério da Previdência Social, o poder de conceder e fiscalizar os Certificados de Entidade Benficiente de Assistência Social — CEBAS.

Pela proposta, cada Ministério passará a ser responsável pela concessão e fiscalização dos CEBAS, que terão validade de 1 a 3 anos (hoje todos são de 3 anos). Caberá ao Ministério da Saúde avaliar hospitais e entidades afins; ao Ministério da Educação, lidar com entidades de ensino; e, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, avaliar entidades de assistência social.



A proposta estabelece também que, diante de irregularidades, o certificado poderá ser cancelado a qualquer momento, mesmo dentro do prazo de validade. Os Ministérios terão prazo de 15 dias para informar à Receita Federal o seu cancelamento, a fim de que os impostos voltem a ser cobrados.

Segundo dados do CNAS, atualmente existem cerca de 8 mil entidades benéficas no País, o que reduz a arrecadação anual em quase R\$4 bilhões. As entidades são isentas de todos os impostos, inclusive sobre renda e taxas municipais; das contribuições sociais, como PIS e a COFINS; e da contribuição patronal à Previdência Social.

Depois de sustar vários certificados de entidades filantrópicas, prejudicando a continuidade desse belíssimo trabalho, o Governo mandou para esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 3.021, de 2008, disciplinando nova legislação para a certificação dessas entidades. Esse projeto está sendo substituído por uma medida provisória que, lamentavelmente, até o momento não foi editada, o que entrará em vigor de imediato.

Ou o Governo substitui urgentemente esse projeto de lei por uma medida provisória ou essas e outras muitas entidades filantrópicas fecharão suas portas, colocando no olho da rua milhares de crianças, adolescentes, aidéticos e outras pessoas carentes.

Estou acompanhando a investigação da Polícia Federal em uma das suas operações, em que mostra o envolvimento de muita gente num esquema da mais vergonhosa roubalheira que a Previdência Social já se viu denunciada.

Não é possível permitir ou aceitar que, enquanto entidades idôneas, sérias e realmente filantrópicas sejam prejudicadas por inércia de um dos Ministérios do



Governo Federal, Conselhos desse mesmo Ministério estejam envolvidos em falcatrucas sem precedentes.

Peço, assim, ao Sr. Ministro José Barroso Pimentel, da Previdência Social, medidas urgentes no sentido de certificar definitivamente essas entidades acima relacionadas, bem como peço a S.Exa. que dê, também, agilidade ao julgamento dos seus processos pendentes.

É o que temos para hoje.



O SR. GASTÃO VIEIRA (Bloco/PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Alcântara é um Município do Maranhão que é patrimônio nacional, uma cidade histórica que refletiu a grande riqueza do meu Estado, no final do século XVII, na produção de açúcar, na produção de algodão, e era um extraordinário entreposto de escravos.

Alcântara é uma cidade que reproduziu, em várias de suas áreas, aquilo que os portugueses tinham em Lisboa e não podiam transportar efetivamente para o Maranhão, cidade importantíssima do ponto de vista de sua arquitetura, importante pela sua história, importante, acima de tudo, porque se constitui em uma das cidades mais importantes do patrimônio nacional. Mas foi uma cidade sempre muito maltratada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Virou presídio num certo momento e, como dizia o poeta Odylo Costa Filho, era “uma cidade que se recusava a morrer”.

Nós lutamos muito e incluímos Alcântara no Monumenta BID, programa de recuperação de cidades históricas financiado pelo BID, sob a coordenação do Ministério da Cultura. Alcântara foi contemplada com 4,5 milhões para a recuperação de vários prédios, para a urbanização do centro da cidade, enfim, a primeira grande intervenção no patrimônio de Alcântara.

Com a Prefeitura inadimplente, o Prefeito foi retirado. Assume a Prefeita Heloísa Leitão, mas o Ministério da Cultura resolve transferir a responsabilidade pela execução do referido projeto para o Governo do Estado. Talvez tenha sido o único Município integrante do Programa Monumenta BID em que a execução do projeto não se dá na Prefeitura, vai se dar no Governo do Estado.



Assume o atual Governo do Estado, e vou conversar com o Secretário da Cultura. Reunimo-nos no Ministério da Cultura e a ele mostramos, por diversas vezes, que o Governo do Estado do Maranhão estava atrasado em relação ao projeto. Finalmente, o Governo faz as licitações. Mas agora vem a OGU e anula todas as licitações por vício na sua elaboração — portanto, no edital — e também quanto ao resultado. Conclusão: o Monumenta BID se encerra em novembro, e o Município de Alcântara, repito, patrimônio nacional, vai perder 4,5 milhões de reais e vai deixar de recuperar os seus prédios, as suas ruas, a sua história, as suas igrejas porque o Governo do Estado do Maranhão não cumpriu sua tarefa, talvez até por razões políticas, porque a Prefeita de Alcântara não está alinhada ao Governo do Estado. Mas prefiro dizer que foi por pura incompetência, por falta de espírito público. E a cidade, o Município de Alcântara, vai perder 4 milhões e meio de reais, repito.

Estou solicitando uma audiência ao Sr. Ministro da Cultura, Sr. Juca Ferreira, para que o Ministério encontre um mecanismo para compensar Alcântara por essa perda, que é inestimável, haja vista que não teremos outra oportunidade de receber recursos destinados a intervenções no sentido de preservação do patrimônio de Alcântara.

Só para lembrar, Alcântara sedia a base espacial mais importante do Brasil, que é a Base de Alcântara, que também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está esperando que o Governo Federal resolva seus problemas com os ucranianos, com os quilombolas. Enquanto isso, a base está parada e seus equipamentos estão se deteriorando. E o Brasil permanece sem lançar qualquer foguete daquela que é a



base mais importante, mais próxima da linha do Equador, que propicia uma economia, em cada lançamento, de quase 25% em termos de combustível.

Portanto, não têm importância nem a história nem o futuro de uma base de lançamentos como a de Alcântara.

Estou aqui na condição de representante do povo de Alcântara para fazer meu protesto e registrar um apelo: a responsabilidade pela não participação do Monumenta BID é do Governo do Estado, e o apelo é no sentido de que o Ministério da Cultura compense o Município de Alcântara.

Muito obrigado.



A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, passado o primeiro turno das eleições municipais, venho a esta tribuna fazer uma breve avaliação do processo eleitoral em curso e destacar a expressiva votação que o meu partido obteve em âmbito nacional, crescendo significativamente nas Capitais e nas cidades com mais de 200 mil habitantes. Passou de 411 para 547 Prefeituras, num crescimento de 33%, apenas no primeiro turno.

Acrescento também o aumento expressivo dos demais partidos aliados, como o PMDB, o PSB, o PCdoB, entre outros.

Em segundo lugar, quero falar sobre a minha participação no primeiro turno das eleições, na condição de candidata a Prefeita.

Disputei a eleição em Natal, cidade pela qual guardo sentimentos de amor e gratidão; cidade que me acolheu e que se tornou a minha grande paixão, não só pela sua beleza, mas também e principalmente pelo seu povo. Aliás, foram esses sentimentos que me fizeram enfrentar o desafio de disputar novamente as eleições para a Prefeitura.

A minha candidatura surgiu a partir da aliança que reuniu, pela primeira vez, PT, PSB, PMDB, PCdoB, PDT, PHS, PRB, PCB e PTN. Numa atitude inédita, conseguimos construir em Natal uma aliança que refletiu a base de apoio ao Presidente Lula e que tive a honra e o privilégio de protagonizar. Reunimos nomes importantes da política local e nacional, a exemplo do Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho; da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria; do atual Prefeito de Natal, Carlos Eduardo; e do Líder do PMDB nesta Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves.



Na condição de candidata, junto com o PT, tive a capacidade de reunir em torno do meu nome uma coalizão de partidos e movimentos sociais, reafirmando a nossa trajetória de luta e de trabalho, caminhada iniciada durante o exercício da presidência do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte e mantida nos 2 mandatos de Deputada Estadual e neste segundo mandato de Deputada Federal.

Em comum, durante essa longa jornada, a reafirmação de uma trajetória de luta por justiça social e pela melhoria das condições de vida dos mais humildes por meio da educação.

Pautei a campanha pela qualificação política, pela apresentação de projeto sustentável para uma cidade tão bonita quanto complexa em seus problemas, desafios e potencialidades. Tanto o Prof. Luiz Eduardo, que me honrou como companheiro de chapa, quanto eu estávamos preparados para cuidar daquela cidade, como ela merece. O nosso desejo era o de fazer Natal avançar, sintonizada com o projeto nacional em curso, que combina crescimento econômico e desenvolvimento social; era o de dotar Natal da infra-estrutura urbana e social necessária para que cresça, sem prejuízo da qualidade de vida da população.

Infelizmente, não logramos êxito em mais uma tentativa de governar Natal. Mas queremos reafirmar aqui o acerto da nossa aliança. O movimento político foi correto. Tivemos a capacidade de superar diferenças e de nos unir em torno de um projeto comum.

Quero destacar o crescimento do PT no Estado e parabenizar todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos, desejando-lhes um excelente



mandato. Considerando a nossa coligação, seguramente temos a maioria das Prefeituras e dos Vereadores do Rio Grande do Norte.

Tenho convicção de que cumpri à altura a missão que me foi confiada, de que combati o bom combate. Apresentei ao povo de Natal o trabalho que já realizei como Deputada, bem como idéias e propostas para o presente e para o futuro. A cidade fez outra escolha, e não cabe a mim julgar essa opção. Eleição é disputa de risco, e é preciso agir com grandeza nas vitórias e nas derrotas. Como sempre fiz nas eleições anteriores, não me deixei abater nem negligenciei o trabalho que faço. Estarei aqui na Câmara Federal na mesma trincheira de luta, motivada pelos mesmos ideais e pelos mesmos compromissos que norteiam a minha atuação política, desde que abracei as causas do nosso povo nos movimentos sociais, na construção do PT, no exercício dos mandatos populares e na luta em defesa da cidadania.

Os 9 partidos que compuseram a Coligação *União por Natal* formaram aliança de centro-esquerda e, como tal, representaram avanço histórico que precisa ter continuidade, até mesmo porque dá nitidez política e demarca campos de forças para disputas futuras.

Defenderei, junto ao meu partido, a manutenção da aliança entre PT, PSB, PMDB, PCdoB e demais partidos da coligação. Devemos permanecer unidos, trabalhando em prol do nosso Estado e do País. Afinal, foram esses os partidos que lutaram contra a ditadura e pela democracia. Sob a liderança do PT e do Presidente Lula, teremos a oportunidade de ajudar a construir este novo Brasil que está avançando rumo à distribuição igualitária de renda, à geração de emprego, à educação de qualidade e à inclusão social.



Não serão os revezes eleitorais que nos afastarão do caminho, do rumo que temos a seguir, que é o de construir a correlação de forças políticas favoráveis para que esse bloco de perfil progressista, de centro-esquerda, continue trabalhando pelo Rio Grande do Norte e pelo Brasil.

Finalizo agradecendo por cada voto depositado em meu nome e pelas constantes demonstrações de carinho; aos nossos apoiadores; a garra e o trabalho à nossa militância; e a confiança às lideranças políticas que nos apoiaram.

Fizemos o que estava ao nosso alcance. O futuro próximo nos encontrará, como sempre, assumindo as boas causas, fazendo o bom combate, pela cidade que amamos e pela melhoria das condições de vida de seus habitantes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Deputada Fátima Bezerra, a Presidência cumprimenta V.Exa. pelo grande desempenho, pelo testemunho que dá hoje do processo eleitoral, mostrando o seu espírito democrático, que contribui para o amadurecimento do quadro político no País.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de fazer o registro principal do meu pronunciamento, assinalo que se encontra neste plenário o Dr. Miltinho, Prefeito reeleito do Município de Barreirinhas, Capital do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que disputa o título de maravilha natural do mundo.

Convidamos o Plenário e todos aqueles que nos assistem a visitar o Maranhão, os Lençóis Maranhenses, e lá gastar um pouco dos dólares que possuem e estão valorizados, já que o Maranhão é um Estado carente.

Parabenizo Dr. Miltinho, que disputou a reeleição para Prefeito, enfrentando 5 candidatos, e ganhou. Tenho certeza de que neste segundo mandato vai aprimorar a administração e elevar Barreirinhas ao *status* de Capital dos Lençóis Maranhenses.

Parabenizo os militantes do PT e dos outros partidos que ajudaram Dr. Miltinho a se reeleger. Desejo-lhe, pois, sucesso. Dr. Miltinho está hoje em Brasília já garimpando projetos, programas e recursos. Parabéns pela vitória!

Sr. Presidente, os Deputados que compuseram a CPI do Sistema Carcerário entregaram ao Presidente Arlindo Chinaglia o seu relatório, com quase 600 páginas, que contém o diagnóstico do que denomino “inferno carcerário”. No relatório, apresentamos 40 recomendações ao Governo Federal, aos Governos Estaduais, ao Ministério Público, aos Tribunais de Justiça e às Assembléias Legislativas.

Além das recomendações, a CPI produziu 12 projetos de lei, que devem começar a tramitar na Casa. A CPI fez também 34 indiciamentos: de juízes,



advogados, defensores públicos, promotores e diretores de estabelecimentos penais.

Dentre as recomendações, destaco a dos mutirões, importante trabalho para desafogar a superlotação carcerária e verificar os casos de presos em situação irregular.

O Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro estão fazendo um mutirão no sistema penitenciário do Rio de Janeiro, iniciando num presídio de Bangu.

No Maranhão, entre os dias 21 e 24, o Tribunal de Justiça também fará um mutirão para desafogar o sistema carcerário do Estado.

Portanto, as conclusões e as recomendações da CPI já começaram a surtir efeito.

Esperamos que os mutirões diminuam a população carcerária e sirvam para colocar em liberdade os presos que estão irregularmente na cadeia. Esperamos que as outras recomendações sejam efetivamente seguidas, como é o caso do Censo Penitenciário. É muito importante que o DEPEN, junto com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, faça o Censo Penitenciário para obter o perfil dos apenados e dos encarcerados no Brasil.

Esperamos também que sejam criadas novas Varas de Execução Penal, porque em todos os Estados brasileiros a quantidade delas é muito pequena diante do desafio de atender a grande população carcerária.

Esperamos também que o Conselho Nacional de Justiça, junto com os Governos dos Estados e os Tribunais de Justiça, informatize a área de execução penal. A falta de informatização nesse setor cria uma série de transtornos, inclusive



com relação ao cumprimento de penas: muitos presos, mesmo tendo cumprido a pena, continuam detidos.

Dos 12 projetos de lei que apresentamos, o mais importante é o que se refere ao Estatuto Penitenciário, por meio do qual pretendemos informatizar o sistema penitenciário brasileiro e uniformizar as suas regras, pois constatamos que cada Estado estabelece regras de acordo com as suas próprias conveniências.

Esperamos que a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Segurança Pública da Casa instalem Subcomissão permanente para cuidar, especificamente, da questão carcerária. Acho que, por ser permanente, a Comissão de Direitos Humanos deve incluir na sua própria agenda a questão carcerária brasileira. Entendemos que o sistema carcerário é parte integrante e fundamental do sistema de segurança pública. Não havendo solução para o sistema carcerário, teremos muita dificuldade para melhorar a segurança pública no País.

Portanto, Sr. Presidente, o relatório final da CPI do Sistema Carcerário está à disposição da Mesa Diretora. O Deputado Arlindo Chinaglia se comprometeu em agilizar o encaminhamento das recomendações, dos requerimentos e dos projetos de lei por nós apresentados. Esperamos, com esse trabalho, ter contribuído para a melhoria da segurança pública no Brasil.

Muito obrigado.



O SR. FLAVIANO MELO (Bloco/PMDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucos dias terminaram as eleições municipais em todo o País, e já foi amplamente divulgada pela imprensa a *performance* do meu partido, o PMDB, que elegeu o maior número de Vereadores e de Prefeitos. Foi o partido que mais recebeu votos em todo o País — seus candidatos foram eleitos em 14 Estados, ou seja, na metade dos Estados brasileiros — e o que mais cresceu em 8 Estados.

Vou pinçar desses fatos o seguinte registro: foi no Acre, Estado em que milti, que o PMDB mais cresceu nas últimas eleições municipais.

O Acre é um Estado pequeno que tem apenas 22 Municípios, e 50% do seu eleitorado estão concentrados em apenas 1 deles: na Capital.

Entretanto, antes de exercer o atual mandato e de assumir a presidência estadual do partido, o PMDB não tinha nenhum Prefeito no Acre e saiu das eleições de 2006 com 2 Deputados Estaduais e este Deputado Federal.

Em todos os lugares em que chegava, os peemedebistas diziam que o PMDB era um partido grande, mas eu me perguntava onde estariam os votos que recebera, pois haviam sido eleitos 1 Deputado Federal e 2 Deputados Estaduais. Decidi adotar como meta a organização do partido, na tentativa de fazê-lo crescer. Graças a Deus, o nosso objetivo foi alcançado: elegemos o Prefeito do maior município do interior, Cruzeiro do Sul, que representa 25% da população do Estado, além dos Prefeitos de Mâncio Lima e Bujari.

Vinte por cento dos Municípios do Estado do Acre serão governados pelo PMDB. É um número interessante, sim, porque enfrentamos o Poder em todas as



susas esferas: o Poder Estadual, muito bem exercido e muito forte; e os Poderes Municipais.

Anteriormente, o PMDB não tinha nenhuma Prefeitura no Estado do Acre, repito.

Sras. e Srs. Deputados, o resultado dessas eleições me deixou muito alegre e feliz.

Aproveito o momento para cumprimentar os companheiros que me ajudaram nessa grande tarefa: os militantes, os partidários e os Prefeitos eleitos. Como são poucos, faço questão de citar o nome de todos. Ganhamos em Cruzeiro do Sul, com o gigante ex-Deputado Estadual Wagner Sales, que enfrentou o Poder, a classe empresarial, as famílias tradicionais e, mesmo assim, conseguiu se eleger; em Mâncio Lima, disputou e ganhou as eleições pelo PMDB o nosso amigo Dr. Cleidson Rocha, professor da Universidade Federal do Acre; em Marechal Thaumaturgo, localizado mais ao oeste, na fronteira com o Peru, foi eleito o jovem Prefeito Randson Oliveira, o nosso querido Randinho, de apenas 28 anos de idade; e, em Bujari, distante de Rio Branco apenas 30 quilômetros, voltou à Prefeitura o grande administrador que fez tudo pelo Município e também conseguiu se reeleger: o meu amigo Edvaldo, o Padeiro.

Parabenizo todos os Prefeitos eleitos e agradeço, de coração, o empenho aos peemedebistas e àqueles que votaram em nossos candidatos. O trabalho foi árduo, mas gratificante, graças a Deus. E obtivemos bons resultados.

Muito obrigado.



O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retornamos a esta tribuna, depois do primeiro turno das eleições municipais, período de extrema importância para o País, para manifestar a expectativa de que os eleitos administrem bem os municípios e apliquem com competência os recursos públicos.

Sr. Presidente, voltamos a falar de setores intensivos em mão-de-obra, a exemplo do coureiro-calçadista e do moveleiro, grandes empregadores em nosso País, que ainda enfrentam sérios problemas, especialmente no que diz respeito à exportação. Hoje, o dólar está mais valorizado, mas muitas empresas estão enfrentando negociações travadas e as mesmas dificuldades.

O Programa Revitaliza tem contemplado esses setores, mas a grande demora na liberação dos recursos impede muitas empresas de se habilitarem, de investirem em tecnologia e modernização, o que as tornará mais competitivas no mercado globalizado, sobretudo em relação aos países asiáticos.

Fizemos vários contatos com o Ministério da Fazenda e com o BNDES, mas continuamos sem entender o porquê de tamanha demora. Os recursos existem, a sua liberação foi aprovada, mas infelizmente ainda não estão disponíveis.

Esperamos que a equipe econômica do Governo Federal tome providências urgentes no sentido de ajudar esses setores que foram e ainda estão sendo muito afetados pelo câmbio. A situação é difícil para aqueles que nos últimos anos obtiveram lucros muito reduzidos ou simplesmente sobreviveram, apesar dos prejuízos.



Esperamos que esses setores que levaram tantos anos para conquistar o mercado mundial e que se tornaram tão importantes para a nossa economia conheçam dias melhores e consigam dar continuidade às suas atividades.

Em razão da oscilação do câmbio e da concorrência desigual com países cuja carga tributária é infinitamente menor, de uma hora para hora se perdem mercados conquistados à custa de muito trabalho, de muita competência, de muita eficiência.

Certo é que, no que diz respeito a couro, calçados e móveis, fabricamos produtos que estão entre os melhores do mundo. No entanto, não conseguimos competir no mercado internacional em função do alto custo e, muitas vezes, do câmbio. São entraves burocráticos que precisamos agilizar.

Sr. Presidente, esperamos que a equipe econômica do Governo tome providências, de fato, para o Estado continuar gerando empregos, o que é fundamental não só para a economia, como também e principalmente para a cidadania. Precisamos gerar empregos para que as pessoas sustentem dignamente a família com o seu trabalho e o seu esforço.

Assim é que tudo funciona bem: o comércio vende e gera empregos, e o governo arrecada mais e, consequentemente, aplica mais na área de infra-estrutura, de que tanto precisamos para nos modernizar e crescer de modo organizado, dando oportunidade às pessoas, o que é fundamental e necessário.

Muito obrigado.



O SR. ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é do conhecimento de todos que cerca de 2.800 funcionários do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes — DNIT estão em greve, basicamente, por melhores salários e pela contratação de mais servidores.

Eles apontam em seus documentos e declarações alguns dados que precisam ser levados em consideração. Informam, por exemplo, que o setor de transportes até o momento conseguiu realizar apenas 10% das obras previstas. Para eles, o principal motivo é justamente a estrutura inadequada do órgão e a escassez de servidores que aumenta a cada dia em virtude do afastamento voluntário de servidores contratados recentemente. Segundo os servidores, a metade já se demitiu por causa dos baixos salários.

Para comprovar as afirmações, os servidores do DNIT apresentam um quadro comparativo no qual fica demonstrado que os servidores contratados pela Agencia Nacional de Transportes Terrestres ganham quase o dobro do que ganham os do DNIT. De fato, uma diferença monstruosa para trabalhos semelhantes. Enquanto um analista de infra-estrutura recebe no DNIT pouco mais de 7 mil reais em fim de carreira, um especialista em regulação da ANTT recebe mais de 13 mil reais.

Mais grave, porém, para todos nós, que já vimos trabalhando muito no sentido de fortalecer a infra-estrutura nacional, é saber que a abertura, restauração e pavimentação de estradas fundamentais para o nosso desenvolvimento, inclusive as do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC estão sujeitas a maiores atrasos em vista da greve.

Se como dizem os servidores, apenas 10% foi efetivamente implementados,



como ficará a situação com a greve dos servidores?

Sr. Presidente, sou da região amazônica, mais precisamente do Acre, onde o PAC tem uma obra fundamental: a pavimentação da BR-364 até a minha cidade, Cruzeiro do Sul. É apenas uma entre as 570 obras viárias do PAC, mas é fundamental para todos nós. Temo por sua conclusão no prazo previsto. Precisamos agir para que não haja atraso. Já esperamos demais por essa obra e não dá para ficar esperando uma greve que não tem prazo para terminar.

Por isso, venho pedir aos setores do Governo que lidam com essa questão, especialmente o Ministério do Planejamento, que considere o pedido dos grevistas e destrave as negociações, de modo que o conjunto de obras viárias do Governo não sofram atraso, o que prejudica fortemente a economia e o desenvolvimento de regiões tão carentes como a nossa.

Tenho grande admiração pelo Ministro dos Transportes e sei que, certamente, S.Exa. está preocupado e empenhado em solucionar essa questão. Entretanto, como se trata de matéria que depende do Ministério do Planejamento, é preciso que haja um esforço maior, um entendimento de que não basta um aumento setorial de salários, mas é preciso um número suficiente de funcionários, bem pagos e dedicados à tarefa de implantação da infra-estrutura de transportes no Brasil.

Em vista de tudo isso, peço ao Governo Federal que examine com carinho as demandas dos servidores do DNIT e cuide de promover as condições necessárias para que as obras planejadas e as que estão em curso não sejam paralisadas.

Muito obrigado.



O SR. RONALDO LEITE (PHS-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje a tribuna para apresentar um dos mais importantes temas concernentes ao desenvolvimento da região amazônica: a Zona Franca de Manaus.

Quarenta e um anos após sua instalação, esse que se constituiu, sem dúvida, no melhor projeto de desenvolvimento regional já implantado no Brasil, merece concentrada atenção do Governo Federal, no sentido de sua expansão e revitalização, sobretudo tendo em vista a chamada guerra fiscal e as irreversíveis condições criadas pela globalização. A crise financeira que se abate sobre o mundo neste final de 2008 demonstra o quanto as peculiaridades regionais exigem um tratamento diferenciado, como um suporte sólido da Zona Franca de Manaus.

É preciso enfatizar, Sr. Presidente, desde já, que nunca a região amazônica foi tão observada pela comunidade internacional. Além da atenção provocada pelo incomparável valor econômico de suas reservas naturais — o maior manancial de água doce do mundo, a incalculável biodiversidade da floresta e as monumentais jazidas minerais —, a Amazônia tornou-se objeto de preocupação ambiental em escala planetária, exigindo administração estratégica de grande alcance. Por outro lado, apresenta grandes questões de caráter social, cuja solução está distante dos patamares desejáveis, em termos da efetiva melhoria das condições de vida da população da região.

Nesse contexto complexo, Sr. Presidente, avulta a importância da Zona Franca de Manaus, que vem cumprindo seus objetivos de modo exemplar. Mais do que nunca, quando seu prazo de vigência foi ampliado para 2023, cabe incentivar sua expansão e seu desenvolvimento para manter a competitividade de seus



produtos no mercado interno e externo, consideradas as condições impostas pela economia globalizada.

Como se sabe, a Zona Franca de Manaus foi criada em fevereiro de 1967, com o objetivo de promover a integração regional e o desenvolvimento socioeconômico, bem como garantir a soberania nas fronteiras, favorecer a ocupação do território e a proteção do patrimônio natural. Baseada em uma política consistente de incentivos fiscais, foi fundamental para a industrialização, o comércio e o turismo na região, ainda não recuperada do encerramento do ciclo da extração da borracha, na década de 20. Para tanto, concorreu, de modo definitivo, a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, entidade autárquica com autonomia administrativa e financeira, cuja atuação foi realmente imprescindível para o crescimento e o constante esforço de atualização do projeto inicial. Hoje, a região de abrangência da SUFRAMA compreende a chamada Amazônia Ocidental, formada pelos Estados do Acre, do Amazonas, de Rondônia e Roraima e, mais recentemente, pelas cidades de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.

A Zona Franca, Sr. Presidente, ao longo dessas 4 décadas, passou por diferentes configurações.

Logo nos primeiros anos, Manaus tornou-se o grande centro de comércio de produtos importados, que até então era estritamente proibido no resto do País. O turismo interno cresceu significativamente. Houve um incremento único do setor terciário: basta dizer que, em apenas 1 ano, foram criadas mais de 1.300 empresas, cuja produção, não obstante, era ainda insuficiente para atender à demanda.

Já na segunda metade da década de 70, incentivos fiscais de grande monta estimularam a implantação de um pólo industrial, um pólo agropecuário e um pólo



comercial, cuja atividade proporcionou um crescimento inédito em toda a região. Até a década de 90, como parte da política industrial, vigorou o regime baseado na fixação de índices mínimos de nacionalização de produtos industrializados e de limites globais máximos de importação. A partir de então, evidenciaram-se os esforços da SUFRAMA para a consolidação do Pólo Industrial de Manaus, na esteira da política de produção de componentes e insumos. A gestão da SUFRAMA, na mesma época, definia-se pela expansão para a Amazônia Ocidental, pela descentralização e pela criação das Áreas de Livre Comércio.

A partir dos anos 90, o modelo protagonizado pela Zona Franca de Manaus teve de submeter-se às adaptações impostas pela nova política industrial brasileira. O comércio tornou-se secundário em relação à indústria, já que perdeu a exclusividade em termos de importação. As regras tributárias sofreram modificação: foi adotado um redutor de 88% em relação ao imposto de importação, ao mesmo tempo em que foram eliminados os limites máximos de importação e o índice mínimo de nacionalização, substituídos pelo chamado Processo Produtivo Básico. Paralelamente, a reestruturação do Pólo Industrial de Manaus, pautada pela modernização e ênfase na automação, qualidade e produtividade, resultou em um faturamento recorde para a década: mais de 13 bilhões de dólares.

Destacou-se, na mesma fase, o papel da SUFRAMA na gestão do projeto, com o planejamento corporativo e a atração de novos investimentos.

De 1996 até 2002, já estabelecidas as novas condições do mercado internacional e tendo em vista o impacto do Plano Real, buscou-se incrementar fortemente as exportações. O resultado foi excelente: em menos de 10 anos, os números saltaram de 140 milhões de dólares, em 1996, para 2 bilhões de dólares,



em 2005.

O Pólo Industrial também se ampliou. De acordo com as novas metas, investiu-se no aumento da competitividade tecnológica, por meio da criação do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus. Ao mesmo tempo, a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia vem impulsionando a formação de um pólo pioneiro de bioindústrias na região.

De lá para cá, Sr. Presidente, sobretudo após a prorrogação do prazo de vigência para 2023, verificou-se o esforço pela inserção internacional do modelo, especialmente por meio da realização de missões comerciais, acordos de comércio exterior e realização de eventos como a Feira Internacional da Amazônia, com destaque para a produção de biocosméticos. Essa deve ser, aliás, a tendência para os próximos anos: a produção de fármacos, cosméticos e produtos alimentares, a partir da privilegiada biodiversidade amazônica.

As metas prioritárias permanecem no sentido do aumento das exportações e do adensamento tecnológico do parque industrial. Os investimentos da SUFRAMA alcançam tanto a produção quanto a infra-estrutura, com a construção de aeroportos, estradas, estrutura para turismo e projetos de capacitação de mão-de-obra.

Esse pequeno retrospecto, Sr. Presidente, serve ao propósito de demonstrar o sucesso paulatino desse que foi o mais objetivo e exitoso esforço em prol do desenvolvimento da Amazônia e o mais bem-sucedido modelo de crescimento regional jamais implantado no Brasil. É a confirmação do que pode significar uma consistente e criteriosa política tributária, no que concerne à distribuição estratégica de incentivos fiscais.



A cada ano, melhoram os números da produção e das vendas. Em 2007, o faturamento foi da ordem de cerca de 23 bilhões de dólares e as exportações chegaram a 1,5 bilhão de dólares. Perfeitamente adequadas à abertura do mercado brasileiro para os produtos importados, as mais de 500 empresas integrantes do pólo industrial souberam reduzir seus custos e implantar novas tecnologias, tendo em vista os novos patamares de competitividade. Garantem mais de meio milhão de empregos diretos e indiretos. O conjunto é hoje o maior parque industrial brasileiro não localizado na Região Sudeste. A cidade de Manaus é hoje o maior entreposto aduaneiro da América Latina e a porta de saída de produtos de exportação para os mercados da América Central e dos Estados Unidos.

Somente no primeiro semestre de 2007, o faturamento do Pólo Industrial alcançou 11,5 milhões de dólares, com destaque para a produção de televisores com tela de LCD, que deverá aumentar com o advento da transmissão digital e a procura por aparelhos de alta definição. É apenas um item entre os muitos que compõem a *performance* do PIM, com destaque para os setores eletroeletrônico e de bens de informática e seus produtos de alto valor agregado.

Enquanto isso, a SUFRAMA continua aprovando projetos de implantação, atualização e diversificação, para novos investimentos e criação de novos empregos. Passa a conceder o Selo Verde para as empresas que mantiverem respeito ao compromisso ambiental, deixando clara a intenção de promover o desenvolvimento nos padrões mais atualizados da auto-sustentabilidade. A atuação da Superintendência, em sintonia com as necessidades emergentes, volta-se não apenas para o aprimoramento tecnológico e a busca de novos investidores, mas também para melhorar a logística, equilibrar a balança comercial, explorar



racionalmente a biodiversidade, investir em capital intelectual, adensar as cadeias produtivas e consolidar o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais do que nunca temos de ter em mente os excelentes resultados do grande empreendimento que tem sido a Zona Franca de Manaus ao longo desses 41 anos. A despeito dos problemas sociais persistentes, que, ademais, são comuns a todas as regiões brasileiras, temos de considerar que toda a Amazônia — em especial o nosso Estado do Amazonas — é devedora do grande projeto de isenção fiscal que redundou na Zona Franca de Manaus e que propiciou tão notável retorno em termos de geração de renda e emprego na região.

Nossa grande preocupação para o momento atual volta-se para a continuidade do modelo Zona Franca, tendo em vista os danos causados pela guerra fiscal e a ameaça que pode representar a economia globalizada. A permanência e a vitalidade da Zona Franca de Manaus exigem pulso firme do Governo Federal, no sentido de conter a disputa entre os Estados e de estimular a produtividade do enclave, que continua direcionada para o mercado doméstico, mas não perde de vista a meta de aumento constante de sua participação no mercado internacional.

Vimos todos acompanhando a polêmica gerada pelo Governo de São Paulo, que, em demonstração de absoluta insensibilidade aos problemas da Amazônia, se empenha em proteger sua indústria, elevando de 12% para 18% o ICMS incidente sobre produtos de outros Estados, contra os 7% cobrados para os produtos locais. Tendo ainda de arcar com os custos de transferência dos produtos, as indústrias de Manaus perderam competitividade com a diferença de 11 pontos percentuais na



tributação. Trata-se, na verdade, de uma medida extremamente danosa para o Estado do Amazonas e para toda a região, sobretudo levando-se em conta que São Paulo, sozinho, é responsável por 36% do PIB nacional, enquanto nosso Estado responde por apenas 2%.

Além disso, é no Estado do Amazonas que se concentra a maior parte da floresta amazônica — e a mais preservada. A ameaça de desemprego, que paira junto com o boicote fiscal à Zona Franca, é diretamente proporcional à ameaça ambiental que lhe será decorrente, com a exploração indiscriminada dos bens naturais à conta da necessidade de sobrevivência. Conhecedores que somos da ganância internacional voltada sobre a região, ardilosamente apoiada no tema da destruição, torna-se verdadeira irresponsabilidade lutar contra a permanência e a competitividade da Zona Franca de Manaus, que, nessa medida, concorre de modo decisivo para a manutenção da soberania nacional.

Por outro lado, Sr. Presidente, impõe-se maior agilidade nas decisões administrativas em âmbito federal, como, por exemplo, a fixação do Processo Produtivo Básico dos Biocosméticos Amazônicos, que permanece sem andamento nos Ministérios competentes. Trata-se de um projeto de inestimável potencial econômico, que garantirá fatia exclusiva no mercado internacional, cada vez mais interessado em produtos naturais e em indústrias comprometidas com o meio ambiente.

São esses, Sr. Presidente, os fatores que devem realmente pesar no empenho governamental de manter e revitalizar a Zona Franca de Manaus. Ali obteve-se incontestável desenvolvimento econômico, aliado a políticas de proteção ambiental, com geração de emprego, distribuição de renda e efetiva melhoria na



qualidade de vida da população.

Por outro lado, já estão encaminhados projetos de grande alcance, envolvendo investimentos em tecnologia de ponta, formação de capital intelectual e, sobretudo, inserção competitiva dos produtos fabricados em Manaus no mercado internacional. É, repetimos, um empreendimento de dimensões gigantescas que pode desdobrar-se em alternativas econômicas de grande alcance, como o turismo ecológico — tendência mundial que, certamente, fará da Amazônia uma rota prioritária em todo o globo.

Considerem-se, finalmente, as vantagens decorrentes de sua posição geográfica, central em relação aos blocos econômicos de todo o continente americano.

Esperamos, Sr. Presidente, que a complexidade da atual conjuntura, envolvendo a abertura do mercado e o avanço da chamada guerra fiscal, não escape às iniciativas do Governo Federal. A Zona Franca está a exigir providências definitivas, no sentido da atualização da política tributária e dos benefícios fiscais, a garantir, para as próximas décadas, uma nova e proveitosa etapa de crescimento, capaz de fazer frente aos desafios atuais.

Para tanto, contamos com a sensibilidade política dos membros desta Casa, no sentido de apoiar as iniciativas do Governo Federal em favor da Zona Franca de Manaus. Para além de interesses locais, trata-se de questão de alcance nacional, de incomparável valor estratégico, fundamental para o desenvolvimento da região amazônica e, conseqüentemente, de todo o Brasil.

Muito obrigado.



O SR. CARLOS BEZERRA (Bloco/PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a malária atinge anualmente até 500 milhões de pessoas em todo o mundo, provocando 1 milhão de mortes — o Brasil registra 600 mil casos por ano, com 5 mil mortes.

Esses números chocantes demonstram a importância do trabalho de uma instituição centenária, a Fundação Oswaldo Cruz, que acaba de anunciar um novo medicamento contra a doença, capaz de proporcionar cura mais rápida, reduzir a necessidade de internação e baixar o custo do tratamento.

Criada em 1900, com o nome de Instituto Soroterápico Federal, a Fundação Oswaldo Cruz, ou simplesmente FIOCRUZ, é hoje a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. Instalada numa área de 800 mil metros quadrados, no Bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, tem também unidades em Belo Horizonte, Salvador, Recife e Manaus.

Atuam na FIOCRUZ mais de 7.500 servidores e profissionais com vínculos variados. Entre suas múltiplas atividades, estão o desenvolvimento de pesquisas, a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde, a fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e *kits* de diagnóstico, o ensino e a formação de recursos humanos, a implementação de programas sociais.

É dessa instituição modelar que surge agora um impulso extraordinário à meta do Ministério de Saúde de, até 2011, reduzir para 360 mil os casos de malária no País. Trata-se do ASMQ, uma associação de artesunato e mefloquina, considerado o primeiro medicamento realmente inovador contra a malária lançado por um laboratório público no Brasil.

O ASMQ foi desenvolvido pela FIOCRUZ em consórcio com a DNDi, sigla em



inglês de Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas. Apenas duas pílulas do remédio por dia, durante 3 dias, eliminam o mal-estar causado pela doença, promovem a cura em menos tempo e resultam em uma expressiva economia, pois cada tratamento custa apenas R\$4,50.

Rápido, simples e eficaz, o ASMQ facilita a adesão do paciente, em comparação com os tratamentos convencionais, que exigem a ingestão de até 7 comprimidos por dia durante uma semana. Tem também uma formulação específica para crianças e não precisa ser conservado em geladeira.

Por outro lado, a associação de artesunato e mefloquina consegue evitar que mosquitos livres do plasmódio se infectem ao picar doentes e passem a contaminar outras pessoas, ou seja, elimina um importante fator de propagação da malária.

A soma de tantas vantagens apresentou resultados animadores no Estado do Acre, onde o uso experimental do ASMQ entre os anos de 2006 e 2007 reduziu de 150 mil para 93 mil o número de casos e de 9,5 mil para 6,3 mil o número de internações.

Por enquanto, os sais usados na formulação do ASMQ são importados, mas o Brasil poderá passar a produzi-los em breve. Também em pouco tempo, a tecnologia de produção será transferida para a Índia e países da África.

Tão expressivo foi esse lançamento da FIOCRUZ em parceria com a DNDI que mereceu matérias em alguns dos mais importantes periódicos do planeta, como *The New York Times*, *Washington Post* e *The Economist*. Isso está registrado na edição de junho da excelente *Revista de Manguinhos*, publicação que divulga as atividades da FIOCRUZ. A revista nos mostra, aliás, outros elogáveis trabalhos da instituição, como um projeto comunitário de produção de plantas medicinais e a



pesquisa de bioinseticidas para combater a dengue.

Por todas essas realizações, está de parabéns a Fundação Oswaldo Cruz.

Meus cumprimentos aos participantes do projeto de pesquisa do ASMQ e a todos os servidores e colaboradores que, com esforço, ajudam a salvar vidas e fazem da FIOCRUZ um orgulho para o Brasil.

Muito obrigado.



O SR. MARCELO GUIMARÃES FILHO (Bloco/PMDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, integrante do PMDB, depois do excepcional desempenho do partido nestas eleições municipais, não poderia deixar de manifestar meu entusiasmo e, ao mesmo tempo, cumprimentar todos os eleitos nesse pleito e aqueles que lograram obter vaga na disputa do segundo turno.

Assim como em quase todos os Estados da Federação, na Bahia, o PMDB, liderado pelo Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, também deu um vertiginoso salto passando dos atuais 20 municípios para 113 prefeituras, o que corresponde a um acréscimo de 465% em relação às eleições passadas.

O PT igualmente majorou sua base eleitoral, passando dos atuais 19 para 66 prefeituras, enquanto o PSBD manteve-se estável em seus 26 municípios conquistados nas últimas eleições.

Diante desse cenário, o segundo turno em Salvador acena para uma acirrada disputa entre o PMDB e o PT, onde os candidatos João Henrique e Walter Pinheiro, ambos meus diletos amigos, prometem fabuloso embate jamais visto na história soteropolitana, sem previsão de qualquer favoritismo.

No contexto nacional, o quadro não difere do crescimento verificado na Bahia, porquanto o PMDB também demonstrou excelente *performance* em todos os demais Estados da Federação.

Apenas para exemplificar, Sr. Presidente, destaco que o PMDB, somente no primeiro turno de eleições municipais, recebeu 4,5 milhões de votos a mais que em 2004, elegendo, com o total de 18,5 milhões de votos, 1.194 prefeitos, número este bem superior aos 1.058 empossados na eleição passada.



Ainda nessa linha de comemoração, além de Minas Gerais, com o surpreendente crescimento da candidatura do pemedebista Leonardo Quintão, merece destaque o desempenho do PMDB no Estado do Espírito Santo, onde foram conquistadas 22 das 78 prefeituras disputadas.

Dessa forma, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de registrar esse fato, aproveitando o ensejo para cumprimentar os eleitos, desejando sucesso àqueles que disputarão o segundo turno no próximo dia 26 de outubro, em especial ao candidato do meu partido à Prefeitura de Salvador, João Henrique, formulando, ainda, meus públicos elogios ao Ministro Geddel Viera Lima pela forma magistral com que conduziu o processo de reengenharia política no meu Estado da Bahia, notadamente pelo brilhante resultado obtido nas urnas, superando, para feliz surpresa do próprio PMDB, as expectativas de todos os que se engajaram nessa disputa eleitoral.

Muito obrigado.



O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esperamos que a crise financeira mundial não atinja com intensidade os setores agrícola e pecuário da economia brasileira, pois a safra 2008 é animadora, mas para 2009 as previsões não são tão otimistas.

Senão, vejamos: a safra de algodão, em particular em Mato Grosso, grande produtor nacional, estará reduzida em 20%; a safra de trigo, também na mesma proporção, o que frustra os produtores e o mercado consumidor de farinha, com reflexos nos preços de pães, bolachas, biscoitos e outros derivados. Também a soja vai sofrer, e no Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, a cana-de-açúcar.

De imediato, 2 medidas impõem-se: uma operação de crédito *stand by*, que alongue o perfil da dívida dos produtores de *commodities* e do setor avícola acoplado à produção de milho; e injeção de novos créditos a juros baixos, que permitam a sustentabilidade da safra 2009/2010. A Lei nº 11.775/08 autoriza a renegociação das dívidas agrícolas, mas sua aplicação exclusiva não será suficiente.

Também o setor de máquinas agrícolas para os produtores de algodão, soja e milho deve ser atendido em condições idênticas — operação *stand by* e novos créditos.

O próprio ex-Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues discorda dos que dizem que o setor do agronegócio brasileiro não será afetado pela crise financeira internacional. Já está sendo. Tem-se que evitar o desestímulo dos agricultores e incentivá-los a continuar plantando. Só o Estado, com seu poder de intervenção, e sem qualquer consideração ideológica, pode salvá-los.

O modelo neoliberal ortodoxo e o Consenso de Washington, com seus



supostos básicos de "deixar que o mercado tudo resolva", foram por terra. O que houve nos EUA — o bastião da economia liberal —, no Reino Unido, na Holanda, na França, na Bélgica, na Espanha, na Itália e no Japão foi intervenção estatal mesmo, gestão e controladaria pelos seus Bancos Centrais dos bancos com "ativos podres". No Brasil, isso ainda não ocorreu em macroescala, mas temos a experiência passada dos PROERs geridos pelo Banco Central, cujos resíduos ainda se arrastam (Banco Santos, Excell/Econômico, Nacional de Minas, Mercantil, Nacional do Norte etc.), agora na esfera do Poder Judiciário.

É preciso que o Governo também reactive — e nisto conheço a sensibilidade do Presidente Luís Inácio Lula da Silva — o mecanismo da garantia dos preços mínimos, com o recálculo desses preços, e deixe o Ministério da Agricultura na posição de operador do mercado. Com essas medidas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, teremos a certeza de que o setor agrícola resistirá à crise, garantindo o abastecimento de gêneros alimentícios no País e mantendo o nível das exportações já comprometidas em contratos futuros para 2009 e 2010.

Muito obrigado.



O SR. ELIENE LIMA (PP-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, meus cumprimentos.

Pesquisa feita pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET) revelou que, no ano de 2006, Cuiabá foi a Capital brasileira que menos registrou acidentes de trânsito com vítimas.

Segundo o estudo *Acidentes de Trânsito no Brasil: a situação nas capitais*, de 2005 para 2006, o número de vítimas em Cuiabá caiu de 235,1 para 49,7, considerando a taxa por 100 mil habitantes. A mesma redução foi percebida em todo Estado: de 498,7, em 2005, para 54,1, em 2006.

No entanto, os dados podem não ser considerados fidedignos. Isso porque órgãos que regulamentam o trânsito de Mato Grosso não têm controle algum sobre o número de acidentes com vítimas fatais ou não. As fontes de registros utilizadas pelos pesquisadores da ABRAMET foram o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mas é fato que, no DETRAN de Mato Grosso, já está sendo implantado um setor de estatísticas onde devem ser registradas todas as informações sobre acidentes de trânsito no Estado. Segundo a assessoria do órgão, como está em fase de implantação, ele ainda não fornece dados para o DENATRAN.

Os registros de acidentes sem vítimas em Cuiabá são feitos pela Polícia Militar e os dados são concentrados no Comando Regional 1, dentro do complexo do Comando Geral da PM.

Passo agora a abordar outro assunto, Sr. Presidente. O número de



estudantes beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), do Governo Federal, deve aumentar em Mato Grosso. Isto é o que indica a tendência, verificada desde a implantação do programa em 2005, de crescimento na oferta de bolsas.

Para a sorte dos estudantes sem condições de arcar com os custos de uma faculdade particular, os números do PROUNI sinalizam um acesso à educação superior cada vez mais fácil.

Para o primeiro semestre do ano que vem, as instituições privadas de ensino têm até novembro para aderirem ao PROUNI, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes que comprovarem não possuir perfil socioeconômico adequado para pagarem um curso superior. As inscrições dos candidatos a bolsas devem ser feitas após a adesão das instituições particulares ao programa, quando deve ser divulgado o número de bolsas disponíveis para o semestre.

O PROUNI foi criado no final de 2004 pelo Governo Lula e começou a operar em 2005, oferecendo 112.275 bolsas. Nacionalmente, foram mais de 118 mil estudantes beneficiados. O número de instituições privadas inscritas no PROUNI tem aumentado desde a implantação do programa e, consequentemente, o número de bolsas oferecidas também.

Do primeiro ano do programa até 2007, o número de bolsas ofertadas anualmente, tanto as integrais quanto as parciais, cresceu mais de 45%. No último semestre de 2007, 1.208 estudantes de Mato Grosso obtiveram bolsas.

Recebi a informação de que na Universidade de Cuiabá (UNIC) existem alunos do PROUNI em todos os cursos. Além de continuar no programa, a UNIC



teve um ótimo desempenho acadêmico em se tratando dos 1.050 alunos beneficiados.

O PROUNI exige que os alunos inseridos tenham aproveitamento superior a 70%, o que é raro não ocorrer entre os alunos do programa na UNIC.

Já na Universidade de Várzea Grande (UNIVAG), é certo que a instituição vai aderir ao programa em 2009, assim como tem feito desde 2005, quando foi lançado. A cada semestre, a instituição tem oferecido 98 vagas, que servem para todos os cursos. Atualmente, 289 alunos da UNIVAG estudam com bolsas integrais e outros 270 alunos têm metade de suas mensalidades pagas pelo PROUNI. No segundo semestre de 2007 e no primeiro de 2008, 50 beneficiados do programa já se formaram na instituição.

Pelo exposto, Sr. Presidente, quero elogiar esse programa importantíssimo para nossos estudantes que querem e precisam ter um título de graduação em seus currículos profissionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PR-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, expresso minha consternação pelo falecimento do ex-Deputado Virgílio Galassi, aos 84 anos. Nesse momento, a população de Uberlândia, em especial, e do Triângulo Mineiro sente-se órfã de seu mais ilustre líder, cuja vida exemplar deixou em todos a impressão de extraordinária figura humana.

Sério e coerente com suas obrigações privadas, Galassi foi alçado à vida pública primeiro na condição de Vereador pela UDN, de 1963 a 1966, quando presidiu a Câmara Municipal de Uberlândia. Pela Arena, dirigiu o antigo INDA, hoje INCRA. Pelo PDS, foi Deputado Federal Constituinte, de 1987 a 1988. Exerceu 4 vezes a Prefeitura de Uberlândia, nas décadas de 70, 80 e 90 do século passado.

Uberlândia e o Triângulo Mineiro são hoje um exemplo de vigor econômico e resolução de problemas sociais, possibilitando a seus habitantes qualidade de vida muito superior à média brasileira. E grande parte dessa conquista se deve à histórica liderança de Galassi no setor agropecuarista, bem como aos investimentos feitos por ele, quando Prefeito, em infra-estrutura.

Galassi, porém, era modesto. Segundo ele, nem mesmo os maus administradores conseguiram segurar o desenvolvimento de Uberlândia. *"A cidade sempre foi maior do que os seus políticos"*, dizia.

Pura modéstia. Sua atuação foi fundamental desde antes de ser Prefeito. Na década de 60, quando foi Diretor do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, em Brasília, Galassi ajudou a trazer para Uberlândia a Escola Agrotécnica Federal. Também foi membro fundador da primeira Escola de Medicina da cidade, e os 18 anos em que esteve à frente da Prefeitura foram fundamentais para que o Município



tomasse o rumo certo do desenvolvimento econômico e social.

Como Uberlândia é um centro logístico estratégico para os Municípios vizinhos em Minas, São Paulo e Goiás, as grandes obras realizadas por Galassi influenciaram, e muito, medidas semelhantes tomadas por outros Prefeitos. Entre essas obras, podemos citar a criação do Distrito Industrial, os loteamentos para moradia popular e rede esgotos em 100% da malha urbana.

O desenvolvimento do Triângulo Mineiro era desejado e visto como estratégico por Virgílio Galassi, preocupado em conter o crescimento desordenado de Uberlândia, o que seria desnecessário e inaceitável. Como ele mesmo definiu: *"Na perspectiva do futuro, acho que o limite tem de ser o da tecnologia. Não precisa crescer mais, a cidade já tem tudo. É preciso ajudar a região a crescer, e ela está crescendo".*

Tantas e tão importantes foram suas realizações que muitas obras de sua Administração, como o estádio do Parque do Sabiá, a maioria dos viadutos e o início da despoluição do Rio Uberabinha, são consideradas menores. Sua eficiência administrativa fazia com que o bom funcionamento de Uberlândia, até hoje uma realidade, fosse considerado normal, quase natural.

No fim do seu último mandato, em 2000, Virgílio Galassi se dizia realizado como homem público. Admitia não ter feito tudo o que desejava, mas, sim, o que foi possível, tendo em vista sua idade avançada. Ele gostaria de ter instalado a Tecnópolis de Uberlândia, um centro de pesquisa em tecnologia. Além disso, via a área de turismo como um outro bom negócio para o terceiro milênio. Essas áreas agora terão de esperar muitos anos de trabalho de homens públicos da estatura de Galassi para receber os investimentos necessários.



Homens de sua estatura política não são fáceis de encontrar. Sua fala mansa iludia os adversários, que pensavam estar lidando com alguém sem pulso firme. Contudo, Galassi só recuava frente a argumento melhor do que o por ele elaborado, evento muito raro. Como ele mesmo dizia: *"Em toda a minha vida pública jamais deixei de assumir posições firmes, claras e determinadas"*.

Extraordinário na vida política, também foi exemplo em sua vida privada. Pecuarista atento para a excelência, seu prestígio e apoio foram decisivos para os eventos e progressos do setor agropecuário em Minas e no Brasil. Como disse o atual Vice-Prefeito de Uberlândia, Aristides de Freitas: *"O Seu Virgílio era uma pessoa que estava acima de todos nós. Soube trazer adversários para o seu lado e se tornou uma referência a ser seguida"*.

Galassi também teve uma atuação brilhante como Deputado Constituinte, lutando pela democracia liberal e pelo direito à propriedade produtiva.

Defensor de Minas Gerais, sua morte deixa um vazio, Sras. e Srs. Deputados, um imenso vazio na política e no setor agropecuário.

Mesmo idoso e doente, não dispensava os compromissos públicos e o contato com a população em reuniões do sindicato rural, na inauguração de obras da Prefeitura e no lançamento de projetos governamentais. E em todos esses eventos, podia sentir de perto a simpatia de antigos eleitores, ansiosos por cumprimentá-lo.

Apesar de todas essas demonstrações de carinho, a idade o vencia. Ao final de 2006, não tinha mais disposição para contribuir com as decisões políticas que envolviam o Município. Por causa disso, desfilhou-se do Partido Progressista.

Coerente e ético do início ao fim de sua carreira política, Virgílio Galassi, de quem me orgulho de ter sido companheiro de partido, deixa mulher, filhos, netos, bisnetos e um exemplo a ser seguido pelas próximas gerações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 3.500, de 2008, que trata das dívidas agrícolas cujas origens é o crédito rural, é, para muitos Parlamentares, a solução para que os produtores brasileiros não tenham aumentado seus prejuízos, bem como não sintam insegurança quanto às suas propriedades, por causa de execuções fiscais, como prevê a Lei nº 6.830, de 1980, que dispõe sobre cobrança por meio da Justiça da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

Dito isto, acredito que, por intermédio de diálogo e de negociações que permitam avanços na aprovação do Projeto de Lei nº 3.500, o Governo Federal e os agricultores brasileiros chegarão a um bom termo, porque a aprovação da proposta na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados indica que Parlamentares e o setor agropecuário estão insatisfeitos com o atual processo de cobrança da dívida rural imposto pelo Executivo.

Os produtores rurais querem pagar suas dívidas. Isto é fato. Mas o Governo tem de melhorar as condições para que haja o pagamento. O setor rural reivindica que as cobranças e as execuções de dívidas sejam por meio de ações ajuizadas em varas cíveis, em rito ordinário. Os produtores afirmam que a inscrição de suas dívidas na Dívida Ativa da União e sua cobrança pelo rito da execução fiscal poderá inviabilizar seus negócios, suas existências e com isso levar muitos à falência ou à insolvência financeira, o que acarretará grandes prejuízos ao nosso País e à sua população.

Sr. Presidente, considero que a intenção do Projeto de Lei nº 3.500 é dar fim à dubiedade quanto à interpretação da lei a respeito da maneira como serão



executadas as dívidas de crédito rural. Os democratas consideram fundamental que dívidas de caráter privado sejam tratadas em fóruns adequados, como as varas cíveis. Muitos produtores têm questionado na Justiça a legalidade de utilização de rito da execução fiscal para a cobrança de dívida privada bancária e de crédito rural.

Muitos ruralistas têm conseguido decisões favoráveis da Justiça a seus pleitos. A verdade é que a Medida Provisória 2.196, de 2001, determinou que o Governo assumisse a cobrança e a execução de parte dos créditos rurais. Com isso, a União passou a ser credora, em vez de serem as instituições financeiras. O PL nº 3.500 vai estabelecer regras que vão atender os interesses de todos os envolvidos: o Governo, os bancos e os produtores rurais. Como está não pode ficar. Por isso, considero que a proposta vai ser aprovada.

Sr. Presidente, além disso, a nova proposta vale, também, para as dívidas de crédito rural que tenham sido renegociadas ou alongadas ou cujos créditos tenham a titularidade transferida, inclusive para a União, nos termos da MP 2.196-3, de 2001, que tratou da criação do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, além de autorizar a criação da Empresa Gestora de Ativos — a EMGEA.

O Projeto nº 3.500, de 2008, é de autoria do Deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT) e tramita em caráter conclusivo. Depois de ter sido aprovada pela Comissão de Agricultura, a proposta vai ser analisada pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Esperamos que o Governo entre em acordo com os produtores rurais, que querem saldar suas dívidas, mas em condições em que eles não sejam prejudicados. Os governos são eleitos para facilitar e melhorar a vida dos cidadãos e dos empreendedores, que ajudam a desenvolver o País. Esperamos negociar para



chegarmos a um denominador comum que atenda os interesses de todos.

Passo agora a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Recentemente, foi aprovada matéria de minha autoria que dispõe sobre a redução da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). O Projeto de Lei nº 1.255, de 2007, resgata uma pequena parte dos direitos daqueles que trabalham em prol do desenvolvimento do Brasil, porque movimentam a economia e abrem a possibilidade de criar mais empregos para o povo brasileiro, que são os empresários, sejam eles grandes, sejam pequenos.

O Projeto de Lei nº 1.255 foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados e vai, seguramente, ser analisado pelo Comissão de Finanças e Tributação, que terá um papel primordial para assegurar que esse projeto seja aprovado, posteriormente, pelo Plenário desta importante Casa de Leis.

Sr. Presidente, a base de cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido teve uma elevação de 12% para 32%, um aumento absurdo de 166,66 por cento, que incide sobre a receita bruta devida pelas pessoas jurídicas, o que redundou em um significativo aumento da carga tributária a que ficaram submetidas e por isso coloca em risco a capacidade de sobrevivência das empresas formalmente legalizadas.

Os ramos de atividades que foram mais prejudicados são as empresas prestadoras de serviços em geral, exceto as de serviços hospitalares, as que intermediam negócios, as de administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza, as de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de



riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios, resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*).

Como se vê, não precisamos pensar muito para percebermos que a CSLL está sendo cobrada de uma forma muita dura para aqueles que trabalham diuturnamente para vencer na vida. A elevação da CSLL é algo dantesco, para não dizer cruel. Proponho, por meio do meu projeto de lei, que a base de cálculo dessa contribuição passe a ser novamente de 12%, percentual esse digerível, apesar de ainda considerá-lo alto.

Enquanto isso, a arrecadação de impostos e contribuições federais no mês de junho atingiu 55 bilhões e 747 milhões de reais, um recorde, conforme anunciou a Receita Federal. Por sua vez, a arrecadação acumulada no primeiro semestre desta ano soma a quantia gigantesca de 333 bilhões e 208 milhões de reais, o que significa um crescimento de 10,43% em relação ao mesmo período do ano passado.

Percebe-se, então, Sr. Presidente, que o Leão está cada vez com sua boca escancarada, porque seu apetite é imenso. O Governo Federal, no meu entender, deveria, paulatinamente, diminuir a carga dos impostos e com isso fomentar ainda mais a nossa economia, que precisa sempre, e de forma intermitente, abrir novos postos de trabalho para podermos empregar o povo brasileiro, que é muito sofrido e precisa ser considerado.

Peço aos meus colegas Deputados que apoiem meu projeto, porque ele é justo e ajuda a preservar empresas que pagam a CSLL com muito sacrifício. Diminuir o número de taxas e impostos é salutar para toda sociedade. E diminuir o valor das taxas e dos impostos é uma questão de sobrevivência para todos aqueles que vivem de comércio, prestação de serviços e negócios em toda sua diversidade.



É tudo o que eu tenho para dizer no momento, Sr. Presidente.

Solicito que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e em outros meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. LÉO VIVAS (Bloco/PRB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago ao conhecimento desta Casa minha iniciativa de apresentar o Projeto de Lei nº 4.020, de 2008, que permite à pessoa jurídica a dedução, no Imposto de Renda, das despesas realizadas com a capacitação profissional de pessoas portadoras de deficiência contratadas na forma do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Os percentuais-limite de dedução propostos para cada exercício são de, isoladamente, 1% do Imposto de Renda e, cumulativamente com o Programa de Alimentação do Trabalhador, 4%.

Desde 1991, na forma da lei, as empresas com 100 ou mais empregados ficaram obrigadas a preencher de 2% a 5% dos postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas.

Considerada a proporcionalidade relativa ao número de trabalhadores, empresas com 100 a 200 empregados devem contratar 2% de portadores de deficiência; as que têm entre 201 a 500 empregados, 3%; as que têm de 501 a 1.000, 4%; e as que têm mais de mil empregados, 5%.

Previu-se também, de acordo com a Portaria nº 727, de 2003, do Ministério da Previdência Social, que o descumprimento de tais cotas sujeita as empresas a multas que variam de R\$991,03 a R\$99.102,12.

No entanto, apesar do cristalino alcance social da norma, uma vez que seu objetivo é ampliar a participação das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho, a falta de qualificação dos candidatos impossibilita o cumprimento das cotas pelas empresas.

De acordo com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), em todo o Brasil,



durante o ano de 2007, foram disponibilizadas 36.837 vagas, das quais apenas 7.206 foram preenchidas — apenas 20%!

Felizmente, algumas iniciativas vêm tentando modificar esse quadro. No Estado de São Paulo, por exemplo, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego criou o Pacto de Inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiência no Mercado de Trabalho.

De acordo com o programa, as empresas que aderirem a esse pacto devem se comprometer com a capacitação dos trabalhadores portadores de deficiência, sendo beneficiadas com prazo para o cumprimento das cotas, antes da lavratura do auto de infração.

Sras. e Srs. Deputados, esse é o contexto em que se insere o projeto por mim apresentado. Apesar de a legislação tributária já permitir que as pessoas jurídicas deduzam como despesa operacional, os gastos realizados com a formação profissional de empregados, conforme prescrito no art. 368 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999, minha proposta promove a efetiva integração das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho, ao incentivar as empresas a investirem na qualificação desses trabalhadores.

Lembro que o projeto atende as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal mediante o estabelecimento de percentual máximo de dedução, tanto individual quanto cumulativo com outro benefício fiscal.

Ressalto ainda que o percentual proposto é igual ao constante do inciso I do artigo 6º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, lembrando que o Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI), instituído pela Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, foi revogado pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.



Assim, sem extrapolar o limite global de dedução já existente, a aprovação do PL não causará repercussões orçamentárias e financeiras não previstas no Orçamento, mas apenas uma realocação de incentivos fiscais.

Por tudo isso, e convicto do elevado alcance social da medida proposta, espero contar com o apoio dos ilustres pares quanto da apreciação do Projeto de Lei n.º 4.020, de 2008.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo também a tribuna para manifestar minha profunda indignação e meu repúdio em relação às recentes propostas apresentadas por alguns Estados da Federação a respeito da necessidade de redistribuição dos *royalties* do petróleo em consequência da nova realidade criada pela descoberta dos campos do pré-sal.

A Nação vive um momento de euforia com a possibilidade de dar um salto no *ranking* dos países com as maiores reservas de óleo e gás. Estamos falando da descoberta, na bacia que vai de Santa Catarina ao norte do Rio de Janeiro, de campos localizados abaixo da camada de sal que quadruplicam as reservas brasileiras, elevando-as de 13 bilhões para 55 bilhões de barris, segundo a Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo.

É justamente em cenários como esse, de descobertas e de grandes possibilidades, que não é incomum surgirem propostas açodadas de mudanças nas regras vigentes, propostas construídas sem o devido cuidado e precisão e que, na maioria das vezes, criam um ambiente desfavorável aos investidores privados que atuam no País.

Penso ser natural o surgimento de uma realidade desconhecida trazer consigo a necessidade de reflexão e debate sobre um novo marco regulatório que



contemple as peculiaridades do mercado e os aspectos políticos e sociais que com ele se relacionam.

É o caso da nova conjuntura trazida pelo pré-sal. Alternativas ao modelo atual de concessão, viabilidade da criação de uma empresa especificamente para gerir a produção do pré-sal, vinculação dos *royalties* a projetos em áreas como educação, saúde ou infra-estrutura são temas de relevância nacional e que precisam de critério e reflexão no debate que agora se abre.

O início desse debate deve partir do reconhecimento de que as mudanças do modelo regulatório do petróleo trazidas pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995, que alterou o art. 177 da Constituição de 88, vêm funcionando de vento em popa. As alterações mantiveram o monopólio da União, mas permitiram que empresas privadas pudessem também executar as atividades de exploração e produção por meio de contratos de concessão. Aliás, tenho a convicção de que essas mudanças são as verdadeiras responsáveis pelo grande salto na indústria do petróleo no País nos últimos tempos.

Nesse modelo, além dos tributos e das contribuições sociais pagas, os concessionários das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural pagam uma compensação financeira aos Estados e Municípios brasileiros em que estão localizados os campos, ao Comando da Marinha e ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Essa compensação financeira são os famosos *royalties*, estabelecidos pela Lei nº 9.478, de 1997, conhecida como Lei do Petróleo, que também criou a Agência Nacional do Petróleo, a ANP. É um modelo fundamental para o País e que precisa de aperfeiçoamentos em função do pré-sal.

No entanto, Senhores, uma coisa é constatar a necessidade de ajustes no



marco regulatório em razão do pré-sal; outra é querer mudar as regras do jogo a toque de caixa e, com isso, comprometer a credibilidade e a estabilidade do sistema econômico e legal de nossa Nação. Precipitações podem resultar na fuga de investimentos privados no setor e na desvalorização das ações da PETROBRAS, além de no desrespeito a direitos de seus acionistas.

Então, é preciso discutir, mas discutir com equilíbrio e sem pressa. Sem pressa porque o que estamos definindo neste momento é o futuro que queremos para o País. E o futuro que queremos é aquele que coloca o Rio de Janeiro fora de qualquer risco, risco que pode ser trazido pelos recentes questionamentos sobre o modelo vigente de distribuição dos *royalties* do petróleo. Aliás, diga-se de passagem, sobre o justo e constitucional modelo vigente dos *royalties* de petróleo, fundamentais para a economia daquele Estado, que é o maior produtor de petróleo do País, responsável por cerca de 80% da produção.

É por isso, Sr. Presidente, que a bancada fluminense do Congresso Nacional encontra-se em franca mobilização para mostrar a todo o País o mal que propostas inconsequentes podem trazer para alguns Estados e Municípios brasileiros. Nessa luta, tenho certeza, temos a adesão de outras bancadas, como do Espírito Santo e de Sergipe.

Defendemos a manutenção das atuais regras sobre a distribuição e pagamento dos *royalties* no País. Afinal, não podemos abrir mão dos benefícios que Estados e Municípios recebem.

Sr. Presidente, a bancada do Rio de Janeiro não coloca em discussão a necessidade da distribuição equânime da riqueza nacional para que o conjunto dos brasileiros possa ver a sua realidade ser modificada. Isso é inquestionável! Contudo,



não se pode querer subverter o justo motivo que levou à inclusão dos *royalties* do petróleo na Constituição de 1988, em seu art. 20, § 1º.

Royalties não são dádivas, mas, sim, compensações.

Eles foram criados principalmente para compensar a perda que os Estados produtores de petróleo e gás teriam com a não-incidência do ICMS nas suas remessas para outros entes da Federação (art. 155, inciso II, § 2º, inciso X, "b", da Constituição).

Com efeito, os *royalties* pertencem aos Estados e aos Municípios em que são exploradas essas fontes de energia, porque é em seus territórios que custos ambientais e sociais criados pela atividade petrolífera são incorporados. E não se pode perder de vista o fato de que a exploração do petróleo figura entre as mais poluidoras das atividades econômicas.

Além disso, a cobrança de *royalties* sobre a produção de petróleo e de gás natural serve ao propósito de ressarcir os altos investimentos alocados em uma atividade que reverte para o conjunto da Nação, mas que um dia acabará, em face da finitude de suas reservas.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, a tentativa de restringir as receitas dos *royalties*, mesmo que para reparti-los com outros Estados e Municípios não produtores de petróleo, é injusta, é constitucional e constitui flagrante agressão ao equilíbrio da Federação brasileira, justamente por impedir que os benefícios da diversidade de cada ente federativo se conjuguem com as vantagens da unidade do Estado brasileiro.

A bancada carioca está a postos para defender com veemência os interesses de seu povo e fazer frente à tentativa escusa de alguns Estados de afrontar a Constituição e o modelo federativo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita satisfação, solicito a palavra para felicitar os moradores de Itumbiara, Estado de Goiás, pelo transcurso dos 99 anos de emancipação político-administrativa do município, no último dia 12 de outubro, e pela reeleição do ilustre Prefeito José Gomes da Rocha, com 84,49% dos votos.

A população de Itumbiara tem muito o que comemorar: a cidade está bem administrada. Os municípios contam com excelente infra-estrutura urbana, resultado do trabalho de um administrador arrojado e competente. José Gomes da Rocha adotou as medidas necessárias para garantir, com eficiência, melhorias nas áreas de educação, saúde, segurança pública, habitação, lazer, dentre outras, que fazem de Itumbiara um lugar ideal para morar, investir e trabalhar.

A reeleição do Prefeito José Gomes representa uma vitória para o Estado de Goiás. Teremos mais 4 anos de uma administração voltada para o progresso e para o desenvolvimento de Itumbiara.

Em parceria com o Prefeito José Gomes da Rocha, de perfil empreendedor e dinâmico, temos trabalhado para o desenvolvimento do município. Entre as realizações de que mais nos orgulhamos estão a pavimentação e a revitalização da Avenida Beira Rio; as ações de infra-estrutura urbana; a implantação do Centro de Inclusão Digital; a viabilização de duas viaturas policiais; dentre outras benfeitorias, além do empenho de emendas individuais de minha autoria ao Orçamento de 2008, destinadas às áreas de habitação e turismo.

Parabéns ao Município de Itumbiara pelo seu 99º aniversário de emancipação político-administrativa! Como sempre, estarei à disposição de seus municípios e de seus administradores para tudo em que puder ser útil.



Congratulo-me com o Prefeito José Gomes da Rocha pela brilhante administração em prol do desenvolvimento de Itumbiara, com a Câmara Municipal e todos aqueles que, a exemplo de mim, participam ativamente da vida daquela cidade e nela creditam os seus esforços.

Muito obrigado.



O SR. NELSON BORNIER (Bloco/PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a passagem do Dia do Professor, que será comemorado em todo o território nacional no próximo dia 15, decorrerá em clima de grandes preocupações, para uma categoria que sempre sofreu e continua sofrendo as conseqüências de uma política que ainda não conseguiu nortear os verdadeiros rumos de tão nobre atividade.

Em conseqüência, Sr. Presidente, estamos diante de um empasse que poderá nos levar ao caos educacional.

É preciso que o Sr. Ministro da Educação reúna-se com a categoria em torno de uma mesa-redonda e diga realmente o que o Governo pode fazer. O momento é difícil para todos e há de se ter prudência e compreensão de ambos os lados.

Não adianta falarmos sobre a data, reconhecer que os nossos colegas estão realmente ganhando muito pouco e manifestarmos nossas esperanças de que tudo melhore dentro de breve tempo e ficarmos de braços cruzados.

Na verdade, Sr. Presidente, não são apenas os professores que estão ganhando pouco, mas todos os assalariados do País, principalmente se levarmos em consideração que a categoria, há muitos anos, não tem um centavo de aumento.

Não nos esqueçamos, Sr. Presidente, de que foi a educação a grande redentora de países como Alemanha e Japão no pós-guerra. Em todo o processo, a preocupação com o professor esteve sempre em primeiro plano. No Japão, por exemplo, o professor, mesmo durante a guerra, era tratado com carinho muito especial, pois todos sabiam que a ele estava reservada a incumbência de formar as novas gerações.

Sei que não são poucos os grandes problemas enfrentados pelos professores



para melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Orientando crianças, jovens e adultos, esses profissionais estão sempre com a mente voltada ao bem-estar da sociedade, procurando fazê-lo da melhor maneira possível encontrada na educação.

Registro o fato, Sr. Presidente, e me congratulo com todos os professores do Brasil por tão auspíciosa data.



A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após 20 anos de promulgação da Constituição Federal, a população brasileira ainda sofre com o cerceamento de defesa perante a Justiça. De acordo com o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Fernando Calmon, apenas 40% das comarcas em todo o território nacional oferecem a prestação jurisdicional para os mais pobres.

É evidente que o direito ao defensor público assegurado pela Carta Magna ainda não se tornou realidade. No Ceará, por exemplo, das 172 comarcas existentes, somente 55 defensorias atuam para suprir as necessidades da população, realizando em média 32 atendimentos diários, o que realmente confirma o descaso e a falta de respeito com a sociedade.

A impressão de inacessibilidade é notória para todas as pessoas que não podem pagar por um advogado, ainda mais pelos recentes acontecimentos referentes à concessão de *habeas corpus* para pacientes com ótimas condições financeiras, o que, sem dúvida, reflete a idéia equivocada de que os ricos levam vantagem no sistema judiciário.

Outro ponto importante que precisa ser denunciado é a prática descomedida das defensorias dativas, realizada pelos Estados. A ação só contribui para a formação de grupos de advogados administrando as defensorias, dando uma errônea conotação de que a prestação jurídica é um favor prestado pela Ordem dos Advogados do Brasil — OAB e não um dever do Estado estabelecido na Constituição.

Portanto, Sr. Presidente, devido à sua importância, faço um apelo aos nobres pares para que a PEC nº 487, de 2005, mais conhecida como PEC da Defensoria,



volte a figurar entre as matérias da pauta de votações do plenário desta Casa.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para manifestar minha indignação com o pouco espaço político destinado à candidatura de mulheres. A falta de apoio pode ser constatada em números. Nos últimos 8 anos, a quantidade de candidatas a Prefeita, Vice-Prefeita e Vereadora atingiu um acréscimo de 13%, percentual longe de ser suficiente para uma real equiparação com o número de homens.

Nas eleições deste ano, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral — TSE, dos 381.215 candidatos, 80.855 são mulheres. Esse percentual representa apenas 21,2% do total, o que comprova a necessidade de ações focadas para incentivar a participação feminina na política, já que somos a maioria do eleitorado e da população brasileira.

Em comparação a outros países, especialistas consideram a participação feminina na política muito discreta. Realmente, concordamos que a baixa representatividade nos espaços de poder dificulta a quebra de paradigmas machistas, a ascensão a cargos importantes, levando-nos à estagnação e muitas vezes até a um retrocesso no processo do empoderamento das mulheres.

O Brasil figura em primeiro lugar no *ranking* de países da América Latina em que é mínima a porcentagem de mulheres em cargos no Executivo e no Legislativo, retratando um país que não aceita a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Sr. Presidente, mulheres competentes, aptas para ocupar cargos de direção assim como representar o povo existem, mas o universo masculino ainda impera na sociedade brasileira e acaba por mitigar a autonomia feminina, ocasionando salários desiguais, discriminação, falta de ascensão funcional.

Soluções como a adesão feminina contra o machismo brasileiro abrandaria o



cenário atual. Outro ponto para minimizar os efeitos é compartilhar a responsabilidade para com as tarefas domésticas, hoje majoritariamente a cargo das mulheres.

Entendemos que um caminho possível para mudança da atual conjuntura é a introdução de cotas na legislação. Como contribuição para o debate apresentamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2007, destinando 30% dos cargos comissionados na administração para as mulheres, medida que se impõe na tentativa de diminuir a discrepante desproporção de gênero no serviço público brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, esperamos dos nobres pares, principalmente das Deputadas, que não representamos 9% desta Casa legislativa, a soma de esforços em prol de uma democracia moderna, na expectativa de almejada equiparação entre homens e mulheres nos diversos segmentos da estrutura pública brasileira.

Finalmente, Sr. Presidente, em 1969, foi promulgado o Decreto-Lei nº 938, que regulamenta as profissões de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional no Brasil.

No transcurso das comemorações celebradas em 13 de outubro, data dedicada às duas categorias, quero registrar minha homenagem a esses profissionais, cuja atividade é de extrema importância na área da saúde voltada à reabilitação.

Nessa área, os fisioterapeutas dedicam-se, principalmente, a tratar pacientes afetados por dificuldades nos movimentos, dores musculares e distúrbios respiratórios. Para isso, recebem formação acadêmica que os habilita a construir o diagnóstico adequado, bem como a prescrever e aplicar o tratamento necessário à



evolução de cada quadro clínico.

Já os terapeutas ocupacionais voltam-se ao estudo e à prevenção de alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psicomotoras que podem acometer indivíduos, em razão, por exemplo, de disfunções genéticas, traumas ou doenças adquiridas. Procuram cuidar desses indivíduos também por meio do desenvolvimento de projetos terapêuticos baseados na sistematização e utilização da atividade humana, entendida como processo criativo, lúdico e produtivo.

Portanto, os integrantes dessas duas categorias profissionais têm enorme contribuição a dar ao esforço coletivo de melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Posso falar disso com conhecimento de causa, pois sou fisioterapeuta e, em anos de trabalho na Associação Beneficente Cearense de Reabilitação e nas Secretarias de Saúde de Fortaleza e do Estado do Ceará, tive a felicidade de verificar os benefícios que a atuação de meus colegas e a minha própria trouxeram a grande número de cidadãos.

Visando estender tais benefícios ao maior número possível de brasileiros, apresentei, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 4.261, de 2004, que prevê a incorporação de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais ao Programa Saúde da Família. Acredito que essa medida ajudará a ampliar e potencializar as ações desse programa, ao possibilitar o compartilhamento de um saber especializado com os demais profissionais integrantes das equipes multidisciplinares.

Assim, as equipes estarão mais capacitadas a atuar na prevenção de incapacidades, bem como na reabilitação, ressocialização e integração social de pessoas com alguma incapacidade instalada, o que, sem dúvida, terá grande



impacto sobre a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos atendidos e de suas famílias.

Tenho certeza de que, dessa forma, o Programa Saúde da Família ficará ainda melhor, ampliando a cobertura assistencial e chegando cada vez mais perto de atingir a meta da integralidade do cuidado com a saúde.

Portanto, dadas as indiscutíveis vantagens dessa medida para o conjunto da população brasileira, espero poder contar com o apoio dos nobres pares, para brevemente aprovarmos o PL nº 4.261, de 2004.

Concluindo, por ocasião do transcurso do Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, reitero meu compromisso com a valorização dessas categorias de abnegados profissionais, das quais, como fisioterapeuta, me orgulho fazer parte.

Muito obrigada.



O SR. JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, criada na década de 1950, tendo como fundadores o pastor Epaminondas Silveira Lima e sua esposa, Ada Silveira Lima, a Igreja Cristã Pentecostal da Bíblia no Brasil nos felicita com seus 50 anos de existência no País. Um tempo de muitas alegrias, conquistas importantes, em que muitas pessoas puderam conhecer a Palavra de Deus e os ensinamentos que a Bíblia proporciona àqueles que se aproximam da palavra sagrada. E tudo isso foi possível graças ao trabalho permanente de pessoas que acreditam na vida, no ser humano e numa sociedade melhor. Neste ínterim, cumprimento sobremaneira o Presidente Nacional da ICPBB, Bispo Natalino de Jesus Bisagati, pela sua perseverança e dedicação à frente desta instituição.

Sr. Presidente, num mundo onde a ciência quer provar que Deus não existe, este Parlamento constitui-se como espaço essencial para reafirmar que ele existe. E mais do que isso: o propagar a compreensão de que a tolerância religiosa e o respeito perante a todas as instituições religiosas que compõem o Brasil são pressupostos básicos para uma democracia plena. Tenho a convicção de que devemos estar sempre presente nas discussões que são importantes à sociedade. E essas discussões nos trazem reflexões sobre quais caminhos devemos escolher. Como Parlamentar, sei da importância de levarmos à sociedade respostas aos questionamentos, eis que somos colocados como representantes legais constituídos — direcionamento como cidadãos, brasileiros, frente às novas tecnologias e apreensões científicas, ao uso que fazemos do corpo humano e das possibilidades que Deus nos conduz.

Tenho a convicção de que, em tudo isso, deve ser preservada sempre a



condição do respeito à vida e do amor pela existência do homem. E é neste trilho que certamente percorrem as ações e os sentimentos da Igreja Cristã Pentecostal da Bíblia no Brasil.

Sr. Presidente, solicito que este discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. JOSÉ CHAVES (PTB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, procede muito bem o Presidente Lula, ao sustentar que o Brasil resistirá ao furacão financeiro que atinge os Estados Unidos, a Europa e a Ásia.

Não poderia ser outra a posição do Presidente.

O que ele não iria fazer era sair por aí apregoando catástrofes, espalhando pessimismo.

É evidente que nós, brasileiros, temos confiança de que o País se encontra confortavelmente apoiado em uma política econômica séria, que nos permitiu acumular 230 bilhões de dólares de reservas, controlar a inflação e manter o crescimento do PIB no entorno de 5% ao ano.

Na realidade, nem tanto ao mar, nem tanto a terra, porque a economia brasileira já atingiu relativo grau de abertura para o exterior, colocando-a *vis-à-vis* com a crise.

Mas, se estivéssemos em 2002, aí sim as consequências seriam calamitosas, como ocorreu em 1998 e 1999.

Em 2002, Sr. Presidente, estendemos as mãos ao FMI, aumentando nossa dívida externa. Em novembro daquele ano, nossas reservas eram de apenas 35 bilhões de dólares e os créditos do País na exterior estavam zerados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a situação hoje é bem diferente. Contudo, sabem o Presidente da República e as autoridades econômicas que, efetivamente, não estamos livres de uma "marolinha", de efeitos relativamente graves sobre nossa economia, que abalariam nossos macroindicadores econômicos.

Vou citar alguns pontos que considero fundamentais, quanto a esses efeitos.



Primeiro, a divulgação recente do Banco Central a respeito do elevado nível de endividamento dos brasileiros, no mínimo, deveria servir de alerta e merecer cuidados, porque o montante dessas dívidas cresceu mais do que os salários.

Ademais, Sras. e Srs. Deputados, o endividamento decorre, sem dúvida, de taxas de juros mais baixas e prazos de pagamento mais longos.

Segundo, apesar de o BC vir aumentando a taxa SELIC, o volume de crédito na economia avançou 32% este ano, batendo o recorde de 1 trilhão e 100 bilhões de reais, quantia que equivale a 40% do PIB.

É verdade que isso pouco ou nada tem a ver com o tsunami imobiliário que varreu o sistema financeiro americano, que, por sua vez, decretou o caos mundial.

Não é exagero botar-se as barbas de molho, esperando a tempestade passar.

É claro que a situação é preocupante.

No Brasil, o Presidente Lula sustenta o otimismo, mas, em âmbito mundial, sente-se a falta de um líder, tal como ocorreu em 1929, nos Estados Unidos. Então o Presidente Roosevelt enfrentou a Grande Depressão com o *New Deal* — um poderoso programa de recuperação econômica, inspirado nas idéias de John Maynard Keynes, eminente economista inglês que elaborou um sofisticado modelo para salvar o capitalismo da crise em que se encontrava.

Roosevelt colocou o Estado Americano a serviço da teoria keynesiana; interveio na economia e reabilitou a América, com o que enfrentou o fanatismo de Hitler e a Segunda Grande Guerra.

Sem qualquer dúvida, o mundo precisa de um novo Franklin Delano Roosevelt e um novo Keynes, antes que a crise afogue a todos.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.



Sras. e Srs. Deputados, os pensadores e filósofos têm a vantagem da presunção do futuro; os políticos, a de definirem os seus rumos; enquanto os sábios são capazes de ensinarem os caminhos para chegarmos a ele.

Pelópidas Silveira foi, ao mesmo tempo, pensador, filósofo, político e sábio, além de trazer consigo profundo sentimento humanista e de solidariedade com todos os povos pobres do mundo, à margem das conquistas do desenvolvimento material alcançados pelas sociedades.

Pelópidas Silveira faleceu no último dia 6 de setembro, no Recife, deixando uma obra invejável de coerência política, assentada numa trajetória de gestos que, por décadas, iluminaram a vida pública de Pernambuco e do Brasil.

Para ele convergiram aliados e adversários, muitos dos quais nem conhecia, que iam a sua casa em busca de conselhos ou para beber do seu pensamento e das virtudes do seu talento de homem bom, afável, educado.

O Dr. Pelópidas, como o chamávamos, recebia a todos com a nobreza dos grandes mestres, apontando-lhes soluções para seus problemas, os passos a dar, e sentia-se feliz por isso.

Pelópidas Silveira nasceu no Recife em 15 de abril de 1915, a mesma cidade que, como prefeito, ajudou a modernizar com ousadas obras de infra-estrutura, abrindo ruas e avenidas, construindo pontes, redesenhando o seu centro urbano, cuja expansão estendeu os seus braços para Olinda e Paulista, ao norte; para Camaragibe e São Lourenço, a oeste; e para Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, ao sul.

O Dr. Pelópidas foi um competente e engenheiro de extraordinária visão administrativa, tendo trabalhado na construção de várias rodovias, no interior de



Pernambuco, e no Porto do Recife, ao tempo em que exercia o cargo de Professor das Escolas de Engenharia e Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o grande pernambucano foi prefeito do Recife por 3 oportunidades, vice-governador e secretário de obras, este último cargo no início do 1º governo do seu dileto amigo Miguel Arraes de Alencar, então deposto pelo golpe militar de 1964.

Esse triste episódio de força e de suspensão do processo democrático em nosso País cassou o terceiro mandato de Pelópidas Silveira à frente da Prefeitura do Recife, para a qual havia sido eleito pelo voto popular.

Como tantos outros brasileiros, foi preso como "subversivo" e um "perigo para a democracia", e somente libertado pelo regime militar em dezembro daquele ano, recolhendo-se então ao seio de sua família com a dignidade que sempre caracterizou sua vida dedicada às causas maiores do povo de sua terra.

Em 1965, o regime o aposentou compulsoriamente da UFPE, juntamente com outros professores também apontados como inimigos da nova sociedade em construção.

Em 1980, o Dr. Pelópidas Silveira foi um dos beneficiários da Lei Geral da Anistia, reintegrado à UFPE, onde voltou a ministrar aulas, aposentando-se, por direito conquistado, em 1981.

O legado do Dr. Pelópidas constitui um acervo difícil de ser preenchido pelas gerações de hoje. Trata-se de uma perda irreparável para a história política de Pernambuco, semelhante àquela sentida há 3 anos, por ocasião do falecimento de Miguel Arraes de Alencar.



Suas lições perdurarão através do tempo e sua memória será preservada por todos os homens e mulheres de Pernambuco, em especial as camadas com que ele dividiu suas esperanças e sonhos de um progresso justo, solidário e socialista.

Parafraseando o escritor argentino Jorge Luis Borges, estou convicto de que, se Pelópidas Silveira *"pudesse viver novamente, na próxima vida tentaria cometer menos erros e fazer mais bondades.*

Morreu um homem sensato.

Morreu um sábio.

Pernambuco está de luto.

Comovido, encerro minha homenagem, endereçando à D. Marilu Silveira os meus pêsames, estendidos a toda a família do grande líder Pelópidas Silveira.

Era o que tinha a dizer.



O SR. VANDER LOUBET (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero tão-somente registrar o meu apoio — e com certeza o apoio de toda a bancada do PT — à proposta defendida pelo Governo Lula no sentido de criar a Lei de Responsabilidade Educacional.

Já temos um precedente importante nesse campo normativo que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, hoje um instrumento poderoso na guarda do interesse público e também no reforço ao rigor contra a prática de irregularidades com o dinheiro e o patrimônio públicos por parte de gestores sem compromisso com a ética.

Aproveito para parabenizar o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e a revista *Veja*. O Ministro, por sua atuação empreendedora na execução da política pública de ensino do Governo Federal. A revista, pelos seus 40 anos de história, pelo acúmulo das contribuições de suas reportagens com a redemocratização brasileira e a defesa das liberdades, da ética, da justiça.

A propósito, na comemoração dos 40 anos de *Veja*, foi brilhante e esclarecedora a participação do Ministro Haddad no debate intitulado *O Brasil que Queremos Ser*. Ele anunciou a criação, ainda este ano, da Lei de Responsabilidade Educacional, explicando ser esse um mecanismo eficiente para estabelecer, entre outras coisas, metas de conduta para os gestores de escolas públicas.

Nosso apoio é convicto, definido e esperançoso. Responsabilidade educacional é responsabilidade com o futuro do País.

Muito obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Antes de conceder a palavra ao primeiro orador do Grande Expediente, concedo a palavra pela ordem ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em caráter emergencial, o Fundo Monetário Internacional reuniu-se, no último sábado, a fim de anunciar providências relacionadas com a crise financeira, atingindo a economia globalizada, numa mobilização de 185 países-membros, representados na ocasião, o que comprova a generalizada expectativa em relação aos rumos dos atuais e traumáticos acontecimentos.

O Brasil fez-se presente, através do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, pressuroso em conhecer os itens prioritários das medidas recomendadas pelo poderoso organismo, do qual faz parte a Nação a que pertencemos, igualmente atônita diante do quadro caótico instalado em diversificados recantos do planeta, sem ainda solução em condições de tranquilizar as respectivas populações.

Manifestando-se, no ensejo, o titular de nossas finanças acentuou pateticamente, num extravasamento de sua justificada apreensão:

“A nossa geração nunca viu uma crise tão profunda. Especulação intensa nos mercados financeiros, falta de uma regulação e supervisão adequadas e mecanismos deficientes de resolução de crises em países importantes levaram ao que parece ser a pior débâcle financeira, desde a Segunda Guerra Mundial”.



Citando o saudoso ex-Presidente Franklin Delano Roosevelt, arrematou o Ministro: *“Estamos todos sofrendo as conseqüências do individualismo selvagem”*.

Já o Secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson, com o prestígio de quem exerce cargo do maior destaque e que foi responsável pela proposta de 700 bilhões de dólares para acudir as instituições americanas, assim se pronunciou no magno conclave: *“Os riscos para o ambiente econômico global são os mais sérios e mais desafiadores na memória recente”*.

Aguardamos, sob natural expectativa, que o lineamento preconizado pelo FMI seja observado por quase 200 países vinculados ao tradicional organismo, mesmo dentro de natural gradualidade, capaz de restaurar a confiança nos mercados e permitir a continuidade de investimentos, objetivando assegurar o crescimento de todos os continentes.

Depois da concorrida reunião, Mantega expressou esperança em que o mecanismo de capitalização proposto *“seja mais eficaz e revitalize as instituições”*.

É esse, sem dúvida, o nosso desejo, com a responsabilidade de integrante de um dos Poderes da República.

Tal expectativa necessita positivar-se sem delongas despropositadas, como desejamos todos nós, confiantes na condução de gestões revestidas de incomparável magnitude.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENmann (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 20 anos o Brasil dava um passo histórico, consolidando definitivamente a redemocratização do País com a entrada em vigor da nova Constituição Federal de 1988.

Batizada de “Constituição Cidadã”, ela estabeleceu um novo patamar de garantia dos direitos humanos e direitos sociais a todos os brasileiros, em especial aos nossos trabalhadores e à população mais carente.

A partir de 1964, o Brasil passou mais de 2 décadas governado sob regimes militares, e desde 1967 sob uma Constituição imposta pelo Governo ditatorial.

Por conta disso, garantias individuais e sociais básicas haviam sido abolidas ou reduzidas para proteger os interesses do regime de exceção.

Com o processo de abertura política, o desejo de fazer com que o Brasil pudesse novamente contar com uma Constituição defensora dos valores democráticos desembocou no fim da ditadura militar e na redemocratização do País, a partir de 1985, com a eleição de Tancredo Neves como o primeiro Presidente civil desde o golpe de 1964.

A convocação da Constituinte, no final de 1985, foi um momento decisivo no processo de democratização do País e um dos resultados da luta contra os Governos autoritários.

Em 1987 foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte com a missão de elaborar a nova Constituição brasileira.

Graças a ela, o Brasil voltou a ter eleição direta para Presidente da República.



Além disso, a nova Carta Magna estabeleceu maior responsabilidade fiscal e ampliou os poderes do Congresso Nacional.

Seu papel histórico foi, inegavelmente, o de restaurar o Estado Democrático de Direito, ampliar as liberdades civis, os direitos e garantias fundamentais, e instituir um Estado Social.

Eleito pela primeira vez Deputado Federal em 1986 pelo Paraná, tive a satisfação de participar ativamente desse momento histórico para o Brasil integrando as Comissões dos Direitos dos Trabalhadores, do Serviço Público e da Ordem Social, tendo sido o autor de mais de 80 emendas aprovadas e consagradas até hoje no texto da Constituição Federal de 1988.

Entre as nossas propostas que permanecem no texto constitucional estão questões que envolvem desde os direitos dos trabalhadores à participação nos lucros ou resultados das empresas; a licença-prêmio; o direito à creche para os filhos dos trabalhadores. Também incluímos no texto constitucional a garantia de manutenção dos serviços essenciais em caso de greve, a regulamentação e a abertura do mercado de venda e revenda de combustíveis, a criação e a integração das regiões metropolitanas.

Desde a Constituição de 1988, por exemplo, os trabalhadores brasileiros passaram a ter direito de participação nos lucros ou resultados das empresas. Esse direito foi garantido por nós, em proposta apresentada na Constituinte. Isso representou uma grande oportunidade de crescimento tanto para as empresas como para seus funcionários, estimulando a melhora da produtividade e resultando em aumento da renda de milhares de trabalhadores brasileiros.



Outra proposta de nossa autoria consagrada no texto constitucional foi a que resultou na regulamentação do mercado de venda e revenda de combustíveis no Brasil. A medida abriu o mercado, estimulando a concorrência e permitindo o crescimento do setor. Também inibiu a formação de cartéis, dando ao consumidor mais opções e poder de barganha para buscar melhores preços e exigir qualidade no serviço.

Integrar serviços como o transporte coletivo e a coleta de lixo é fundamental para melhorar as condições de vida das pessoas que residem em grandes centros urbanos, como os 25 Municípios que formam a Região Metropolitana de Curitiba. Afinal, se os problemas e necessidades são comuns, as soluções também devem ser. Foi dentro desse princípio que propusemos — e obtivemos o apoio da Assembléia Nacional Constituinte — a inclusão do § 3º do art. 25 da Constituição Federal, que prevê que *“os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”*.

A Constituição Federal de 1988 trouxe muitos avanços e criou inúmeros direitos para os cidadãos brasileiros. Mas muitos desses direitos, para existirem, precisam de uma lei ordinária para regulamentá-los.

Para garantir que esses direitos sejam respeitados enquanto não existir a norma que os regulamenta, nós propusemos, e a Constituinte aprovou, a criação do mandado de injunção. Hoje, o cidadão ou grupo de cidadãos pode utilizar o mandado de injunção para garantir o exercício de um direito. Ou seja, se existe um direito constitucional e a autoridade pública nega-se a respeitá-lo porque não existe



uma lei que o regulamente, a pessoa prejudicada pode entrar com um mandado de injunção na Justiça, e a decisão do Juiz, resolvendo aquele caso concreto, fica valendo como lei.

Também desde a Constituição de 1988 as empresas brasileiras que possuam mais de 100 trabalhadores passaram a ser obrigadas a manter creches ou escolas maternais para atender aos filhos de seus empregados. A proposta, de nossa autoria, foi aprovada pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores na Constituinte. Caso a empresa não tenha como manter instalações próprias para isso, ela pode fazer o atendimento por meio de convênios.

Também por nossa proposição, a Constituição brasileira passou a proibir que menores de 18 anos fossem usados para trabalhos em atividades insalubres, trabalho noturno ou perigoso.

Passados 20 anos da promulgação da Constituição Brasileira, não há dúvida de que a Constituinte foi fundamental para garantir que o Brasil retomasse de fato o caminho da democracia e principalmente da justiça social.

Como Parlamentar que pôde participar ativamente de todo esse processo, sentimo-nos honrados pela confiança a nós conferida pelos paranaenses, confiança essa a que procuramos sempre corresponder com muito trabalho, em busca das soluções de que o País precisa para garantir o desenvolvimento necessário para a promoção do bem-estar de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como se não bastasse toda a violência já cometida pela Brigada Militar — BM do Rio Grande do Sul desde o início do Governo Yeda Crusius contra trabalhadores rurais e urbanos, educadores da reforma agrária que realizavam jejum por melhores condições de ensino foram despejados no dia de ontem, 13 de outubro, pelo Batalhão de Operações Especiais da BM.

Na última sexta-feira, centenas de crianças de assentamentos e acampamentos do Movimento dos Sem Terra marcharam em protesto para exigir melhores condições para a educação no campo. Na segunda-feira, educadores realizaram jejum no prédio da Secretaria Estadual de Educação, porque estão há 9 meses sem receber salário e porque falta estrutura nas escolas itinerantes dos acampamentos, onde as crianças não têm livros, nem cadernos, nem materiais didáticos.

Existem 108 escolas municipais e estaduais nos assentamentos do Rio Grande do Sul, além de 9 escolas itinerantes nos acampamentos, todas funcionando, autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Mesmo depois do anúncio feito pelos educadores de que se retirariam do prédio, eles foram despejados pela BM, sob a orientação da Governadora Yeda e da Secretaria de Educação.

A educação realmente não é prioridade para a Governadora, pois o Estado reduziu 8,3 mil turnos em escolas públicas por meio da enturmação e multisseriação.



No mesmo período, a Secretaria de Educação fechou ou transferiu 122 instituições, em sua maioria localizadas em áreas rurais. Além disso, a Governadora tucana nega-se a implementar o piso nacional do magistério, uma luta histórica dos professores que o Governo do Presidente Lula acolheu. Por outro lado, o Governo do Rio Grande não cumpre o que diz a Constituição Federal, que exige a destinação de 35% do orçamento em educação, orçando apenas 26% para 2009.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana — CDDPH realizou há pouco mais de 1 mês uma diligência no Rio Grande do Sul para apurar denúncias de violência cometidas pela BM contra trabalhadores ocorridas em várias situações. Como resultado dessa ação, o Conselho orientou a suspensão das revistas e do fichamento de pessoas e a revogação da Instrução Operacional — IO 006.1, que orienta a BM a realizar despejos. Também recomendou ao Tribunal de Contas do Estado — TCE que apure os gastos da BM com as operações realizadas para coibir manifestações populares.

Infelizmente, a Governadora Yeda, do PSBD, continua ordenando a Brigada Militar a realizar despejos, a praticar violência física e moral contra militantes, a tratar como bandidos os trabalhadores do campo e da cidade.

Este é o novo jeito de governar o Rio Grande: bandidos soltos e polícia contra os trabalhadores.

Sr. Presidente, solicito de V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (Bloco/PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentar o Deputado B. Sá por sua eleição à Prefeitura de Oeiras, em nosso Estado do Piauí.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos no período em que se comemoram os 20 anos de promulgação da Constituição de 1988. Dentre seus vários méritos, cumpre destacar os dispositivos referentes a educação.

Diferentemente das Constituições anteriores, a atual Carta dedica um conjunto de 10 artigos especificamente voltados para esta fundamental área de políticas públicas.

O art. 205 consagra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, conferindo-lhe 3 objetivos já tradicionais na história da educação brasileira, ou seja, o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A Constituição Federal apresenta outro artigo inovador, o art. 206, reafirmando os eixos da liberdade de ensinar e aprender, da diversidade de concepções pedagógicas e da coexistência das iniciativas pública e privada, como fundamento de uma sociedade democrática. Sinalizou novo foco para as políticas públicas educacionais, e não apenas garantiu o acesso, mas também a permanência dos estudantes na escola. Para tanto, listaram-se outros princípios, cuja implementação constitui requisito indispensável, entre eles a garantia do padrão de qualidade, a gratuidade como princípio inarredável, do ponto de vista constitucional, e um elemento novo, próprio do momento brasileiro, que depois se



consagrou: a gestão do ensino público. Outro ponto importante, como princípio: a valorização dos profissionais da educação.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite, Deputado Átila Lira?

O SR. ÁTILA LIRA - Eu queria, primeiro, ilustre Deputado, fazer uma breve exposição. Depois abrirei espaço para que todos possam falar.

O Sr. Mauro Benevides - Então aguardarei minha oportunidade. Aparteá-lo será uma honra para mim.

O SR. ÁTILA LIRA - Está certo.

Prossigo, Sr. Presidente.

Para a plena execução desses princípios, os artigos seguintes estabeleceram condições básicas.

O art. 207 trata da autonomia universitária, com o objetivo de assegurar que as universidades sejam as instituições de produção e transmissão do conhecimento, que tenham autonomia acadêmica e administrativa e possam gerir seus recursos.

O art. 208 lista os deveres do Poder Público em matéria educacional. Pela primeira vez, foram detalhadas as obrigações do Estado com relação a todos os níveis e modalidades da educação básica, ao ensino noturno e aos programas suplementares para o ensino fundamental.

Nesta Carta, afirma-se também o ensino obrigatório como direito público subjetivo.

O art. 209 consagrou 2 princípios necessários e suficientes para a regulação da iniciativa privada na oferta do ensino: o cumprimento das respectivas normas gerais e a autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.



Já presente na legislação, no art. 210 consagra-se a existência de um núcleo comum de estudos para o ensino fundamental, a ser praticado em todo o País, como eixo central da nacionalidade na formação escolar de cada brasileiro.

O art. 211 teve o importante objetivo de estabelecer a divisão de responsabilidades entre os entes federados. A redação original contemplava apenas a União, com sua função redistributiva e supletiva, e os Municípios, com atuação prioritária no ensino fundamental e na educação pré-escolar. Mas a Emenda à Constituição nº 14 tornou ainda mais nítida esta divisão de atribuições: manteve as da União, ampliou as dos Municípios, com relação à educação infantil, e especificou as dos Estados e do Distrito Federal, no tocante ao ensino fundamental e ao ensino médio. O dispositivo, contudo, não descuidou de afirmar a importância da colaboração entre os entes federados na organização de seus sistemas de ensino.

Para dar sustentação ao efetivo cumprimento desse leque de obrigações que a Constituição destaca, o art. 212 tratou especificamente do financiamento da educação. Mantendo a estratégia da vinculação de um percentual da receita de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino, a Carta Magna elevou, no caso da União, o percentual de 13% para 18%.

O art. 213, definindo a destinação dos recursos públicos para as escolas públicas, previu contudo a possibilidade de sua alocação a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, bem como a instituições particulares, sob a forma de bolsas de estudos, na hipótese da rede pública não dar atendimento suficiente à demanda por vagas em determinada localidade. Menciona também o apoio financeiro público às atividades universitárias de pesquisa e extensão.



O último artigo da seção referente à educação tratou do plano nacional de educação e de suas 5 prioridades: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Em resumo, na história das Constituições brasileiras, o texto da Carta de 1988, chamada Constituição Cidadã, apresenta-se como o mais completo, abrangente e detalhado em matéria educacional, refletindo as inúmeras demandas sociais relativas a esse importantíssimo campo de políticas públicas.

Os marcos, assim definidos pela Constituição e desdobrados na legislação ordinária deles derivados, apresentaram de fato impacto no desenvolvimento e melhoria da educação nacional? Com certeza. Em muitos aspectos, houve impacto positivo; em alguns casos, fortemente positivo. Em outros aspectos, permanecem desafios importantes, para os quais o quadro legal fornece relevantes elementos para seu enfrentamento.

No que diz respeito à universalização do ensino fundamental, as conquistas são evidentes. A taxa líquida de escolarização é hoje superior a 97%. No nível do ensino médio, a expansão da matrícula também foi considerável: de pouco menos de 4 milhões, em 1991, para cerca de 8 milhões e 700 mil, em 2007, tendo alcançado, em determinados anos desse período, número superior a 9 milhões. No entanto, cabe observar que quase a metade dos jovens de 15 a 17 anos de idade ainda se encontram retidos no ensino fundamental.

Na modalidade da educação de jovens e adultos, a grande novidade da Constituição de 1988 é colocá-la também como uma modalidade que é de direito do cidadão e obrigação do Estado. Esse é o maior desafio sobre o qual ainda não



conseguimos avançar. Os progressos foram mínimos. A taxa de analfabetismo com idade igual ou superior a 15 anos está acima de 10%. O número de matrículas ainda é muito pequeno (5 milhões de estudantes), ou seja, 10% do total de brasileiros com mais de 25 anos. Mas se destaca uma coisa: 90% das matrículas são financiadas pelo Estado.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Federal B. Sá, futuro Prefeito de Oeiras.

O Sr. B. Sá - Nobre Deputado Átila Lira, quero cumprimentá-lo pela oportunidade da sua fala e dos comentários que tece sobre a nossa Constituição Federal, prestes a completar 20 anos. Pinçou V.Exa., de maneira escorreita, artigos da Carta Magna que dizem respeito diretamente à educação. Mais uma vez, na sua fala, V.Exa. comprova o que se vê no dia-a-dia: a letra da lei é boa, é correta, não só na área da educação, mas também na da saúde. Se, em muitos locais deste País, a execução prática e, naturalmente, os resultados esperados ainda não vieram, vamos observar que entram em cena falhas não só da política desenvolvida eventualmente no plano estadual, mas principalmente, em muitos casos, no plano municipal. É importante esta sua fala, até porque V.Exa. utiliza a arte do repetir. E a repetição, já diziam os gregos, é a mãe da sabedoria. Parabéns a V.Exa.!

O SR. ÁTILA LIRA - Agradeço a contribuição de V.Exa. e o destaque sobre a responsabilidade do Município na efetividade das políticas públicas, sobretudo de acesso ao ensino pré-escolar e infantil. Como eu dizia, é de se destacar que, no tocante a oferta desses níveis de modalidade de ensino, a participação do Poder Público, de maneira geral.



Na modalidade de educação especial, os avanços também foram importantes. As matrículas cresceram 10 vezes em 2006. A responsabilidade na sua oferta pelo Poder Público também se ampliou, passando de 14% para 35%, em 2006.

Além disso, um contingente de mais de 300 mil estudantes com necessidades especiais se encontra em escolas regulares, públicas, em sua quase totalidade.

Na educação infantil foram feitos também progressos consistentes, substanciais, particularmente na etapa da pré-escola. Cerca de 76% das crianças na faixa etária própria encontram oportunidade de freqüência a esse tipo de educação mantida pelo Poder Público e com o avanços notáveis, e sabemos que a educação infantil é essencial para uma educação de boa qualidade. Ela é a porta de entrada da formação da criança e do jovem. Contudo, o atendimento de creches ainda está longe de alcançar um bom patamar. Somente 15% das crianças de 0 a 3 anos têm acesso a esse nível de ensino, o que constitui ainda imenso desafio.

Ouço o aparte do companheiro Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Átila Lira, quando V.Exa. iniciava o seu discurso e começava a se reportar a artigos específicos da nossa Carta alusivos à educação, eu pretendia aparteá-lo para relembrar aquilo que foi, durante os trabalhos da Constituinte, a grande discussão travada nas Comissões Temáticas e de Sistematização, em torno do problema educacional brasileiro. Todos esses artigos que V.Exa. alinhou — arts. 203, 204, 205, 208, entre outros — representaram uma busca consensual e o entendimento, de que participou V.Exa., em torno da formulação do projeto educacional brasileiro. No instante em que V.Exa. ocupa a tribuna para se reportar a esse fato, eu me permito fazer diante de V.Exa., membro atuante da Comissão de Educação, um apelo no sentido de que nós nos



debrucemos sobre a reforma universitária, cujo projeto se encontra aqui nesta Casa desde a Legislatura passada. A sugestão que lhe faço é no sentido de que V.Exa. poderia, em função do seu pronunciamento muito bem conduzido, instar a todos nós, seus companheiros, para que envidássemos esforços com vista a concretizar a reforma universitária. Cumprimento V.Exa. pelo discurso proferido.

O SR. ÁTILA LIRA - Deputado Mauro Benevides, agradeço a sua contribuição. Nós, que fomos da Constituinte, sabemos quanto o debate em torno da educação, ciência e tecnologia foi polêmico, conflitivo, sendo essa, inclusive, uma das áreas que não obteve a aprovação unânime desta Casa, de maneira que, somente em uma fase seguinte da conclusão da Carta Constitucional, é que essa matéria foi resolvida.

Irei abordar aqui também a reforma universitária, que faz parte da pauta de discussão aqui no Congresso.

Em relação ao ensino técnico e à educação profissional, podemos dizer que ainda há muito a avançar no campo dessas modalidades. Embora a qualidade das instituições que atuam nessa modalidade seja reconhecida, sobretudo as federais e as estaduais de São Paulo, e mesmo considerando o grande esforço do atual Governo em fazer a expansão da rede federal e da rede estadual, a estatística mostra que somente de 10% dos alunos têm acesso a essa modalidade de ensino.

Ouço o companheiro Rodrigo Rollemburg.

O Sr. Rodrigo Rollemburg - Deputado Átila Lins, muito rapidamente, só para cumprimentar V.Exa. pelo seu pronunciamento e, mais do que pelo seu pronunciamento, pela sua trajetória política em defesa da educação. Desde o primeiro momento que conheci V.Exa. e soube de sua atuação nesta Casa, percebi



a sua missão, a sua dedicação à causa da educação pública de boa qualidade, e não apenas a educação superior, mas também a fundamental. Como diz V.Exa., temos avançado muito no que se refere a educação no nosso País. A expansão do ensino superior brasileiro, empreendida pelo Presidente Lula, com 88 novas extensões, com 12 novas universidades, assim como a expansão do ensino técnico e profissional, com a implantação de 214 novas escolas técnicas, está mudando o perfil do Brasil. Mas ainda há que avançar muito. Sem dúvida, a contribuição que V.Exa. dá a esse debate é riquíssima e só honra o povo piauiense que confiou a V.Exa. a sua representação.

O SR. ÁTILA LIRA - Muito obrigado, Deputado Rodrigo Rollemberg.

V.Exa. em seu aparte destaca a expansão do ensino. Realmente, são notáveis os investimentos do Governo Lula nessa matéria de ensino educacional e técnico. Nós vamos dobrar a capacidade de atendimento de alunos. Acredito que nos próximos anos essa meta será bem promissora nesse sentido.

Na rede federal de universidades públicas, também o Governo tem investido substanciais recursos e nós vamos obter esses resultados.

Na educação superior, o crescimento do número de instituições e de matrículas foi considerável. A expansão da educação a distância, mais recente, também abre novos caminhos de acesso. No entanto, permanece reduzido o contingente de brasileiros que ingressam nesse nível de ensino: apenas 13% da população com 18 a 24 anos de idade. Enquanto o Brasil ainda tem 30%, o Chile, por exemplo, tem 40%. A meta do nosso Plano Nacional de Educação é de 30%.

A questão da autonomia das universidades, especialmente as públicas, ainda requer melhor encaminhamento. No tocante a gestão e autonomia acadêmica,



autonomia administrativa, autonomia financeira, as universidades continuam como antes. Quanto a esse ponto, podemos dizer que o art. 207 trata apenas de princípios, pois não conseguiu ainda se materializar. A reforma universitária deverá ser um instrumento, mas acredito também que uma legislação específica sobre autonomia, sobretudo das universidades públicas, definindo a fonte de financiamento, poderá consagrar o princípio da autonomia como um dos maiores desafios, eis que é ainda um dos pontos mais atrasados da nova Carta Constitucional.

A garantia do padrão de qualidade permanece como um grande desafio presente. A nova legislação educacional, a partir da Constituição de 1988, possibilitou a definição e implantação de importantes sistemas nacionais e locais de avaliação. São os casos do Sistema de Avaliação da Educação Básica — SAEB e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES, bem como dos modelos e procedimentos que os antecederam.

A operação desses procedimentos de avaliação evidencia que a qualidade dos resultados obtidos pelos sistemas de ensino ainda está longe dos patamares aceitáveis. No nível da educação básica, por exemplo, os resultados dos alunos nas provas do SAEB não só se situam em níveis muito abaixo dos desejáveis em termos de proficiência acadêmica, como também têm apresentado tendência de queda.

As taxas de rendimento do ensino fundamental e médio revelam ainda a necessidade de esforços significativos no rumo da qualidade. Em 2000, as taxas de abandono eram de 12% e de 16,4%, no ensino fundamental e médio, respectivamente. Em 2006, passaram a ser de 7,5% e 15,3%. Com relação às taxas



de reprovação: em 2000, 10,7% e 7,5%, no ensino fundamental e médio, respectivamente; em 2006, 13% e 11,5%.

Vários fatores devem ser mobilizados para a melhoria da qualidade. A valorização dos profissionais da educação é um dos mais relevantes, seja no tocante a formação e qualificação permanente, seja com respeito a remuneração e a uma carreira digna e estimulante. Nesse sentido, ampliaram-se as oportunidades de formação em nível superior; e, recentemente, estabeleceram-se o piso salarial nacional do magistério público e a obrigação de revisão dos planos de carreira.

Esses esforços obviamente requerem investimentos. Os mecanismos de financiamento previstos na Constituição de 1988, aos quais se adicionaram os critérios e procedimentos de redistribuição, eqüidade e co-responsabilidade, por meio do FUNDEF e hoje do FUNDEB, são condições indispensáveis para a sustentabilidade deste processo. No entanto, parece haver consenso da necessidade de maiores investimentos. A despesa pública atual com educação situa-se em torno de 4% do PIB e já existem metas definidas por importantes movimentos da sociedade, como o Todos Pela Educação, no sentido de que até 2022 seja alcançado o patamar de pelo menos 5% do PIB.

Muitos outros aspectos poderiam ser mencionados neste pronunciamento. Citei apenas alguns dos mais importantes para evidenciar as conquistas e sinalizar os desafios ainda a ser enfrentados.

Gostaria de concluir, no sentido de que um dos grandes legados da Carta Constitucional em vigor é o de que os direitos do cidadão e as obrigações do Estado, em matéria educacional, em todos os seus níveis e modalidades, deixaram de ser considerados como normas programáticas, cuja execução estaria



condicionada à discricionariedade e conveniência da Administração Pública, e passaram a ser exigíveis ao tempo da necessidade social efetivamente verificada.

Penso que, em boa medida, os avanços na educação brasileira, nos últimos 20 anos, encontram suporte na Constituição de 1988. E que esta Carta define os limites e meios indispensáveis para o encaminhamento de soluções adequadas para os problemas que ainda se apresentam. Há, pois, que saudá-la e preservá-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Meus agradecimentos a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Cumprimento o Deputado Átila Lira pela reflexão oportuníssima que fez em seu pronunciamento na tarde de hoje.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero cumprimentar 2 integrantes desta Casa que foram eleitos Prefeitos: o Deputado Sebastião Madeira, eleito Prefeito de Imperatriz, no Maranhão; e o Deputado B. Sá, eleito Prefeito de Oeiras, no Piauí. Desejo um feliz mandato a ambos, que já trocam figurinhas ali, certamente discutindo o futuro das suas administrações.

Convido o ilustre Deputado Mauro Benevides a assumir a Presidência dos trabalhos para que eu possa promover uma reunião com o Ministério da Ciência e Tecnologia, na condição de Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. S.Exa. me daria muita honra ao me substituir na Presidência dos trabalhos.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Genoíno, do PT de São Paulo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, coincidência ou não, farei nesta tarde pronunciamento sobre os 20 anos da Assembléia Nacional Constituinte. Entretanto, quero primeiramente agradecer ao Deputado Renildo Calheiros, que estava inscrito para falar no Grande Expediente, mas ainda não chegou de seu Estado, por me ter concedido esse tempo. Dessa forma, poderei usar da palavra quando está na Presidência dos trabalhos o Deputado Mauro Benevides, Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Não resta dúvida de que a Assembléia Nacional Constituinte foi um dos períodos históricos mais importantes da democracia brasileira e encerrou um ciclo da nossa transição política do regime militar para a democracia. Ela foi, depois da Emenda Constitucional nº 26, que permitiu a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral; do falecimento de Tancredo; da frustração com as Diretas Já; do fracasso do Plano Cruzado; e do agravamento da crise econômica financeira, o cenário principal daquela época.

A Assembléia Nacional Constituinte significou aquele palco em que as disputas, as angústias, as reivindicações, as polarizações tiveram o seu espaço democrático de identidade, de realização, de negociação.

Por isso é correto afirmar que a Assembléia Nacional Constituinte foi um processo profundamente democrático, essencial na história política da democracia brasileira, e produziu aquilo que nós pudemos ouvir Ulysses Guimarães chamar de



Constituição Cidadã, como a pedra fundamental da cidadania brasileira, quando foi promulgada, em 5 de outubro de 1988.

É claro que esse processo profundamente rico, detalhado, uniu a participação popular com a participação direta dos Constituintes, sem um projeto prévio de Constituição da chamada Comissão Constitucional Provisória. A Constituição nasceu do debate, da confrontação e do processo político que o Brasil vivia.

Temos que resgatar o clima democrático, de efervescência, de confrontação, de pressão popular e de negociação.

É claro que em 2 grandes momentos enfrentamos, na Constituinte, a influência do então Governo Sarney, principalmente quando tratamos dos 5 anos de mandato, que contaminou o verdadeiro e democrático debate sobre a reforma política das instituições, e quando houve a rearticulação do Centrão, que foi um pacto produtivo, conservador e empresarial para tentar impedir o avanço dos direitos e garantias contidos no texto constitucional.

Esse processo, Deputado Mauro Benevides, que V.Exa. conheceu muito bem, foi sem dúvida a produção de um texto constitucional detalhado — aliás, foi importante ser assim, para que a sociedade se identificasse nele —, uma Carta de direitos. Diferentemente de alguns que consideram a Constituição errada por isso, eu considero essa a sua marca. Seria um equívoco alguém dizer que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, inspirada na Revolução Francesa ou na Constituição americana, é um exagero de direitos.

A nossa Constituição não é nacionalista, como se fosse um obstáculo para o desenvolvimento econômico do País; ela corresponde a um período histórico, mas,



ao mesmo tempo, à vida política do País, e visa à sua materialização, à sua regulamentação e ao seu aperfeiçoamento.

Portanto, discordo radicalmente do formalismo e da mesmice do constitucionalismo brasileiro, que vê na Carta de 1988 defeitos, e não virtudes.

Sr. Presidente, a Constituição não foi elaborada por uma comissão de sábios, que, num período de lucidez, produziu a fórmula acadêmica para o País. Ela é produto do conflito, do choque, da pressão. Foi por isso, inclusive, que não trabalhamos com um texto constitucional prévio, elaborado pela Comissão Constitucional Provisória.

Foi importante, nesse processo a iniciativa do então Senador e Líder do PMDB, Mário Covas, que, ao constituir o processo das Subcomissões, das Comissões e da própria Comissão de Sistematização, pressionou no sentido de garantir a soberania do processo constituinte, a partir do trabalho das Subcomissões, e não a partir de um texto prévio da chamada Comissão Constitucional Provisória.

Destaco, ainda, Sr. Presidente, as duas vertentes daquele processo de pressão: a da representação e a da participação popular. E qual o resultado desse processo? Podemos avaliá-lo no Título I da Constituição, que trata dos princípios fundamentais e garante a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político; e no Título II, que trata dos direitos e garantias fundamentais e faz a constitucionalização do conceito de trabalhador como cidadão, o que foi muito importante no detalhamento de direitos e garantias individuais — em torno desses direitos houve intensa polarização no palco da Comissão de Sistematização e no Plenário da Assembléia



Nacional Constituinte. Há, ainda, a plena liberdade de organização partidária, constante do título que trata dos partidos políticos e no que dispõe sobre a nacionalidade.

É importante destacar, ainda, Sr. Presidente, que a nossa Constituição não é uma obra técnica, nem acadêmica, nem formalista. Ela é uma obra da tensão social que o Brasil vivia. Os Constituintes souberam interpretar aquele momento histórico e fazer um equilíbrio entre o retrovisor — porque nós saímos de uma ditadura militar — e o pára-brisa, que anunciava as questões de futuro.

Essa questões de futuro eram, por exemplo, a conceituação do Estado como promotor da cidadania; a definição do Sistema Único de Saúde; a definição dos direitos do consumidor, que produziram o Código de Defesa do Consumidor; a definição dos direitos da criança e do adolescente, que ensejaram o ECA; a definição da previdência universal — transferimos 6 milhões de trabalhadores rurais do FUNRURAL para o sistema da previdência.

No campo da educação, destaco a importância do discurso do Deputado Átila Lira sobre os princípios constitucionais no âmbito da educação brasileira.

Resgatou-se, portanto, a idéia do Estado como promotor da cidadania.

Na ordem econômica, a Constituição não está ultrapassada. Mesmo com 62 emendas, algumas das quais mereceram a nossa oposição na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, não se alterou a base central do Estado brasileiro, de promotor, articulador e indutor do desenvolvimento econômico.

Também inserimos os princípios e o detalhamento da política urbana, da política agrária, do sistema financeiro, dos direitos da família. Fizemos debates radicalizados, Deputado Mauro Benevides, sobre a união estável ser ou não base de



constituição da família — até então, só o casamento o era. Isso também foi importante.

Houve avanços no reconhecimento da identidade da população indígena, avanços nas questões de meio ambiente, de comunicação e, é claro, Sr. Presidente, na definição da organização do Estado.

O art. 37 é o princípio norteador de uma visão republicana de Estado. Aliás, com base nesse dispositivo, o Supremo Tribunal Federal interpretou a questão do nepotismo.

Talvez no campo da organização dos Poderes a Constituinte tenha ficado contaminada pelo debate — 4 anos, 5 anos ou 6 anos de mandato —, e sofremos uma limitação na definição do sistema de governo e das regras futuras para que a democracia representativa e participativa tivesse bom nível de funcionalidade e de representação. Por isso defendo, num debate com todas as forças do Congresso Nacional, que façamos uma reforma política democrática após 2010, após a eleição do novo Presidente, após a eleição de Deputados, Senadores e Governadores. Em 2011, os Deputados e Senadores, além de suas funções constitucionais, votariam, num trabalho unicameral e por maioria absoluta, os artigos da reforma político-eleitoral. Assim não estaríamos pressionados por duração de mandato, por número de mandatos, por prorrogação de mandato. Votaríamos a emenda à Constituição em 2009 e, na eleição de 2010, cada partido discutiria com seus eleitores a sua proposta política. Esse é o aperfeiçoamento que falta para a organização das instituições e do sistema eleitoral na Constituição de 1988. Talvez possamos votar também os itens da reforma tributária, se não tivermos força, se não tivermos maioria para concretizá-la ainda nesta Legislatura.



Sr. Presidente, nesta comemoração dos 20 anos da Assembléia Nacional Constituinte, eu não podia deixar de agregar, ao lado da homenagem que presto ao então Líder do PMDB e depois um dos fundadores do PSDB, o Senador Mário Covas, a figura de Ulysses Guimarães.

Ulysses Guimarães foi o fiador, o negociador, o ponto de equilíbrio naquele processo de tensão ao limite. V.Exas. devem se lembrar muito bem de sessões dramáticas, com quebra de microfone, ameaças pela força física. Ulysses Guimarães nunca perdia aquela calma. Conversava com todas as forças em seu gabinete. Foi peça fundamental nesse processo, juntamente com a equipe de Constituintes que trabalhou principalmente nos momentos decisivos e de confronto, como o meu Líder, o hoje Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva; o então Senador Fernando Henrique Cardoso, com quem negociamos o Regimento Interno da Constituinte, o mais democrático dos Regimentos Internos que esta Casa já teve, a Resolução nº 2; o Relator, Bernardo Cabral; o Deputado Pimenta da Veiga; e meu amigo, que eu respeito muito e que hoje faz um brilhante trabalho no Ministério da Defesa, o então Deputado Nelson Jobim. Fizemos um trabalho coletivo na elaboração do texto constitucional.

Concedo um aparte ao Deputado Fernando Ferro. Depois ouvirei meu colega de Santa Catarina.

O Sr. Fernando Ferro - Deputado José Genoíno, com o brilho de sempre, V.Exa. traz para o plenário desta Casa a política que estamos cada vez mais precisando ver assumir seu papel na condução da sociedade. O mundo foi repentinamente tomado pela idéia de que a política deve voltar a gerir as sociedades. V.Exa. enfatiza muito bem essa definição constitucional do papel do



Estado. O mundo, diante da crise avassaladora que enfrentamos, de repente vê algumas figuras internacionais tomarem projeção. Por exemplo, saem de cena os presidentes de bancos centrais e entram Gordon Brown e outros estadistas e políticos, assumindo o papel de mostrar que é na política que deve estar o encaminhamento dos problemas. O pronunciamento de V.Exa., ao resgatar o que significou a Constituição Federal de 1988 e a forma como foi construída, presta exatamente um elogio à política. Hoje, mais do que nunca, estamos conscientes de que aqueles foram momentos cruciais para a definição dos rumos da sociedade brasileira. V.Exa. fala agora da necessidade de aperfeiçoarmos esse texto e da urgência de criarmos instrumentos de atualização da Constituição. Concordo integralmente com V.Exa. Temos de nos assenhorar dessa situação para podermos promover os ajustes necessários à consolidação do Estado Democrático de Direito, à consolidação de uma sociedade democrática em nosso País. O pronunciamento de V.Exa. está sintonizado com um momento dramático por que passa a humanidade, quando, mais do nunca, os papéis do Estado e da política são fundamentais para a construção de uma sociedade mais humana, de um processo civilizatório que faça jus ao destino da humanidade.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Deputado Fernando Ferro. Incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. Há alguns anos se dizia que o mercado não tinha voto, mas derrubava governos e desorganizava a sociedade. O deus do mercado virou o inferno do mercado. Isso nos mostra a necessidade da política legítima, da política do agente, do partido, do representante, não a política da mão invisível do mercado, que produziu este estouro. V.Exa. tem toda a razão.



Na Constituinte predominou a política. Grandes políticos deram rumo ao País naquele momento, alguns dos quais eu já citei neste discurso.

Pois não, Deputado Celso Maldaner.

O Sr. Celso Maldaner - Deputado José Genoíno, quero expressar a V.Exa. nosso sentimento de gratidão por esse pronunciamento em que V.Exa. reverencia tantas pessoas ilustres que fizeram a nossa Constituição, como o Dr. Ulysses Guimarães, e ressalta os avanços que conseguimos graças à Carta Cidadã. Lá se vão 20 anos. O pronunciamento de V.Exa. é muito oportuno. Meus parabéns! Seria importante também lembrar alguns itens que ainda requerem avanços, como o tema bastante polêmico da regulamentação do art. 23 da Constituição, a rediscussão do pacto federativo e as competências de Municípios, Estados e da União na questão ambiental, na questão indígena e na questão quilombola. Aliás, domingo assisti na *TV Globo* a um programa sobre um trabalho muito bom feito em Minas Gerais, no sentido não de punir o dano ambiental, de buscar soluções para os agricultores, especialmente para aqueles que conservam o meio ambiente. Teríamos de avançar um pouco mais nessa questão ambiental. Meus parabéns, Deputado José Genoíno, por este pronunciamento em homenagem aos 20 da Constituição.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Deputado.

Ouço, com prazer, o Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado José Genoíno, estava momentaneamente no exercício da Presidência da Casa nesta sessão em que V.Exa. ocupa o Grande Expediente e profere, sem dúvida, um grande pronunciamento, com a relembrança de fatos relevantes que assinalaram nosso esforço durante 2 anos para permitir o reencontro do País com o Estado



Democrático de Direito. Fiquei emocionado com a rememoração feita por V.Exa. da figura excepcional de Ulysses Guimarães, com quem convivemos seguidamente. V.Exa., radicado em São Paulo, era, portanto, da mesma representação do Presidente Ulysses Guimarães; eu, participando do PMDB ao seu lado, integrava a Executiva Nacional. V.Exa. fez um comentário do qual me permito tirar a seguinte ilação: Ulysses Guimarães era, ao mesmo tempo, uma figura austera e flexível, o que lhe permitiu estabelecer normas para uma convivência absolutamente tranquila entre os grupos que normalmente se digladiavam no processo democrático de formulação do documento básico brasileiro. V.Exa. precisa também reconhecer aquele instante delicadíssimo da Constituinte, quando o Centrão emergiu como força decisória ou semidecisória neste plenário, impondo alterações no Regimento Interno. Deputado José Genoíno, V.Exa. sabe que recebi a tarefa mais difícil da minha vida pública, que foi harmonizar as tendências conflitantes e oferecer à Casa um novo Regimento que permitisse o retorno dos membros do Centrão a este plenário, a fim de que tivéssemos no tempo aprazado a Constituição, que permitiu o reencontro do Estado Democrático de Direito. Era a relembrança que eu desejava fazer, embora esses fatos sejam do seu pleno conhecimento, Constituinte que foi em 1987/1988 nesta Casa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Deputado.

Ouço o Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

O Sr. Antonio Carlos Pannunzio - Deputado José Genoíno, V.Exa. faz um pronunciamento que é muito mais do que um amontoado de palavras. V.Exa. dá testemunho de um político lúcido, que soube conviver em determinada circunstância do episódio da Constituinte, com suas crenças, suas convicções, mas sobretudo



com muita grandeza. E soube também evoluir; não ficou estático na sua posição. V.Exa. faz referências a momentos marcantes do processo da Constituinte e cita lideranças expressivas de todos os segmentos político-partidários, o que emociona todos nós que acompanhamos a política há muito tempo. Em particular, rendo minhas homenagens a V.Exa. por ter mencionado a figura ínclita, impoluta, que deixou grande saudade entre todos nós, a do nosso querido companheiro Mário Covas. Parabéns a V.Exa. pela coerência em seus pronunciamentos e na sua ação enquanto político e homem público.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Tanto o Deputado Mauro Benevides quanto V.Exa. citaram a figura de Mário Covas. Não me esqueço do momento quando o Centrão se organizou e preparou o projeto substitutivo. Mário Covas nos chamou na Liderança do PMDB e disse: *“É bom botar o Centrão na Constituinte, porque eles vão legitimar o processo constituinte. Se eles ficarem fora, nós vamos ter uma crise do processo constituinte”*. Mas ele disse: *“Vamos articular os destaques de votação em separado em cima do substitutivo do Centrão”*. Portanto, quero destacar essa lucidez. Combinamos isso. Como ele era o Líder do PMDB, chamou Ulysses Guimarães e disse: *“Aceite a mudança do Regimento. Não vamos fazer guerra”*.

Confesso que naquele momento eu estava a fim de um confronto muito radicalizado, e eles chamaram a atenção, tanto Ulysses Guimarães quanto Mário Covas, para o fato de que aquele processo constituinte não podia ser inviabilizado. Já que o Centrão tinha maioria, era importante comprometê-los no plenário. Ficamos, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, sob a liderança do então Senador Mário Covas, organizando listas e listas com 171 assinaturas, para apresentar os destaques para votação em separado em cima do projeto do Centrão. Aí



estabeleceu-se a verdadeira negociação. Tínhamos uma base, que era a proposta da Comissão de Sistematização, e o Centrão tinha a sua. Aí fomos negociar. Nessa negociação, Ulysses conduzia e Mário Covas firmava posição política. Ele levava a posição política ao limite da tensão, da votação, da negociação.

Acho importante, Sr. Presidente, destacar que, na Constituinte, o maior momento do Congresso Nacional era a política no comando das decisões. Os líderes políticos se firmavam naqueles embates dramáticos. A negociação era respeitada, a palavra valia, e havia acordo entre oposição e situação.

Lembro-me de vários momentos em que o então Líder Mário Covas nos chamava e dizia: *“Nessa aí vou até o fim, no voto. Nesta aqui, vamos negociar. Mas vocês têm autonomia. Vamos para o pau ou vamos negociar?”* Foi esse processo que a Constituinte deu a essa obra permanente, que tem a durabilidade da vida do País.

Quero render essas homenagens a grandes líderes com quem aprendi em meu segundo mandato de Deputado Federal, como Deputado Constituinte.

Sr. Presidente, gostaria de completar o meu pronunciamento solicitando a transcrição do meu discurso escrito.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. será atendido, nobre Deputado José Genoíno.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 5 de outubro, quando o País ia às urnas para a votação, em 1º turno, nas eleições municipais deste ano de



2008, estávamos também comemorando o decurso dos 20 anos da promulgação da Constituição de 1988.

Sem dúvida, aquele terá sido o marco principal da história da democracia brasileira. Saímos de praticamente 21 anos da ditadura militar, com a eleição, por via indireta, de Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985. Ele não chega a tomar posse em 15 de março daquele ano, em virtude de doença surgida exatamente na véspera, doença que o levaria à morte no dia 21 de abril seguinte. Desde então, assume a presidência José Sarney, eleito Vice-Presidente da República, na chapa com Tancredo. Em 27 de novembro do mesmo ano de 1985, é promulgada a Emenda Constitucional nº 26 à Carta de 1967, pela qual é convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Instalada no dia 1º de fevereiro de 1987, ela funcionou em concomitância com a Legislatura ordinária, tendo sido integrada por 559 membros Constituintes, sendo 487 Deputados Federais e 49 Senadores, eleitos em 15 de novembro de 1986, além de 23 eleitos em 1982.

Com a promulgação da Constituição, em 5 de outubro, encerrou-se o período de transição política do regime militar para o civil, iniciado com a eleição indireta da chapa Tancredo/Sarney, mas legitimamente efetivado naquela histórica data promulgatória.

Tive o privilégio e a honra de ser eleito, então, pela segunda vez seguida, Deputado Federal e também Constituinte para aquela peculiar Legislatura de 1986 a 1989. Vivi o que várias e vários de V.Exas., Sras. Deputadas e Srs. Deputados desta Legislatura, não tiveram a oportunidade de viver. Mas junto com todos os companheiros de então, membros daquela Assembléia Constituinte, alguns dos quais estão ainda, como eu, a representar politicamente parcela da sociedade



brasileira e presentes nesta sessão, demos nossa decisiva contribuição para que o Brasil atingisse a maioridade política, se considerarmos como tal a idade vigente, de 18 anos, para a aquisição da maioridade civil. E esse fato, com a sua significação histórica e extraordinária, deixa-me profundamente honrado e emocionado. Afinal, estou hoje aqui como um dos subscritores da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a Constituição Cidadã, como a denominou o grande Presidente daquela Assembléia, o saudoso Deputado Ulysses Guimarães.

E não foi sem razão e propósito que o Presidente Ulysses assim a nominou, quando, em gesto famoso, flagrado e perenizado com filmagem da cena, brandiu o primeiro exemplar do texto da Constituição de 1988, recém-publicado, mas ainda não entrado em circulação, como que passando às mãos de cada brasileira e brasileiro, exatamente na hora em que o segurava, a pedra fundamental da cidadania, legitimamente inaugurada e lançada à zelosa fruição e guarda do povo, seu verdadeiro dono e destinatário, quando elegeu aqueles que a fariam, assinariam e ali, naquela sessão histórica, a estavam entregando à Nação.

A cidadania constitucional, como a viu Ulysses Guimarães, está marcada no texto da Constituição de 1988 em vários de seus dispositivos. Entretanto, nada melhor a caracteriza do que a proteção que lhe dá todo o conteúdo do seu Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais, que abrange os capítulos referentes aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, sabiamente tornados cláusula pétreia, nos termos do seu art. 60, § 4º, e aos Direitos Sociais. No que ela é tipicamente cidadã é em tudo aquilo que impõe e garante as liberdades públicas.

Tive oportunidade de dizer, em recente programa de televisão, do qual participaram companheiros que foram também Constituintes, que a importância



maior dos trabalhos daquela Assembléia Nacional reside no fato de ela ter sido, por assim dizer, um necessário leito onde se deram debates e discussões sobre todos os grandes temas que dominavam o cenário político, econômico, social e cultural da época, sendo que todos eles convergiram para o texto final. O importante foi o processo. O processo pelo qual, com todos os imensos obstáculos surgidos das divergências que se apresentavam a cada instante, exigindo paciente negociação política a todo passo, mesmo assim, prevalecia o convencimento da palavra, do discurso, juntamente com os acordos para as votações incansavelmente difíceis, para que pudéssemos finalizar cada redação.

O caráter de alegre homenagem, isto é, de regozijo, que marca este discurso talvez desaconselhe recordar aqui fatos extremamente negativos ocorridos à margem daquele processo de construção constitucional, mas que poderiam ter posto a perder tudo ou muito daquela grande oportunidade. Numa referência bem genérica, estou aqui a recordar fatos como, por exemplo, a permanente intromissão do Governo no ambiente político da Assembléia Constituinte, que deveria ter sido absolutamente soberana e acabou não sendo. Lembro, especialmente, de questões como a definição do sistema de governo (o formato de tendência majoritária inicial pró parlamentarismo, que foi revertido a poder de rolo compressor para o de presidencialismo), ou a questão da duração do próprio mandato do Presidente Sarney, ou, ainda, fatos como a quase invencível resistência oferecida pelas forças conservadoras às necessárias inovações em campos fundamentais da temática constitucional, casos dos direitos individuais, coletivos e sociais, dos direitos inseridos na ordem econômica e social e outros.



Esse rolo compressor a que me referi teve presença muito bem organizada na Assembléia, embora uma presença amorfa do ponto de vista da representação político-partidária eleita para a finalidade da elaboração constitucional. Recebeu o nome de Centrão, nele configurado todo tipo de ideologia que não fosse de esquerda, embora a ideologia nele notoriamente preponderante tenha sido a de um “centro-direitão”, avesso a inovações abruptas dos modelos constitucionais, anterior e majoritariamente vigentes no Brasil, produzidos em gabinetes, por redator único ou grupos de redatores fechados e não legitimados para isso por eleição popular. Não procurando comparar uma coisa com outra, mas não desperdiçando a oportunidade para dizê-lo, é bom lembrar que, em meio à convocação da Assembléia Nacional Constituinte, funcionou a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, também conhecida por Comissão Afonso Arinos, renomado jurista e ex-Parlamentar, que a presidiu. Essa Comissão foi encarregada de elaborar um anteprojeto constitucional, nos termos em que foi convocada, por decreto do Presidente José Sarney, em 18 de julho de 1985, para esse fim e visando a subsidiar, por assim dizer, o trabalho da ANC. Ela concluiu tais estudos com o respectivo anteprojeto em 18 de setembro de 1986. A ANC não adotou e não seguiu o modelo apresentado pela Comissão Provisória. Mas é bom notar o aspecto de preordenação do Legislativo, digamos assim, que parece ser um vezo desse constitucionalismo de gabinete à brasileira.

Enfrentadas as forças governistas da época e superados muitos dos impasses criados ou estabelecidos pelo Centrão, conseguimos chegar a um texto final avançado, a meu ver, do ponto de vista daquilo que se fazia necessário estabelecer, naquela fase da história do País, para contrastar com o que tínhamos



tido até então com a Constituição de 1967, outorgada pelo primeiro governo militar pós-1964.

Esses duros embates na ANC foram uma decorrência direta do que tenho chamado de “olhar pelo retrovisor”, com o qual as forças progressistas representadas na Assembléia tiveram de enfocar os até então bem marcantes antecedentes políticos vividos pelo País.

Ainda ressoam críticas de alguns que se consideraram perdedores: uma Constituição que, pela “excessiva” concessão de direitos individuais, coletivos e sociais, engessaria tanto o Estado quanto a iniciativa privada; uma Constituição “nacionalista”, que inibiria o investimento externo, necessário ao desenvolvimento do País; uma Constituição detalhista demais, contrária ao ideal de um texto sintético e enxuto, o que inviabilizaria sua aplicabilidade.

Nada disso aconteceu e se confirmou. Muito ao contrário, a meu ver a Constituição de 1988 instituiu a base central do moderno e atual Estado brasileiro, que é o Estado indutor, articulador e promotor do desenvolvimento. Além do que essas críticas continham uma visão da mesmice constitucional brasileira. Chamo de mesmice uma certa concepção de constitucionalismo extremamente formalista, sobretudo fundada no modelo da Constituição norte-americana.

Alcançados esses 20 anos de vigência, a Constituição de 1988 demonstrou ser, formalmente, moderna, embora extensa, e, substancialmente, abrangente de todos os aspectos que, por indispensáveis no momento de sua elaboração — e ainda hoje —, devem ser objeto de suas disposições.

Aliás, é bom frisar que, segundo penso, não existe modelo ideal de Constituição. Pode existir experiência de constitucionalismo estrangeiro que nos



sirva de fonte de inspiração para esse ou aquele instituto ou instrumento constitucional. Mas tipo ou texto constitucional modelar não existe. Entendo que cada país tem sua peculiar experiência constitucional. Nesse sentido, cada país tem sua própria cultura de constitucionalismo.

Em 1988, a Assembléia Nacional Constituinte entregou à Nação um texto constitucional primoroso. Claro que sem perfeição. Mas, numa palavra, uma obra de envergadura, à altura das expectativas.

Não pretendo — e não posso — estender muito mais este discurso com uma análise pormenorizada de disposições de nossa Constituição. É preciso, porém, fazer uma demonstração das qualidades que lhe atribuí há pouco.

Em 9 divisões por grandes áreas temáticas, o Constituinte foi sábio e original — pelo menos em termos da experiência constitucional brasileira — quanto a alguns pontos, que vou destacar.

No Título I — Dos Princípios Fundamentais, define a República Federativa do Brasil, proclamando-a como um Estado Democrático de Direito e estabelecendo seus 5 fundamentos em ordem hierárquica de princípios. O primeiro deles, a soberania, tem a ver com a independência nacional nas inter-relações mundiais do Estado brasileiro, observado o compromisso, expressamente declarado pelos representantes do povo reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, no Preâmbulo do texto constitucional, com a solução pacífica das controvérsias.

O segundo fundamento é o da cidadania, que, em conjunto com o fundamento da dignidade da pessoa humana e com o do pluralismo político formam a tríade expressa dos valores da sociedade brasileira, politicamente considerada, que confronta com sua arrogante ausência na ditadura.



O fundamento, colocado na quarta posição hierárquica entre os 5 se exprime como os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e diz respeito à determinação constitucional de adoção do modelo de economia de mercado, precedido por igual determinação para que este mercado respeite os valores socialmente relevantes do trabalho. Este quarto fundamento é um campo fértil às interpretações histórico-políticas. Significa, na realidade, uma cláusula declarativa constitucional decorrente do enfrentamento ideológico de forças políticas constituintes, no duríssimo jogo dos acordos político-partidários na ANC, em que havia o infundado temor de prevalência de um modelo de economia estatal, já na fase extintiva das economias do chamado socialismo real e, na verdade, adotado no Brasil dos governos militares, em nome de cujo rescaldo, falsa e supostamente, os representantes do pensamento liberal, na ANC, exigiram a presença de tal cláusula declarativa como fundamento do Estado Democrático de Direito que se instalava legitimamente.

Em contrapartida a essa condição de estipulação politicamente negociada, na mesma cláusula declarativa se antepôs que tal economia de mercado (designação do modelo econômico próprio dos países capitalistas e que consubstancia a expressão “livre iniciativa”) respeite os valores sociais do trabalho. Essa última expressão é bem genérica e não tem a mesma força significativa da outra, mas não deixou de ser uma resistência das forças políticas populares à imposição.

O Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais é, como já tive oportunidade de dizer, uma obra-prima. Tem a originalidade de ser uma longa estipulação, aparecendo logo no início do texto constitucional, de modo totalmente diferente da tradição de nossos anteriores textos constitucionais. Também, neste particular, difere de Constituições estrangeiras. Há quem se conforme com



estipulações gerais, onde a referência às normas relativas às garantias individuais e coletivas previstas em tratados internacionais são consideradas suficientes para prevalecerem internamente. Entre nós, além da opção pelo rol extensivo dos referidos direitos e garantias, o Constituinte foi sábio ao definir, no § 1º do art. 5º da Constituição Federal, que as normas ali previstas são de aplicação imediata, isto é, independem de lei para que tenham aplicabilidade. Por outro lado, a fim de que esse rol não implicasse exclusão, ao menos interpretativa, de outros direitos e garantias, optou-se por deixar expressamente prevista a aplicabilidade do que não constasse dele, conforme prevê o § 2º do citado art. 5º.

Não posso esquecer de destacar conquistas de ordem instrumental-processuais, como a previsão do mandado de injunção, do *habeas data* e do mandado de segurança coletivo, impensáveis antes de 1988. Também é de citar-se a estipulação constitucional da ação popular.

Na mesma linha de avanços, cabe mencionar as normas constantes de todo o Capítulo dedicado aos direitos sociais. Tudo isso leva à certeza de que a Constituição de 1988 não só estabelece instrumentos adequados ao exercício da cidadania, como também se mostra, por isso mesmo, extremamente democrática e socialmente justa.

O aspecto de sabedoria do Constituinte — e, portanto, a importância do detalhamento dos direitos e garantias fundamentais — se revela na preocupação de trazer para a inclusão expressa no abrigo constitucional grande gama de direitos antes desabrigados. É o caso, por exemplo, do art. 6º da Constituição, que define como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência



aos desamparados. Esse ponto, como vários outros do texto constitucional, são até hoje objeto de críticas dos “pragmáticos”, quando insistem em que se criaram direitos sem a respectiva fonte de sustentação financeira. Ora, uma coisa é você criar direitos específicos para respectiva aplicação custeada. Isso é papel da lei. Outra é você atribuir natureza constitucional, assim definindo-os, a direitos individuais e sociais, a princípios e garantias relativos a tais direitos, a fatos, situações, pessoas ou grupos de pessoas que, com essa natureza, devem estar acobertados, seja porque nunca o tinham sido antes de 1988, seja porque deveriam ter melhor enunciada sua natureza constitucional. Por isso que, a todos aqueles que criticam o texto da Constituição de 1988, sob a alegação de que teria criado mais direitos que deveres, mais despesas que receitas etc., e a todos aqueles que seguem os paradigmas dessa crítica, vale responder que, técnica e rigorosamente, a Constituição não cria nada. Ela ou manda o legislador criar por lei, prevendo esta — evidentemente, se for o caso — as fontes de sustentação financeira da respectiva despesa criada, ou manda a autoridade fazer algo, na forma do direito já existente antes dela ou a existir depois dela, mas tudo dentro dos princípios e limites que a própria Constituição estabelece.

E nisso pode ser vista outra face da sabedoria do Constituinte a que me referia. É que uma Constituição não é feita para ser aplicada, na totalidade de suas prescrições, já a partir do dia seguinte ao de sua promulgação. Logicamente, ela é aplicada na íntegra desde o início de sua vigência. Mas há várias normas constitucionais que dependem de lei para que tenham aplicabilidade no mundo da realidade prática. Uma Constituição é feita para — teoricamente, pelo menos — durar uma vida (e sabe-se lá quanto dura uma vida na perspectiva constitucional?).



A única Constituição dos EUA, por exemplo, dura até hoje, desde que foi aclamada pelos representantes dos Estados que a assinaram, em setembro em 1787. É verdade que totalmente adaptada à realidade norte-americana atual, mediante as inúmeras emendas que sofreu. Mas, guardadas as diferenças da experiência histórica e cultural de cada país, se a norte-americana foi única e é boa para eles desde então até hoje (são 221 anos), para a realidade brasileira, ultrapassada a tenebrosa fase de supressão das liberdades públicas, a que se seguiu a Constituição de 1988, esta foi feita para ter amplitude normativa tal que, mesmo com as várias emendas que a modificaram e a modifiquem pontualmente, dure uma vida constitucional inteira. Se já temos vinte anos cumpridos, chegaremos aos 40, aos 80, aos tantos centenários de existência, sobrevivendo em grande parte graças à sabedoria da Assembléia Nacional Constituinte que a elaborou.

Há, sem dúvida, inúmeros outros momentos de ouro, digamos assim, da Constituição de 1988, além dos que apontamos. Vou mencionar alguns. O mecanismo da iniciativa popular das leis como instrumento de exercício possível da chamada democracia direta (art. 14, III, da CF). É preciso motorizá-lo. Mas ele está ali como uma conquista do povo brasileiro.

Outro caso é o do princípio da liberdade plena de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos (art. 17, *caput*, da CF). Foi introduzido como uma clara reação à inexistência da liberdade partidária que vigorou por anos entre nós. É verdade que, no campo dos direitos políticos e dos partidos políticos, além das respectivas normas no capítulo da organização dos Poderes, a ANC perdeu, a meu ver, a oportunidade de fincar as bases para a criação de uma estrutura político-partidária representativa mais sólida, permanente e interativa, no interesse da



redução de entrechoques na relação entre o poder governativo e o fiscalizador-legislativo. Mas essa é uma preocupação do momento, quando se pensa em convocar uma constituinte exclusiva para esse fim, entre poucos mais.

No campo da organização do Estado, chamo a atenção para alguns pontos efetivamente inovadores da Constituição de 1988. O primeiro deles é o de ter trazido para o âmbito expresso da nossa organização político-administrativa os Municípios (art. 18, *caput*, da CF). Aliás, o extenso e específico tratamento dado a essas unidades da Federação brasileira também é uma novidade muito positiva.

Um segundo ponto a destacar é relativo à tipificação das competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Introduziu-se a tipologia das competências materiais e legislativas privativas da União (arts. 21 e 22 da CF), comum de todos os entes federados (art. 23 da CF) e a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24 da CF).

Um terceiro e importantíssimo ponto foi o da reconquista da autonomia e da representação política do Distrito Federal (art. 32 da CF). Ainda um ponto inovador é o capítulo dedicado à Administração Pública e aos servidores públicos civis e militares.

A organização dos Poderes, que abrange o maior número de normas da Constituição de 1988, apresenta como novidades a destacar, no Poder Legislativo, a faculdade, concedida às duas Casas do Congresso Nacional e a qualquer de suas Comissões, de convocar Ministros de Estado e titulares de órgãos da Presidência da República para prestarem informações sobre assunto previamente determinado (art. 50 da CF) e a atribuição de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais às Comissões Parlamentares de Inquérito (art. 58, § 3º, da CF).



No Poder Executivo, destaque-se a competência do Presidente da República para editar medidas provisórias com força de lei (art. 62 da CF) e para dispor, mediante decreto, de forma autônoma, sobre organização e funcionamento da administração federal e extinção de funções ou cargos públicos.

No caso do Poder Judiciário, a detalhada estipulação das competências dos respectivos órgãos judicantes, com destaque para o estabelecimento da exclusiva competência de decisão máxima do Supremo Tribunal Federal em matéria de natureza constitucional e a do Superior Tribunal de Justiça em matéria de natureza infraconstitucional. Ainda nesse âmbito, a Constituição de 1988 foi completamente inovadora ao definir o que denominou de funções essenciais à Justiça, onde se destaca o Ministério Público, em posição de absoluta autonomia em relação aos Poderes, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública, todas essas instituições com funções devidamente definidas no texto constitucional.

E assim eu seguiria com vários outros exemplos. Mas vou concluir, Sr. Presidente, negando que as críticas de que a Constituição de 1988, tendo ela sofrido até aqui 62 emendas, esteja correta. Penso diferente. Nenhuma dessas emendas alterou as bases do Estado de Direito que a Constituição estabeleceu. Venham quantas emendas aperfeiçoadoras vierem, desde não violentem esse núcleo de fundamentos da Constituição de 1988, ela sobreviverá incólume.

Parabéns aos brasileiros!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



Durante o discurso do Sr. José Genoíno, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Quero aproveitar a oportunidade e parabenizar o Deputado José Genoíno pelo grande trabalho desenvolvido durante a Assembléia Nacional Constituinte. Fomos Constituintes e caminhamos praticamente em todas as votações de Plenário junto com o Líder José Lourenço. Foi um momento marcante da vida pública do País.

Consideramos que foi a melhor Constituição, a Constituição Cidadã, pois assegurou direitos individuais e coletivos nunca vistos antes no País, introduziu também um capítulo especial sobre o meio ambiente para compatibilizar o desenvolvimento sustentável, ou seja, o desenvolvimento econômico sem prejuízo ou agressão ao meio ambiente.

Houve enormes avanços nos capítulos sobre os índios e os gêneros, evitando-se todo tipo de discriminação. Os direitos humanos também foram assegurados. Creio que a Constituição apresentou avanços que, hoje, ainda são referências em todo o mundo.

Foi um grande momento do Parlamento brasileiro, quando nos reunimos em assembléia e votamos a Constituição que o povo brasileiro tanto desejava. É lógico que a Constituição reflete o momento do País, e refletiu sobretudo um passado recente que não havia sido nada bom.

Posso dar o testemunho de quando sentávamos para discutir com Mário Covas, Nelson Jobim, José Genoíno e tantos outros Líderes, como Michel Temer, Ibsen Pinheiro e o então Presidente da Casa, Dr. Ulysses Guimarães. Ficávamos 8 horas em pé, em frente ao microfone, para encaminhar as votações. Varavámos noite adentro.



Com a Constituição foi diferente. Antigamente fazia-se um modelo, mas com esta não. Foram feitas 24 subcomissões que drenaram para 8 comissões temáticas, as quais drenaram para uma comissão de sistematização, da qual fiz parte, e depois para uma outra comissão de redação final, da qual também fiz parte. Pudemos verificar que todos os Constituintes participaram decisivamente daquela importante Constituição brasileira, a mais democrática, a mais cidadã e a que mais assegurou direitos individuais e coletivos ao povo brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Zonta.

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de, com muita satisfação, registrar a presença nesta Casa de uma delegação do Município de Seara e também integrantes de Itá e Ipameri que visitam Brasília. Na sua maioria, são agricultores, mulheres e homens, pequenos empresários que trazem a sua força, a sua solidariedade e mostram um pouco do grande País que somos nas várias dimensões e nas diversas regiões.

Deixo aqui o registro e o agradecimento a esta delegação que veio visitar a Casa, Brasília e ver o desempenho dos nossos trabalhos.

Deputado Celso Maldaner, esta é a gente que nos visita.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Celso Maldaner. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro a presença de catarinenses dos Municípios de Seara e Itá, localizados na nossa região, o extremo oeste de Santa Catarina. É uma satisfação muito grande receber aqui nossos conterrâneos.

Localizado no meio oeste do Estado de Santa Catarina, o Município de Treze Tílias comemorou 75 anos de imigração austríaca, no último 12, domingo passado. A cidade é um dos poucos Municípios do Brasil que têm sua data festiva e feriado municipal no dia em que é comemorado o aniversário de imigração.

Fundada em 13 de outubro de 1933, quando o então Ministro da Agricultura da Áustria, Andreas Thaler, trouxe para nossa região o primeiro grupo de imigrantes austríacos. Decidido a fazer um programa de colonização para contornar a grave crise econômica que antecedeu a II Guerra Mundial, encontrou aqui as terras apropriadas e fundou a colônia austríaca Dreizehnlinden.

Vários grupos, na maioria originários do Estado do Tirol, na Áustria, juntaram-se a esses pioneiros, nos anos seguintes, formando na nova terra uma próspera comunidade. O nome Dreizehnlinden, traduzido para o português Treze Tílias, foi escolhido pelo fundador, inspirado no poema *Die Dreizehnlinde*, de Wilhelm Weber. A Tília é uma árvore originária do Hemisfério Norte, que, no entanto, foi aclimatada e pode ser encontrada no Município.

Treze Tílias é conhecida como o Tirol brasileiro, devido aos valores culturais e artísticos trazidos pelos imigrantes austríacos e cultivados por seus descendentes.



Com eles veio também a arte da escultura em madeira que aqui se desenvolveu, formando um pólo artístico no Brasil e no exterior.

O artesanato também é bastante expressivo e pode ser encontrado nas casas comerciais. Além de vários pontos de visitação, a cidade dispõe de ampla infra-estrutura hoteleira e gastronômica, onde o visitante pode encontrar conforto, bom atendimento, apresentações folclóricas e culturais. A arquitetura típica dos Alpes, o idioma, a gastronomia, a música, a cultura e o folclore fazem de Treze Tílias uma típica cidade em território brasileiro.

Essencialmente a Tirolerfest tem como objetivo mostrar a cultura, a arte, o folclore, a culinária, a música e as tradições austríacas trazidas pelos imigrantes. Portanto, uma festa que mostra o que Treze Tílias tem nas suas tradições. Na festa se encontra farta gastronomia austríaca, danças folclóricas tirolesas, música austríaca, exposição de arte e artesanato, desfile histórico e muitos bailes, regados à cerveja.

Só para registro, Sr. Presidente, uma delegação de 400 austríacos chegou especialmente para a festa, entre os quais autoridades federais, estaduais e municipais da Áustria.

Uma feliz curiosidade é que Treze Tílias está, até hoje, intimamente ligada à sua pátria mãe, e o Município recebe recursos da Áustria para projetos ligados à cultura, à saúde e à educação. O Município também conta com o único consulado fora de uma Capital no Brasil. Treze Tílias conta com o consulado austríaco ao lado da Prefeitura municipal.

A Tirolerfest se estende até o dia 19 de outubro, e todos estão convidados a prestigiar a cultura, a arquitetura e a gastronomia típica do Município.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Com a palavra a nobre Deputado Fernando Ferro. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais pessoas que acompanham esta sessão, o mundo assiste ao desenrolar de uma crise econômica sem precedentes, que atinge Estados Unidos e Europa.

Vimos desmoronar alguns princípios das leis de mercado tidos até recentemente como definitivos. A Islândia, país modelo, verdadeiro paraíso da social-democracia, acaba de tomar da Rússia, ex-União Soviética, um empréstimo de US\$5 bilhões para sobreviver. O Chefe de Governo da Grã-Bretanha, Gordon Brown, acaba de nacionalizar o sistema bancário e, comprando ações, promove um franco processo de entrada do Estado na economia britânica. Tudo isso dizima as teorias e afirmações que tanto ouvimos nos paraísos do neoliberalismo, Estados Unidos e Europa, e também aqui no Brasil, repercutidas por muitos políticos e economistas hoje calados. Muitos analistas políticos de nossa mídia, como Miriam Leitão, Carlos Alberto Sardenberg e Lúcia Hippolito, estão calados e atônicos com o que está acontecendo, tomados de surpresa pela crise do capitalismo mundial — o que é muito curioso, porque ela não é de fato súbita, mas resultado de um processo.

Afirmava-se que a privatização, a venda da PETROBRAS, do Sistema ELETROBRAS, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal era o caminho a ser trilhado pela economia brasileira. Imaginem se tivéssemos vendido a PETROBRAS! Com a descoberta da camada pré-sal, os países emergentes que reagiram a esse ideário são os hoje anunciados como os que têm condições de sobreviver à crise. Ironicamente, o Brasil, os demais países da América Latina e



países emergentes como China, Rússia e Índia são os que, supostamente, têm condições de sobreviver à crise.

O Sr. Bill Rhodes, principal dirigente do Citicorp, disse que parece que Deus é brasileiro. Outros dizem que os Estados Unidos, os professores que determinavam como deveriam agir os países latino-americanos, devem agora aprender com seus alunos. Agora os alunos têm o que ensinar aos professores do FMI e quejandos.

O fato é que, não fossem as possibilidades dos países emergentes, a crise estaria muito pior. Quando o Presidente Lula diz que o Brasil tem melhores condições de sobreviver, muitos dizem com ironia que somos uma ilha. Ora, nenhum país é uma ilha num sistema globalizado como o de hoje, mas é evidente que temos condições muito melhores de sobreviver a essa catástrofe da economia mundial, porque hoje somos uma nação estável, temos a PETROBRAS, temos recursos naturais, temos uma agricultura que pode dar uma resposta de acordo com a amplitude dessa crise, oferecendo saídas para o Brasil e para a humanidade.

Por isso, Sr. Presidente, sem orgulho ou pretensão exagerados, podemos dizer que temos, sim, lições a dar ao mundo, neste momento dramático para a economia mundial.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Narcio Rodrigues, 1º Vice-Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Com a palavra o ilustre Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a importante participação do Partido Republicano Brasileiro — PRB nas eleições municipais do Maranhão.

Primeiro, quero destacar a participação do Presidente Vitor Paulo em nossa campanha em São Luís, e da mesma forma a do Vice-Presidente, que, na condição de Presidente de honra do partido, enviou mensagem gravada de apoio à nossa candidatura e ao partido em todo o Estado.

Entendemos que o PRB, pelo apoio que recebeu nacionalmente, principalmente pela condução democrática com que tem desenvolvido suas ações no nosso Estado e no País, conseguiu um grande crescimento.

Recordo-me de que, quando assumi o Partido Republicano Brasileiro no Maranhão, ele não tinha nenhum Vereador ou Prefeito. Hoje, para nossa felicidade, saímos das urnas com 9 Prefeitos eleitos, e ainda vamos disputar as eleições em Benedito Leite — elas foram anuladas pela Justiça Eleitoral, por conta de tumultos e algumas ações de vandalismo — no dia 26, dentro do princípio democrático. O PRB está disputando a eleição naquele Município. Então, poderemos chegar a 10 Prefeitos eleitos no Estado do Maranhão.

Hoje contamos com 70 Vereadores. Ou seja, em nosso Estado o Partido Republicano Brasileiro sai fortalecido, com a eleição de 70 vereadores e de 10 Prefeitos, aproximadamente, considerando-se que uma eleição ainda acontecerá em Benedito Leite.



Entendemos que esse foi o primeiro passo de um partido que certamente obteve crescimento razoável no Brasil, um dos partidos que mais cresceu no País, em razão principalmente das eleições de Vereadores e Prefeitos.

Sr. Presidente, registro esse crescimento principalmente pelo amplo apoio que recebemos da direção nacional na condução do princípio democrático da atuação do partido em cada Estado, e não é diferente no Maranhão, onde o partido nos deu liberdade de condução e escolha das posições políticas que tomamos e das decisões a serem tomadas em nosso Estado.

Dessa forma, Sr. Presidente, em São Luís nosso partido resolveu acompanhar as eleições nos 2 turnos. Temos lá o PCdoB e o PSDB, e o PRB resolveu apoiar o PSDB, haja vista entendermos que o ex-Senador e ex-Governador João Castelo é um político idealizador e realizador de obras e pode de fato fazer a diferença em São Luís, com um trabalho que vai atender aos interesses da nossa cidade.

Resolvemos assumir esse compromisso pela liberdade que o PRB nacional nos dá para a condução e o fortalecimento do nosso partido. Entendemos que com posições como essas, que o diretório nacional nos apresenta para adotarmos de forma livre e independente, é que vamos fortalecer ainda mais o Partido Republicano Brasileiro — PRB em nosso Estado do Maranhão.

Parabenizo o diretório nacional e principalmente os Prefeitos e Vereadores eleitos do nosso partido.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o ilustre Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu trago para debate em plenário um tema que, na verdade, apesar da constatação de que algo não vai bem, é mais uma indagação.

A primeira pergunta que faço aos Parlamentares presentes e a quem nos ouve e nos vê na televisão é: qual a finalidade do serviço diplomático de um país? E já respondo: é representar, evidentemente, os interesses desse país perante os outros Estados com os quais ele mantém relações. Essa é a definição clássica. A finalidade é esta: representar, defender os interesses nacionais perante os outros países.

O que podemos dizer da diplomacia brasileira atualmente? Sem querer ser injusto, particularmente aqui na América do Sul, temos tido uma diplomacia sem resultados para os brasileiros e para o Brasil.

Afirmo isso com base nos fatos que estão aí. Com a Bolívia, tivemos prejuízos para a PETROBRAS, interrupção no fornecimento de gás e instabilidade jurídica para os brasileiros que desenvolvem atividades agropecuárias; no Equador, procedimento semelhante impôs a quebra de contrato com uma empresa privada brasileira, ameaça de expulsão da PETROBRAS, a maior estatal brasileira, que tem levado investimentos e tecnologia àquele país, e também agora da outra estatal, Furnas, além da expulsão de especialistas brasileiros que prestavam serviços a essas 2 empresas, não sem antes submetê-los a regime de cárcere privado.



Não fosse a residência do embaixador brasileiro, possivelmente os 2 brasileiros teriam sido encarcerados, sem determinação judicial, por força do arbítrio com que se decidem as coisas naquele país.

No Paraguai, prosperam as ameaças de campanha do Presidente Fernando Lugo de rever os termos de operação da Usina de Itaipu. Mas, mais grave do que isso, já se encontra em andamento o movimento de retomada à força de fazendas de brasileiros que transformaram aquele país em um importante produtor agrícola, notadamente na área da soja.

Volto a perguntar: qual é a finalidade, a razão de ser do serviço diplomático do Ministério das Relações Exteriores, daquele órgão, senão, naturalmente, a responsabilidade de representar os interesses nacionais e defender os interesses de nacionais que se encontram em outros países?

Ao que parece, essa máxima, que certamente em muitas ocasiões foi praticada, até sob a inspiração de Rio Branco, aparentemente agora se rende às conveniências de simpatias ideológicas com governos ou governantes dos países que mencionei, colocando-se de lado os interesses nacionais.

Deixo esta crítica para a ponderação dos Srs. Parlamentares e daqueles que nos ouvem em suas casas.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muito orgulho venho à tribuna falar do meu Estado, Santa Catarina.

O IBGE divulgou no mês de setembro uma pesquisa afirmando que os catarinenses estão vivendo mais. O estudo, contendo dados sobre educação, mulheres, homens, famílias, crianças, adolescentes, cor ou raça, aspectos demográficos, domicílios, idosos, casamentos, separações judiciais e divórcios, aponta melhorias na qualidade de vida dos catarinenses.

A realidade é que os moradores de Santa Catarina vivem mais, estudam mais, e as diferenças econômicas estão diminuindo. Na educação, observa-se que os avanços vêm de forma gradativa e que o acesso à rede de ensino está universalizado. A oferta atende os direitos básicos da população, proporcionando aumento de fluxo de jovens à escola.

Desde o nascimento há boas notícias. Santa Catarina tem o 3º menor índice de mortalidade infantil no País, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul e para São Paulo, e o índice vem caindo com o passar dos anos. De acordo com o IBGE, em 1999, a cada mil catarinenses nascidos, 22,2 morriam. Uma queda sensível foi notada já em 2006, quando a mortalidade foi de 16,6. No ano passado, ano de referência da pesquisa, o índice caiu ainda mais, chegando a 16,1% — ainda acima do Estado gaúcho, líder do quesito no *ranking* nacional, em que a mortalidade é de 13,5%, mas inferior à média brasileira, que hoje é de 24,3%.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o IBGE também constatou que as famílias estão tendo menos filhos. Isso demonstra que, no País, o Estado está em 4º no *ranking* dos que possuem maior percentual de mulheres com apenas 1 filho. Do total de 1,082 milhão de mulheres com filhos em 2007, 33,2% tinham apenas 1.

Já o aumento gradativo da população de 60 anos de idade ou mais indica que estamos vivendo um processo de envelhecimento populacional. Mas agora podemos dizer: estamos vivendo mais e melhor, com mais lazer e qualidade de vida para a nossa população idosa. O estudo do IBGE apontou que Santa Catarina é o dono da maior expectativa média de vida, chegando a 75,3 anos, mesma faixa do Distrito Federal.

A convivência social proporcionada aos idosos nestes últimos anos é um fator que contribui para a melhora da expectativa de vida. O fato de o idoso continuar trabalhando significa uma participação ativa na sociedade e minimiza o isolamento e a discriminação.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - O próximo orador inscrito é o Deputado Lincoln Portela.

Enquanto o orador se desloca para a tribuna, aproveito para convocar todos os Parlamentares que se encontram em outras dependências da Casa para que venham ao plenário marcar presença, para que possamos instalar daqui a pouco a Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Com a palavra o ilustre Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobre Deputado Narcio Rodrigues, que tão bem tem representado o Estado de Minas Gerais nesta Casa, venho falar mais uma vez sobre alguns pontos da reforma política.

No início da tarde, apresentei meu posicionamento em relação ao voto facultativo. Numa democracia que se preza, amadurecida e plena deve inexistir o cabresto do voto obrigatório. O povo é livre para ter o direito de ir às urnas escolher os seus representantes ou para ficar em casa e não ir às urnas.

É inconcebível o voto obrigatório. Estamos percebendo isso cada vez mais nos votos brancos, nulos, nas pessoas que deixam de votar, que se deslocam para cidades vizinhas, cidades que são verdadeiros bairros de outras cidades e justificam, assim, os seus votos.

É preciso, então, para que uma democracia seja plena e absoluta, que o voto seja facultativo. Há quem diga que, com o voto facultativo, aumentará a compra de votos. Não posso acreditar que ainda hoje as pessoas comprem votos, muito menos posso acreditar que queiram comprar mais ainda. Não creio que o povo brasileiro se deixe envolver por mais esse tipo de corrupção. Essa prática tem diminuído substancialmente em nosso País, está havendo uma mudança na sociedade brasileira.

Outro importante aspecto, segundo a minha avaliação, é a coincidência das eleições. Devemos acabar com as eleições de 2 em 2 anos, que são caríssimas para o Erário, além de facilitarem a corrupção e a barganha eleitoral. Os Poderes



Legislativos acabam trabalhando uns com os outros de 2 em 2 anos e, em muitos casos, acontece promiscuidade nas eleições. Portanto, chega de eleições de 2 em 2 anos, deve haver coincidência das eleições.

E, por último, falo da minha preocupação relativa às pesquisas eleitorais, que muitas vezes inflam certo candidato para depois anunciar que outro candidato está tendo uma virada, ou pesquisas que prejudicam determinado candidato, para que ele chegue aniquilado às urnas. É preciso, portanto, também rever a questão das pesquisas eleitorais.

Entre tantos outros pontos, elenco apenas esses 3: voto facultativo, coincidência das eleições e pesquisas eleitorais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Nilson Mourão.

O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está na pauta das discussões de hoje o projeto de lei do Governo Federal que cria o Fundo Soberano do Brasil. É um projeto que considera a situação do País no longo prazo.

Essa matéria já foi aprovada em todas as Comissões, e agora será submetida ao Plenário. Quando a examinarmos, vamos discutir a estrutura, as fontes de recursos e as aplicações desse fundo.

Espero que a Oposição nesta Casa tenha uma visão mais ampla do Estado, da Nação, do povo brasileiro, e esqueça, pelo menos por um momento, o debate político-ideológico, as divergências.

Coube ao Presidente Lula e à sua equipe técnica a capacidade, a inteligência, o descortino de propor à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal a criação desse fundo, que é estratégico e pode conduzir nosso País a um porto seguro, garantindo-nos maior segurança, diante da grande especulação financeira que hoje se processa no mundo.

O Brasil enfrentou a crise e está saindo-se bem. Se tivéssemos esse fundo, estaríamos ainda melhor. Por isso, Sr. Presidente, venho à tribuna pedir à Oposição serenidade, tranquilidade, inteligência, desprendimento e espírito público, para que possamos debater a matéria e aprová-la.

É uma novidade? Sim, e o mérito coube ao nosso Governo, o qual tenho a honra de apoiar nesta Câmara dos Deputados.



Precisamos aprovar o referido projeto de lei com urgência e consolidar o Fundo Soberano do Brasil para que nos próximos períodos a economia do nosso País esteja mais segura, mais robustecida, mais sustentável. Precisamos garantir a segurança do povo brasileiro e a sustentabilidade da economia brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assomei à tribuna na semana passada para manifestar minha preocupação relativamente às medidas anunciadas pelo Governo brasileiro diante da crise econômica, que se agigantava, e ao mesmo tempo com a insegurança que as informações provenientes do mundo todo poderiam causar aqui, no que diz respeito ao andamento da economia e da vida do povo brasileiro.

Foi uma semana em que de fato as grandes nações do mundo foram levadas a, de maneira articulada, concentrarem seus esforços. Os Estados Unidos e vários outros países, da Europa e da Ásia, todos realizaram ações, algumas de intervenção direta, com recursos do próprio Tesouro, para trazer liquidez à economia mundial, diante da insegurança gerada pelas atividades financeiras, em face do estouro da bolha das hipotecas americanas, que contaminou as entidades financeiras daquele país.

Na outra ponta, um Estado europeu, a Inglaterra, adquiriu ações com recursos do Tesouro, tornando-se portanto parceira da crise. Dessa forma, espera poder ajudar para a eventual superação da crise que estamos todos enfrentando — e que esperamos seja de curta ou, pelo menos, de média duração — e até trazer resultados positivos à economia e ao Tesouro daqueles países.

Infelizmente estamos assistindo aqui a ações ainda muito tímidas, iniciativas que deveriam ter sido tomadas lá atrás para trazer mais equilíbrio e segurança no



tocante às consequências que o Brasil poderá vir a sofrer com o agravamento da crise.

Essa crise assemelha-se à ocorrida no século passado, mormente na década de 1930. Aquela durou 10 anos, de 1929 até meados de 1939.

Atualmente, nesta era da globalização mundial, graças à interconexão dos meios de informação e ao próprio avanço tecnologia, o mundo interligou-se tanto para o bem quanto para os reveses como o que ora estamos sofrendo. Certamente o Brasil não sofrerá os impactos negativos que muitos países hoje estão experimentando, mas enfrentará consequências, embora não saibamos ainda em que proporção.

Aqui no Congresso Nacional, nós representantes do PSDB, que fazemos oposição ao atual Governo, vamos votar todas as matérias que forem importantes para salvaguardar nossa moeda, dar agilidade às autoridades monetárias e ao Banco Central do nosso País e trazer segurança e regulação neste momento, porque precisamos garantir o emprego, a renda e a produção para nos protegermos de um eventual círculo vicioso de recessão, falta de crescimento e até depressão, como se estima que acontecerá em alguns países.

Temos certeza de que essa crise será superada, mas será tanto mais rapidamente superada, e com menos prejuízo para o povo brasileiro, se as autoridades, em especial o Congresso Nacional, tomarem atitudes como a que estamos tomando, no sentido de apoiar as medidas que forem necessárias. Mas ressaltamos e ressalvamos que, na esteira disso, não vamos apoiar a criação de fundo soberano ou quaisquer outras ações que entendermos não sejam prioritárias no momento em que estamos vivendo.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA QUE, ENTREGUE
AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE
PUBLICADO.**

(Discurso a ser publicado na Sessão nº 243, de 16/10/08.)



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Com a palavra o nobre Deputado Dr. Talmir.

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um agradecimento, pois agora há pouco, na CCJ, foi aprovado um projeto de minha autoria que torna obrigatória a vacinação de crianças contra meningite, pneumonia, hepatite A e gripe.

Esse importante projeto foi relatado pela Deputada Rita Camata na Comissão de Seguridade Social e Família.

Sou médico pediatra. Na minha prática, na clínica, para mim é terrível quando tenho de dizer aos pais que essas vacinas já existem e já foram inseridas no calendário nacional de imunização pela Sociedade Brasileira de Imunizações e pela Sociedade Brasileira de Pediatria. Mas o médico que não presta essa informação aos pais pode incorrer em omissão, e talvez até ter de indenizar a família por não tê-la avisado da existência e da possibilidade de acesso a essas vacinas.

Agora o projeto vai para o Senado Federal; uma vez aprovado naquela Casa, além de estarem asseguradas no calendário, essas vacinas estarão disponíveis em todos os postos de saúde do Brasil.

Muitos casais gastam em torno de R\$1 mil em clínicas particulares para que seus filhos recebam essas vacinas.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Queremos mais uma vez reiterar a convocação dos Parlamentares que se encontram em outras dependências da Casa, especialmente em seus gabinetes, para que venham ao plenário marcar presença, a fim de que possamos iniciar a Ordem do Dia. Há mais de 330 Parlamentares na Casa, mas apenas 211 compareceram ao plenário e marcaram presença.

Faço o registro também do aniversário do ilustre Líder Deputado Jutahy Junior, que hoje comemora a data com toda a Casa, trabalhando. Nossos cumprimentos e felicitações ao Líder Jutahy Junior, companheiro do PSDB.



O SR. PAULO MALUF - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Com a palavra o Governador Paulo Maluf.

O SR. PAULO MALUF (PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, durante o ano de 2007 e no primeiro semestre de 2008 eu registrei nesta Casa inúmeros discursos sobre a situação de descalabro que infelizmente se instalava na economia norte-americana. Não sou nenhum Zaratustra, não sou profeta, não sou adivinho, mas sou empresário, e bem sei que quando alguém — seja uma família, uma empresa, uma cidade, um Estado, seja um país — gasta mais do que arrecada terá de ir ao mercado financeiro e contrair uma dívida.

Imaginemos uma família que tenha uma renda de 100 e insista em gastar 105. No primeiro ano ela recorrerá ao banco e fará um empréstimo de 5. No segundo, pedirá outro empréstimo. Se fizermos o cálculo do que ocorrerá depois de 5 ou 6 anos, veremos que é como se essa família estivesse descendo uma ladeira a 80 quilômetros por hora, e com o pé no acelerador.

Adverti, em 29 de maio último, que o Banco do Brasil passava a cobrar pela utilização do cheque especial uma taxa de 7,6% ao mês, ou 140% ao ano. Falei também sobre a especulação daqueles que pegam dinheiro no Japão à taxa de 0,5% ao ano, nos Estados Unidos a 2,5%, no Mercado Comum Europeu a 3,5%, e investem no Brasil para ganhar 11%, 12%, 13% ou 14%. Disse eu, em 29 de maio e em 5 de setembro, quando vieram as autoridades econômicas do Governo defender o juro alto, que me sentia como um comunista, porque, vejam, quando o juro é mais



alto do que as taxas internacionais, na economia globalizada, os capitalistas pegam dinheiro lá fora a juro barato e investem aqui.

E o que aconteceu agora? O dólar, de R\$1,60, foi para R\$2,30! E só está hoje em torno dos R\$2,10 graças à intervenção firme do Banco Central. Isso nada mais significa do que a confirmação daquilo que prenunciei durante todo o ano passado. Quando a economia americana naufragou, aqueles que investiram recursos em nossa Bolsa retiraram-nos daqui rapidamente. Com isso, o dólar subiu de R\$1,60 para R\$2,30 e a Bolsa caiu de 70 mil para 40 mil pontos.

E por que isso? A revista *The Economist* desta semana, na última página, traz a tabela dos balanços de pagamento, dos balanços comerciais das principais nações do mundo. Nos Estados Unidos a balança comercial, nos últimos 12 meses, registrou um déficit de US\$844 bilhões. Esses são os números oficiais da revista *The Economist*. Ora, o que é isso? Isso é 7% do PIB americano! Ou seja, todo mês eles estão ganhando 100 e gastando 107!

E como o fazem? Emitindo papéis, os *American Bonds*, que estão circulando no mundo inteiro. Inclusive o próprio Brasil ajuda a economia americana, deixando US\$200 bilhões em reservas lá. A China tem US\$1,8 trilhão em títulos americanos. Também estão nessa situação o Japão e os Emirados Árabes, esses últimos com US\$800 bilhões. Em resumo, a dívida externa norte-americana é de US\$11 trilhões.

Portanto, quero alertar as autoridades monetárias brasileiras para o fato de que está na hora de evitarmos fazer mágica. Não dá para continuarmos aumentando os juros e trazendo capital especulativo, “capital de motel”, que vem de noite e vai de dia, o que nos abre à especulação e ao desencanto daqueles que investem na Bolsa



ou daqueles que exportam nossos produtos e que estão hoje com falta de capital de giro para exportar.

É o alerta que queria fazer, Sr. Presidente, às autoridades brasileiras.

Muito obrigado.



O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Henrique Lustosa.

O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda que a pauta da Casa e as discussões estejam voltadas para a questão da crise americana e dos encaminhamentos que vêm sendo dados em relação a ela, vou deixar para falar sobre o assunto amanhã, no período destinado ao Grande Expediente, pois quero aproveitar esta oportunidade para convidar os Parlamentares desta Casa e do Senado Federal, assim como os Deputados Estaduais, para o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que acontecerá no final de novembro, no Rio de Janeiro.

A Frente Parlamentar pelo Direito da Criança e do Adolescente — que, por causa das eleições municipais, estou coordenando interinamente, enquanto a Senadora Patrícia Saboya e a Deputada Maria do Rosário não reassumem as funções — conseguiu negociar, junto à organização desse evento internacional, a abertura de um espaço específico para o diálogo legislativo. Ou seja, haverá um espaço para se trazer a experiência do Congresso, do Legislativo brasileiro, no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, para confrontá-la com as experiências dos legislativos de outros países.

Nosso objetivo principal, Sr. Presidente, é avançarmos na construção de uma agenda para a harmonização da legislação que trata do tema. Hoje, vários países tratam de forma diferenciada a questão da exploração de crianças e adolescentes, o



que dificulta o enfrentamento do problema, principalmente no plano da punição, da criminalização das ações e da responsabilização dos autores desse tipo de crime.

É indesejável que haja diferentes tratamentos. Sendo esse crime em muitos casos transnacional, associado, por exemplo, ao turismo sexual, ao turismo de fronteira, aos crimes transfronteiriços, ou ainda ao tráfico de crianças e adolescentes para esse fim, há necessidade de que os vários países tratem a temática da mesma forma, sob a luz da lei. E no Brasil temos uma experiência interessante a apresentar. A própria Frente Parlamentar pelo Direito da Criança e do Adolescente é uma referência mundial, em termos de ação legislativa voltada à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para convidar os Srs. Parlamentares e os colegas das Assembléias Estaduais que militam na temática da criança e do adolescente, e solicito que tragam experiências e propostas que mereçam ser discutidas no referido congresso.

Muito obrigado.



O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há cerca de 3 meses, em um encontro do MERCOSUL realizado em Tucumã, o Presidente Lula fez um discurso muito interessante, analisando o problema da alta de preços dos alimentos. Disse S.Exa., naquela ocasião, que o preço dos alimentos estava subindo no mercado internacional porque havia não especulação financeira, mas especulação no mercado de alimentos, na compra e venda de comida, de grãos, no mercado futuro. E ocorre o mesmo com o petróleo.

Quando o grande capital não tem mais como especular na Bolsa ou nos bancos, passa a fazê-lo em outros setores, como compra e venda em mercado futuro de produtos que um dia terá de entregar. Vemos que isso dá resultado: o preço da comida subiu. Agora até entrou novamente em queda, porque a crise econômico-financeira mundial fez com que a especulação diminuisse.

Essa crise econômico-financeira é produto exatamente dessa especulação do capital, feita principalmente pelos grandes setores capitalistas internacionais. A especulação leva bancos e até países a quebrarem. Vejam como se comporta o capital! E novamente, quando os bancos quebram, quem vai salvá-los é justamente o Tesouro dos países afetados. Os Tesouros nacionais colocam dinheiro nesses bancos. E quem acaba pagando a conta é novamente o contribuinte, é a população mais pobre, pois, quando socorre os bancos, o Estado fica sem condições de fazer investimento nas políticas públicas necessárias.



O que está ocorrendo agora nos Estados Unidos serve como um “cala a boca” para todos aqueles que até recentemente pregavam o Estado mínimo, pregavam a privatização de setores como os de energia, água, telefonia e outros, de setores importantes. Então, setores estratégicos da economia foram privatizados. Em alguns locais, bancos foram privatizados. E o que acabou ocorrendo? O Estado, que eles queriam que fosse o mínimo, agora tem de ser o máximo, justamente para salvar aqueles que pregavam que tudo tem de ser controlado pelo mercado.

Essa crise prova que o mercado não dá conta de regularizar absolutamente nada. Espero que, superada, os Estados, principalmente o Estado brasileiro, passem a ter o controle do capital, principalmente daquele que busca somente o lucro e não faz investimentos no país.

Há que se controlar a entrada de capitais. E, mais do que isso, há que se controlar a saída de capitais, para que o Estado possa desenvolver uma política econômica de favorecimento dos mais fracos.

Muito obrigado.

O Sr. Narcio Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arlindo Chinaglia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

VI - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A lista de presença registra o comparecimento de 242 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

Medida Provisória nº 436, de 2008

(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 436, de 2008, que altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados — TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006. Pendente de parecer da Comissão Mista.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como não há *quorum*, concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, pela Comissão Mista, ao nobre Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT-MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, com fulcro no art. 62 da Constituição Federal, o Exmo. Sr. Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, nos termos da Mensagem nº 441, de 26 de junho de 2008, a Medida Provisória nº 436, de 26 de junho de 2008, que “Altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados — TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006”.

A iniciativa aperfeiçoa o novo regime de tributação de IPI, PIS/PASEP e COFINS das bebidas frias, classificadas nos códigos 21.06.90.10 Ex 02 (preparações compostas, não alcoólicas, para elaboração de bebida refrigerante do Capítulo 22, com capacidade de diluição de até 10 partes da bebida para cada parte do concentrado), 22.01, 22.02, exceto os Ex 01 (bebidas alimentares à base de soja ou de leite de cacau) e Ex 02 do código 22.02.90.00, e 22.03 (cervejas de malte) da Nomenclatura Comum do MERCOSUL—NCM, instituído pela Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008. Adicionalmente, em decorrência das novas regras definidas pela referida lei, a medida provisória determina que as empresas fabricantes dos produtos acima relacionados instalem equipamentos contadores de produção que



possibilitem a identificação dos tipos de produto e embalagem e sua marca comercial.

Alterações na Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003:

A Lei nº 11.727/2008 modificou a Lei nº 10.833/2003 visando instituir nova forma de tributação do IPI, PIS/PASEP e COFINS para as denominadas “bebidas frias”. Essas modificações surgiram e foram aprovadas nesta Casa Legislativa quando da apreciação da Media Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008, por intermédio do Projeto de Lei de Conversão que resultou na Lei nº 11.727/2008. No novo texto, sancionado pelo Presidente da República, foram incluídos os arts. 58-A a 58-U, bem como alterados outros já existentes, na Lei nº 10.833, de 2003. A Medida Provisória nº 436, de 2008, modifica esses dispositivos para, segundo a Exposição de Motivo do Ministério da Fazenda, aprimorar o regime de tributação instituído.

O art. 1º da medida provisória altera os arts. 58-B, 58-F, 58-G, 58-H, 58-J, 58-L, 58-M, 58-O e 58-T da Lei nº 10.833, de 2003. De forma que detalhamos, a seguir, as modificações realizadas em cada um dos dispositivos da Lei referida.

O texto do parágrafo único do art. 58-B foi desmembrado para o Inciso I e recebeu...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Odair Cunha, peço licença a V.Exa. e sugiro que registre o ponto em que está no seu parecer, porque completou-se o *quorum* e tenho que submeter a votos o requerimento que está sobre a mesa.

Logo após V.Exa. será convidado a retomar o seu parecer.

Agradeço a V.Exa. a compreensão.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, a retirada da pauta da Medida Provisória nº 436/08, constante do item 1 da presente Ordem do Dia”.

Assina a Liderança do Democratas.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia, que falará em favor da matéria.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Democratas apresenta requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 436 porque até o presente momento o Governo não se posicionou e não retirou a urgência constitucional do Fundo Soberano.

Na opinião do Democratas, assim como de outros partidos representados nesta Casa, não é conveniente para o País, a exemplo de outras nações que seguem critérios claros e justos, o embasamento financeiro para a criação de um fundo soberano com essa reserva. Para o Brasil, que tem uma grande dívida externa e paga juros anuais astronômicos, não é cabível pegar recursos do superávit primário para destinar a um fundo soberano sob o argumento falho de que isso serviria para socorrer empresas nacionais no País e no exterior. Na verdade, esse Fundo Soberano abre espaço para, por exemplo, comprar títulos de outros países. No momento em que se forma esse Fundo Soberano, no momento em que se faz reserva com dinheiro fruto do superávit primário em vez de se pagar parcela da dívida do País, vai-se emprestar dinheiro para o exterior.

Fundo Soberano existe e é justificável, sim, em casos como o do Chile, em que esse fundo é composto pela exportação do cobre. Na Noruega, por exemplo, o Fundo Soberano é fruto da exportação do petróleo. Mas em nosso País, não.

O Democratas aguarda uma posição do Governo para poder, sim, começar a discutir as matérias de interesse do nosso País, como as 5 medidas provisórias e os 4 projetos de lei que obstruem a pauta, e não fazer análise de um fundo soberano



que, por todos os argumentos apresentados, não é cabível, não é legítimo e não merece a urgência constitucional.

Sr. Presidente, recomendamos o voto favorável à retirada de pauta da Medida Provisória nº 436 e aguardamos uma posição coerente e consciente do Governo no sentido de retirar essa urgência constitucional para análise do Fundo Soberano. Aí, sim, poderemos apreciar as matérias que trancam nossa pauta.

E o País aguarda a análise e a aprovação de muitas matérias.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado José Genoíno, que falará contra a matéria.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 436 é justa. Temos de votá-la, porque ela vem do Senado. Essa medida provisória atende a um importante setor produtivo da economia brasileira: o setor de bebidas. Por isso, somos favoráveis à votação da medida provisória e contra o requerimento, e também somos contra a argumentação levantada pela Oposição.

Entendemos que o Fundo Soberano é uma medida correta, que trata da organização de nossas reservas, e que, neste contexto de crise internacional do sistema financeiro, é uma medida importante, do ponto de vista da cautela, da prevenção, da capacidade do nosso Governo de se antecipar a essa avalanche que está tomando conta do setor financeiro dos países mais ricos.

Por isso, somos contra o requerimento e queremos votar a Medida Provisória nº 436.



O SR. PAULO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para orientar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o Democratas?

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos num momento crucial. Iniciamos a discussão de uma série de medidas que vão determinar o grau de importância e o rumo do País nos próximos dias em relação à crise — crise essa que o Presidente da República não quer colocar na sua ordem do dia, mas que está na do Congresso Nacional.

Ao fazer esta orientação, quero dizer que existe uma medida que precisa ser discutida nesta Casa. Refiro-me ao projeto dos Deputados Eduardo Valverde e Rodrigo Maia, que diz respeito à autonomia do Banco Central. É fundamental que esse projeto volte à Ordem do Dia.

Portanto, Sr. Presidente, mesmo V.Exa. estando de costas e não me ouvindo, pois conversa com os Líderes, quero dizer a V.Exa. que vamos encaminhar um pedido para realização de Comissão Geral para esta Casa discutir a autonomia do Banco Central. (*Pausa.*)

Gostaria de pedir a atenção de V.Exa. Estou fazendo uma orientação de bancada, mas ao mesmo tempo eu estava falando com V.Exa., que estava conversando, com todo o direito, com seus liderados. Eu invoquei uma questão séria, a de trazer à pauta a autonomia do Banco Central, para que possamos analisá-la no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado, peço a V.Exa. que oriente a bancada, porque é 1 minuto só, e há obstrução.



O SR. PAULO BORNHAUSEN - Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu não vou responder a V.Exa. agora.

O SR. PAULO BORNHAUSEN - Mas não se trata de responder; o que eu disse a V.Exa. é que, no momento em que eu me dirijo à Mesa, gostaria de obter atenção. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Veja, Deputado, como há obstrução, V.Exa. tem de saber o momento de se dirigir à Mesa. A hora de orientar a bancada seguramente não é o momento. Veja, a exemplo de vários Parlamentares que sentem necessidade de consultar a Presidência, eu usualmente atendo-os; portanto, não há falta de atenção a V.Exa. Eu estava trabalhando com a idéia de que V.Exa. simplesmente orientava a bancada, o que é o procedimento regimental.

Mas depois ouvirei V.Exa. e responderei.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar pelo PSDB, tem a palavra o Deputado Emanuel Fernandes.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB é favorável ao requerimento, porque esperamos um acordo com o Governo. O que queremos, Sr. Presidente, é que o Governo retire a urgência do tal Fundo Soberano, pois esse fundo está sendo criado — ou é o que se argumenta — para situações anticíclicas, e estamos numa situação cíclica. Não estamos vendo o que está acontecendo no mundo?

O Governo poderia, num esforço — e aí a Oposição vai ajudar a aprovar as MPs para esta Casa aprovar o PROER do Governo Lula —, ajudando a uma amostra do Congresso Nacional, contribuir para que o Brasil enfrente essa crise. Portanto, basta o Governo retirar a urgência do Fundo Soberano que nós retiraremos todos os requerimentos.

Esperamos a boa vontade do Governo.

O PSDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queremos, neste período de orientação, aproveitar para fazer uma grave advertência: apoiamos as medidas de redução do compulsório ditadas pelo Governo para injetar liquidez na economia, mas queremos somar-nos ao Ministro Miguel Jorge na advertência feita ontem de que essa liberação de recursos não alcança seu objetivo. Os recursos não estão chegando para dar fluidez ao crédito.

De nossa parte, queremos manifestar nossa preocupação com as grandes instituições financeiras que retêm esses recursos esterilizados no compulsório.



Estão sendo aplicados no mercado a termo, com uma alta lucratividade, e, mais do que isso, essas instituições parecem aguardar que o aperto de crédito se pronuncie ainda mais para os pequenos a fim de fazer uma aglutinação patrimonial.

Não vamos assistir a isso calados, pois isso representa uma irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota, portanto, o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM - Pela retirada da medida, para que o debate que estamos propondo, que é muito mais importante, seja feito por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PPS vota "sim".

Como vota a Liderança do Governo?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós, ao contrário, queremos, por intermédio de V.Exa., fazer um apelo à Oposição.

O Fundo Soberano é algo que só fortalece a economia brasileira, que só ajuda a economia brasileira a se tornar mais sólida e a enfrentar melhor a atual grave crise das finanças globais. O Fundo Soberano não foi pensado para a crise; ele já tramita na Casa há 3,5 meses, portanto desde antes do agravamento da crise. Mas em caso de crise ele pode constituir uma poupança que gere um fundo administrado pelo BNDES para, por exemplo, financiar exportações.

O interessante é que, conforme me informa o Deputado Vignatti, que, se não me engano, participou ontem da reunião do Conselho Econômico da FIESP, lá a posição é unanimemente favorável à aprovação do Fundo Soberano. Ao mesmo tempo, não ouço da Oposição nenhum argumento que justifique o fato de ela ser contrária ao fundo.



Deixo claro que, caso se faça necessária alguma alteração no texto ou melhora da governança, estamos abertos ao diálogo.

Agora, para quem quer votar uma medida provisória como essa, que garante a possibilidade de o Banco Central atuar na linha de redesconto de carteiras de instituições bancárias menores, dizer que o Governo tem de retirar o Fundo Soberano não condiz com o momento econômico que estamos vivendo.

No Congresso americano, democratas e republicanos estão fazendo acordo para aprovar mecanismos de fortalecimento da economia a 2 semanas das eleições presidenciais. Aqui, a Oposição propõe-se a obstruir a pauta e a impedir as votações.

Sinceramente, não comprehendo.

O Governo vota “não”, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
REJEITADO.



O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN) - Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Verificação concedida.

O SR. VIGNATTI (PT-SC) - Sr. Presidente, verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Verificação conjunta concedida.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. FELIPE MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas encontra-se em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O Democratas está em obstrução.

O SR. VIGNATTI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PT, “não”.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PMDB, “não”.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PSDB, em obstrução.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PP, “não”.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV vota “não”.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PV, “não”; PPS, em obstrução.

E o PTB?



O SR. FRANK AGUIAR (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PTB, “não”.

O SR. SÉRGIO BRITO (Bloco/PDT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O Bloco PSB/PDT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O Bloco?

O SR. SÉRGIO BRITO - O Bloco vota “não”.

O SR. CHICO ALENCAR Sr. Presidente, quero orientar a votação pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem a palavra V.Exa., pelo PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nosso entendimento é de que esta medida provisória em si merece ser discutida, debatida. Ela adia a isenção de PIS/COFINS na produção de bebidas, ou seja, tem a ver com o sistema produtivo.

A crise do capitalismo internacional deriva da absoluta financeirização e especulação. Devemos discutir aqui seus efeitos inevitáveis e violentos sobre a economia brasileira. Agora, isso não significa que não queiramos discutir, debater e votar esta matéria.

Portanto, o voto é “não” à retirada de pauta da matéria e “sim” à pauta, para discutirmos essas questões sérias da conjuntura econômica globalizada que afetam a nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PSOL vota “não”. O PTB, “não”. E o PR?

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR orienta o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PR, “não”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A Presidência solicita a todas as Sras. e todos os Srs. Parlamentares que venham ao plenário para a votação nominal.



O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB convida todas as Sras. Deputadas e todos os Srs. Deputados para virem ao plenário, pois estamos votando uma medida provisória e temos interesse em discutir logo a seguir o fundo soberano.

Portanto, o PMDB indica o voto “não”, e convida todos para que, no plenário, dêem seqüência a esta votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como orienta o PSC?

O SR. REGIS DE OLIVEIRA (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PSC orienta o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PSC vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pela Liderança do Governo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobres Líderes da Oposição nesta Casa, que representam aqui o PSDB, o Democratas e também o PPS, estamos em um momento de intenso diálogo, conduzido pelo Presidente da Casa, entre os partidos que sustentam o Governo e os partidos da Oposição.

O momento solicita de todos nós enorme dedicação, para que nós possamos fazer, no Parlamento brasileiro, tudo aquilo que está ao nosso alcance para a nossa governabilidade interna, no sentido de fortalecer a economia brasileira.

Felizmente para nós, diante de uma crise global de enormes proporções, na opinião da maior parte dos economistas a maior crise do mundo das finanças globais desde a de 1929, o Brasil demonstra ser um país com enorme resistência a essa crise. É um dos países no mundo onde o impacto da crise é dos menores. Mas algumas medidas podem ser implementadas e votadas por nós neste Parlamento. Por exemplo, temos uma medida provisória que aguarda análise do Parlamento, a que capitaliza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES com R\$15 bilhões.

Uma das consequências da crise é exatamente a falta de financiamento das exportações brasileiras, especialmente dos chamados ACCs, que são contratos de financiamento voltados para as exportações brasileiras. O BNDES pode suprir parte dessas necessidades.



Há uma segunda questão: temos uma medida provisória que aguarda análise — já está lei vigendo, mas precisa ser corroborada pelo Parlamento —, a que deu ao Banco Central a prerrogativa de redesconto de carteiras de títulos de outros bancos, especialmente bancos de menor porte, que podem sofrer problemas de liquidez imediata, e não de solvência. Corrijo a informação para que não parem dúvidas, porque alguns tentam definir essa medida provisória como um PROER do Governo Lula. Não é um PROER, porque estamos falando de redesconto de carteiras com solvência adequada, que vão repor os recursos emprestados por conta desse redesconto.

E a terceira questão é esta: queremos e podemos votar neste Parlamento uma reforma tributária cujo debate está muito adiantado, conduzido pela Presidência do Deputado Antonio Palocci, que preside a Comissão Especial, e pela Relatoria do Deputado Sandro Mabel. Uma outra estrutura tributária, Sr. Presidente, pode garantir por si só um crescimento num ritmo 10% maior do que o que temos hoje; ou seja, se a economia está crescendo 5%, com a nova estrutura tributária ela vai crescer 5,5%, e portanto esse pode ser mais um antídoto contra o recuo do crescimento econômico brasileiro, e evitar esse recuo é o que devemos perseguir todos nós do Parlamento Nacional.

Por fim, temos desde o mês de julho debatido nesta Casa o projeto de lei que institui o fundo soberano, uma ferramenta econômica que fortalece a economia brasileira. Ele tem muitas vantagens, em médio e longo prazos. Esses são os motivos pelos quais a equipe econômica do nosso Governo propõe que o Brasil adote o fundo soberano, como fazem dezenas de outros países ao redor do mundo.



A Oposição tem insistido na retirada do fundo soberano. Pergunto: Qual o prejuízo que o fundo soberano causaria para a economia brasileira? Nenhum! É a avaliação da maior parte dos economistas. Às vezes a Oposição vezes diz que o momento não é de excesso de liquidez, e é verdade, mas o Brasil já fez uma poupança de R\$13,5 bilhões no período em que a liquidez era excessiva, e essa liquidez agora pode e deve ser colocada em um fundo soberano, que terá diversos papéis; um deles, que cresce neste momento de crise, é este: uma parte do fundo soberano pode ser separada e posta sob gestão do BNDES para alimentar um fundo de financiamento da exportação brasileira.

Deixo meu apelo para a Oposição. Não me parece razoável que, num momento de crise econômica global seríssima, enquanto no Parlamento norte-americano democratas e republicanos buscam acordos, mesmo a 15 dias das eleições presidenciais, para votarem mecanismos que fortaleçam a economia americana, nós não tenhamos a contribuição da Oposição para votar um fundo soberano que fortaleça a nossa economia. Se alguma correção na redação do fundo soberano deve ser feita, estamos abertos para receber as sugestões e os aperfeiçoamentos.

Ao final, dialogo com o Deputado Paulo Bornhausen, que sugere a reabertura da pauta da chamada autonomia do Banco Central. Na realidade, estamos vivendo uma crise nas finanças globais causada exatamente por excesso de autonomia de instituições que deixaram de respeitar o interesse público e não sofreram o necessário controle para proteger os pequenos poupadore, as pequenas instituições e o mercado como um todo.



Sinceramente, Deputado Paulo Bornhausen, o momento não é de aprofundar desregulamentações; o momento é de fortalecer a economia brasileira, fortalecer as prerrogativas e o papel do Banco Central, das nossas instituições, e não de reabrir uma pauta que sirva mais para nos dividir do que para resolver os problemas reais da economia brasileira.

Vamos primeiro à reforma tributária. Vamos votar a medida provisória que fortalece o Banco Central, dando a ele a prerrogativa do redesconto. Vamos votar o fundo soberano. Vamos votar o fortalecimento do BNDES. Tudo isso está na nossa pauta e pode ser votado esta semana.

Sr. Presidente, a Liderança do Governo está aberta ao diálogo, sob sua condução, sobre qualquer tipo de acordo. Agora, esse acordo não pode prever a não-votação do fundo soberano, instrumento importantíssimo para a economia brasileira, na nossa opinião.

Obrigado.



O SR. RENATO AMARY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RENATO AMARY (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para registrar que votei “sim” de forma equivocada, quando eu queria votar “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - V.Exa. pode alterar o voto.

O SR. RENATO AMARY - Eu tentei modificar os registros e apareceu “votação não autorizada”. Eu gostaria de mudar para “obstrução”, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - V.Exa. tem razão. É a regra. Não se pode alterar o voto.

O SR. RENATO AMARY - Só para registrar, então, que meu voto seria o de “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.

O SR. RENATO AMARY - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço a informação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para uma breve comunicação, concedo a palavra ao Deputado Eliene Lima. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Iran Barbosa. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros Deputados, queridas Deputadas, venho de um Estado em que a atividade econômica alcançou nível muito elevado, graças sobretudo ao setor exportador. Evidentemente, aproveitamos essa fase em que o Brasil se abria não apenas para aquele privilegiado país para onde exportávamos majoritariamente, mas também para outros países, sobretudo os chamados emergentes. Elevamos nossas exportações para a China e para a Europa. Assim, além de conseguirmos alcançar um nível de equilíbrio, com percentual mais elevado do que o desse período mais recente, impulsionamos o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Há uma apreensão muito grande, sobretudo do setor exportador, em relação a uma sinalização aqui, no Congresso Nacional, com algum grau de estabilidade, a fim de manter os investimentos previstos e as oportunidades criadas no processo anterior.

Por isso, tenho certeza de que os partidos da Oposição, que mantêm um vínculo muito forte com esse setor, sobretudo os Deputados de Minas Gerais, contribuirão para que seja superado o impasse da obstrução, e que nós, de forma acelerada, votemos não apenas as 5 medidas que obstruem esse processo, mas também o Fundo Soberano.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Aníbal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu já tenho motivos para me regozijar. Fui informado do reconhecimento que se faz hoje — no que se pode dizer das altas esferas do Governo “lulopetista” — acerca do acerto de termos feito o PROER há 13 anos.

De fato, o Brasil, atualmente, dispõe de um sistema bancário melhor fiscalizado, mais capitalizado, melhor regulamentado que nos permite, em condições muito, muito favoráveis, procurar, com gestão competente, com sensibilidade e foco, fazer com que o impacto dessa crise sobre o emprego e a renda dos brasileiros seja o menor possível.

Mas isso ainda depende muito da ação do Governo, com a qual nós da Oposição queremos, Sr. Presidente, de forma muito responsável colaborar, contribuir, sob a condição de termos, da parte do Governo, boas informações e bom diálogo como se requer em sociedades democráticas, numa situação como a que vivemos hoje.

Acabo de ouvir o Líder do Governo. Disse S.Exa. da importância da medida provisória de capitalização do BNDES. Ela já está aqui há algum tempo. A nossa disposição é votá-la o quanto antes. Atenção, Líder do Governo, essa capitalização do BNDES não foi feita para financiamento de exportações. Ela foi feita, supostamente, para incrementar o papel do Banco como banco de fomento.

Segundo: a medida provisória do BC, o PROER do Lula. É um PROER tímido, meio envergonhado, mas é PROER. Destina recursos à atividade de



exportação, mas, principalmente, revela preocupação no sentido de que não haja derrapagem no nosso sistema financeiro, nem com os grandes, evidentemente, nem com os pequenos.

Warren Buffett, aquele triliardário, o homem mais rico do mundo, disse uma frase extraordinária: *“Embora todos nós queiramos acreditar que está tudo bem com o nosso sistema bancário, inclusive com relação aos pequenos bancos, é na maré baixa que se vê quem está pelado”*.

Portanto, o PROER do Lula tem o propósito de municiar o Banco Central de condições para atender a eventuais insuficiências de um ou outro banco no Brasil.

Estamos inteiramente à disposição para votar a Medida Provisória nº 442 e queremos chegar a ela o quanto antes. Para tanto, temos disposição de fazer um acordo para a votação das que a antecedem.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Governo, numa ginástica que nos deixa cheios de dúvidas, insiste em que se vote o dito Fundo Soberano. O Fundo Soberano já foi um fundo anticíclico. Numa situação de crise como a que o mundo vive hoje — e o Brasil não está alheio a ela —, 14 bilhões de reais, valor que constitui esse fundo, são absolutamente insuficientes para qualquer gestão em termos de minorar os impactos da crise sobre a economia brasileira.

O Líder do Governo vem agora ao plenário e diz uma pérola: que o Fundo Soberano é para fortalecer o BNDS. Ele era anticíclico; agora é para fortalecer o BNDES. No meu juízo, sem querer ofender, este é um fundo para ficar à mercê e à disposição do Presidente Lula. Ponto.

A intransigência em não retirar a urgência desse projeto pode custar ao Parlamento — e aí ao Governo e às forças políticas que lhe dão sustentação — a



sua ausência na discussão que interessa à sociedade: a crise, as medidas que estão sendo tomadas, as iniciativas do Governo, que receberão apoio nosso, da Oposição, desde que tenhamos as informações necessárias, adequadas, para ampliar os recursos previstos no PROER do Lula para exportações, para ampliar a possibilidade de intervenção do Banco Central, para tornar o nosso sistema bancário absolutamente confiável. Isso tudo sem fanfarronice; sem tentar dissimular a dimensão da crise; sem procurar minorar aquilo que a cada dia as pessoas vêm nos meios de comunicação.

Há uma crise bancária séria, que, claro, terá impacto sobre a economia real. A nossa responsabilidade é tornar esse impacto o menor possível. Nós não vamos ceder — não vamos ceder! — a essa idéia estapafúrdia, absurda, fora de realidade, de esquadro, fora de presença, de foco, de votar o Fundo Soberano, enquanto não tratarmos, no plenário da Câmara, das questões relativas à grave crise que impacta a economia mundial e a do Brasil também.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para concluir, Deputado, por gentileza.

O SR. JOSÉ ANÍBAL - Não se trata, Sr. Presidente, de intransigência; trata-se de sensatez. O atual Governo precisa aprender a plantar; a ter um pouco mais de austeridade, sobretudo na situação presente; a ter um pouco mais de cuidado no trato com a sociedade, com a opinião pública, com os brasileiros, que são responsáveis e saberão entender, se bem informados, a dimensão desta crise e o que cabe a cada qual para que o impacto na sua renda e no seu emprego seja o menor possível.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu queria dar ao Plenário uma informação e, ao mesmo tempo, considerando o que acabei de ouvir, pedir a atenção de todos os Líderes — Líder do Governo, Líder José Aníbal, e está a minha frente o Deputado Fernando Coruja e vários outros Líderes.

Há uma circunstância da economia internacional em que o Bancos Centrais do mundo inteiro não só entraram no debate como estão orientando medidas em cada país.

Ao mesmo tempo, no Brasil, por meio de um instrumento regimental, foi enviada a esta Casa a Medida Provisória nº 442 — à qual cada um pode dar o apelido que quiser — que busca dar poderes ao Banco Central. E do ponto de vista da urgência e relevância, há unanimidade de que o tema é urgente e relevante.

Concomitantemente, há, aqui, outra proposta, a que trata do Fundo Soberano, que veio para esta Casa por meio de um projeto com urgência constitucional. Sobre essa proposta há divergências quanto a mérito e a conteúdo, mas ninguém avalia que o debate desse tema seja menor. Significa que o tema merece da Câmara dos Deputados uma análise com a profundidade devida.

Ouvindo vários Líderes desde ontem, tenho tentado, na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados, produzir um acordo de procedimento, com duas preocupações. A primeira: que estejamos à altura do atual momento internacional e da sua repercussão em nosso País. A segunda: que o debate seja sobre conteúdos, ainda que a disputa política seja inerente ao nosso trabalho e à nossa representação.

Eu avalio que, mesmo do ponto de vista da política, se nós trabalharmos duas posições inelásticas, inamovíveis, a partir de uma avaliação de que, neste momento,



por exemplo, o Fundo Soberano tem o mesmo grau de importância que a MP nº 442, nós não temos como avançar no acordo.

Sob a minha responsabilidade, então, passei o dia e a noite de ontem e a manhã de hoje conversando com alguns Líderes. E o que eu pude identificar do que se poderia imaginar um ponto de chegada? O Governo, de um lado, não abre mão de se votar o Fundo Soberano. A Oposição, por outro lado, não abre mão de se votar primeiro a MP nº 442.

Vejam — a dedução é minha: na medida em que a MP nº 442 é de iniciativa do Governo, é evidente que aí há um ponto de encontro entre Governo e Oposição, dado que o Governo editou a medida provisória, e a Oposição disse: “*Queremos discutir e votar*”. Não há compromisso quanto ao mérito. Há um ponto de encontro.

O que o Líder do Governo, com grande dose de razão, tem ponderado: como é que ele ficaria se o Governo admitisse retirar a urgência constitucional e, como resultado, não se votasse o Fundo Soberano? Há questões pendentes para as quais foi firmado acordo de retirada da urgência e que até hoje não conseguimos votar.

Se eu pudesse sintetizar a questão de uma maneira acaciana, eu diria que se trata de um debate em que encontramos razão em todos os lados.

Quando há obstrução, há demora, mas ao final se vota. Nós teríamos então 3 possibilidades. Na primeira, não há acordo, então segue a vida, com obstrução, mobilização, votação nominal, requerimentos e aí vai. As outras 2 seriam hipóteses de acordo. O que eu já ouvi? O que já refleti e propus? Vou transformar tudo em proposta minha, para não expor ninguém.

Uma hipótese seria votarmos todas as medidas provisórias que trancam a pauta, as 5: votaríamos 4 projetos de urgência constitucional — exceto o relativo ao



Fundo Soberano. Depois, após o segundo turno das eleições, se votaria o Fundo Soberano.

Mas, hoje, eu ouvi outra proposta que tem o mesmo conteúdo e dimensão política, porém talvez mais coerente com o momento atual. Seria o seguinte: por acordo de procedimento, nós votaríamos as 5 medidas provisórias — se desse tempo, ainda hoje, ou amanhã pela manhã; e amanhã nos concentraríamos na Medida Provisória nº 442. A precondição seria a retirada da urgência constitucional de todos os projetos que tramitam nesse regime.

Qual é a minha parte? Para ninguém ter dúvidas e até porque isso também é condição *sine qua non* para qualquer acordo, esclareço: após o segundo turno das eleições — e aí é prerrogativa da Presidência da Câmara e teria que ter acordo de que não haverá obstrução —, nós pautaríamos o Fundo Soberano e os projetos que tramitam com urgência constitucional. Nesta hipótese, seria retirada a urgência. Mas, independentemente de como seja a votação de cada Deputado, de cada bancada, o que não ocorreria, nem agora nem nesse segundo momento, seria obstrução.

Sei que é difícil para as Lideranças que já externaram publicamente a sua opinião qualquer mudança. Então, faço um apelo a todos os Líderes, no sentido de produzirmos um acordo para desobstruir a pauta.

Antes, aproveito para dar um esclarecimento — eu tinha pedido a informação. A Medida Provisória nº 442 ainda está no Senado, na Comissão Mista, que é para onde segue a matéria que chega ao Senado, portanto não há como votá-la esta semana, mesmo que haja essa disposição.

Mas, estou dando alternativas. Se houvesse segurança por parte do Governo — e essa segurança eu quero dar — de que desobstruída a pauta nós votaríamos o



Fundo Soberano, creio que atenderíamos ao País, atenderíamos ao Líder do Governo, que tem mantido diálogo permanente com esta Presidência, e aos Líderes da Oposição que também têm demonstrado sempre boa vontade na busca de um eventual, hipotético mas, na minha opinião, absolutamente viável e necessário acordo.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Dito isso, dou a palavra ao Líder Maurício Rands. E quero, depois, ouvir outros Líderes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Inicialmente, Sr. Presidente, a bancada do PT quer fazer uma indagação, a V.Exa. precisamente. V.Exa. disse que o acordo envolveria, em primeiro lugar, a não-obstrução da votação quando o projeto de lei do Fundo Soberano viesse à pauta, após a apreciação de todas estas medidas provisórias. É isso?

Outra indagação. Dado que a urgência constitucional implica o sobrerestamento também no Senado, pergunto se esse acordo envolveria a outra Casa. Precisamos ouvir os Líderes da Oposição, porque é preciso que haja alguma sinalização sobre o que aconteceria no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vamos ouvir primeiro os Líderes, Deputado Maurício Rands, porque de fato essa questão não foi tratada até o presente momento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Ouço o Líder José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos preocupados com a crise econômica, nós, os Democratas. Mas os outros Líderes da Oposição também já declararam que se empenharão, ao lado do Governo, para aprovar medidas que possam mitigar, que possam moderar os efeitos da crise econômica na vida real brasileira. Chegamos a manifestar nosso apoio, ainda que com emendas, à medida provisória editada há cerca de 8 dias para dar poderes ao Banco Central. Não concordamos é com a idéia, meramente política, desconectada da realidade, defendida há pouco brilhantemente pelo Líder do Governo, de votarmos o Fundo Soberano.

Estamos dispostos ao entendimento, mas esse entendimento não passará por marcarmos data para a votação do Fundo Soberano. Queremos cumprir o nosso compromisso, e, na nossa visão, o Fundo Soberano é algo que no momento não tem nada a ver com a realidade, até porque nós não preenchemos nenhum dos requisitos elementares para a constituição de um fundo soberano. O Fundo Soberano pressupõe que a Nação tenha saldo nas contas externas, e nós não temos; que a Nação tenha superávit nominal, e nós não temos. Além de tudo, o momento não é de formação de fundo. Não bastasse isso, o fundo desenhado pela Fazenda não é um fundo soberano. Portanto não vamos concordar em marcar data.

Se o Governo entender, como nós entendemos, que a crise é urgente, que retire a urgência do chamado Fundo Soberano, ou fundo de poupança, ou fundo de campanha, e nós votaremos todas as medidas que disserem respeito ao combate à crise.

A crise é grave.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem a palavra o Líder Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, há uma discussão quanto ao mérito do Fundo Soberano. Da mesma forma que os outros Líderes da Oposição, nós entendemos que o Fundo Soberano não tem nada a ver com a crise. A crise até fragilizou a argumentação do Governo de que era preciso criar um fundo soberano para impedir a internalização de dólares. Hoje o Brasil precisa internalizar dólares, tanto que o Governo Central está jogando dólares na economia para diminuir o preço da moeda, e não há nenhum critério claro que nos faça acreditar que esse Fundo Soberano seja importante.

Queremos ajudar, possibilitar instrumentos do Congresso Nacional para que a crise do sistema financeiro seja a menor possível e tenhamos o menor impacto no nível de emprego no Brasil.

A nossa proposta é clara, e continua a mesma. Precisamos tirar a urgência do Fundo Soberano. Vamos votar todas as medidas provisórias, chegar à MP nº 442 e votá-la, mesmo que não seja votada nesta semana, logo depois do segundo turno, e aí o Governo poderá, a qualquer instante, reintroduzir a urgência do Fundo Soberano e se vota. Se o Governo tiver maioria, vota o Fundo Soberano a qualquer tempo e hora, através de instrumentos regimentais. O que oferecemos é liberar a pauta e chegar à Medida Provisória nº 442. Não podemos oferecer à pauta a Medida Provisória nº 442 mais o Fundo Soberano, porque aí entraremos, evidentemente, com todos os instrumentos que o Governo quer.



O Fundo Soberano, no mundo inteiro, está sendo questionado, inclusive pelo FMI, porque há um grau elevado de corrupção. Há necessidade de amplo debate no Congresso Nacional.

Portanto, estamos na mesma linha do Deputado José Carlos Aleluia. Vamos votar, chegar na Medida Provisória nº 442, tirar a urgência e discutir, mais à frente, o Fundo Soberano.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quero a atenção do Democratas, do PPS e de todos os Líderes da base e da Oposição.

Vejam, aqui vou trabalhar para construir acordo. Quero estar imune a qualquer estocada de quem quer que seja, sei que não é comigo, mas acho que há um consenso aqui.

Votar a Medida Provisória nº 442 primeiro, do ponto de vista do momento econômico mundial, com as repercussões para todo o lado, é evidente que é uma prioridade frente ao Fundo Soberano. A MP nº 442 chega à Câmara no dia 20, segunda-feira. Portanto, se votarmos todas as medidas provisórias que estão trancando a pauta, nós podemos votá-la, em seguida, na forma de acordo. Nós podemos votá-la na terça-feira, pós-eleição, quarta-feira, pós-eleição.

Com referência ao Fundo Soberano, quero tirar das mãos do Governo e da Oposição e trazer para as minhas mãos, porque acho que assim dá equilíbrio a essa coisa. Da mesma maneira que nós vamos desobstruir, teremos a oportunidade de fazer o debate do Fundo Soberano, sob todos os aspectos. Mas quero dizer que vou colocar para votar o Fundo Soberano, mas não é da Oposição nem do Governo a responsabilidade. É do Presidente da Câmara, de forma democrática, dialogando, construindo um acordo. Aí, a pauta estando livre, é da minha responsabilidade.

Quero também fazer justiça ao Líder Henrique Fontana, não posso omitir esse fato. Lembro-me de que houve um debate a respeito da retirada da urgência constitucional com referência a cargos, concursados e universidades públicas, que, naquele momento, houve ponderações que isso seria votado após o segundo turno. Portanto, quero me comprometer com o Líder Fontana de colocar em votação também aquele projeto de urgência constitucional, que ainda não foi votado e foi



retirado. Ou seja, não há nenhum compromisso de quem quer que seja quanto ao mérito, mas na construção de um acordo de procedimento, penso que limpamos a pauta, votamos a MP 442 na frente do Fundo Soberano e depois, votamos o Fundo Soberano. Acho que está de bom tamanho, se tivermos, digamos, um grau de paciência mútua.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Com a palavra o PMDB.

O SR. BERNARDO ARISTON (Bloco/PMDB-RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB, por intermédio deste Líder, manifesta apoio à proposta de V.Exa., que mais uma vez traz a este Plenário uma proposta factível, inteligente.

Queremos deliberar, se não for possível também estaremos prontos para votar, mas acompanhamos o raciocínio de V.Exa.

O PMDB diz “sim” à proposta. De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Bernardo Ariston, agradeço a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Com a palavra o Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria tentar adicionar um dado que poderia colaborar.

Se retirada a urgência do Fundo Soberano, daríamos urgência de Plenário e V.Exa. ficaria com o livre arbítrio de colocar em pauta quando quisesse. Talvez pudéssemos acelerar e encontrar uma saída, uma alternativa. Não podemos brincar com a crise, que é de todos, e também temos parcela de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa., regimentalmente, complementou, como sempre, de forma brilhante uma necessidade que iria esclarecer.

Para que eu possa trazer a Plenário tem que haver urgência urgentíssima. Então, teria de haver assinatura de Líderes e votação em plenário, aí poderia trazer a Plenário.

A única coisa que me preocupa é o silêncio eloquente do Líder do Governo, ensurdecedor, mas vou tocando aqui.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Coruja, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero voltar a falar sobre o ponto fulcral da discussão deste debate de avançar ou não na pauta, que é o Fundo Soberano.

O Fundo Soberano foi criado por cerca de 40 países que têm alto grau de capitalização, que têm superávits nominais, como os países árabes, que exportam petróleo, a Noruega, o Chile, que exporta cobre, e outros, quando tem sobra de dinheiro para criar um fundo de investimento no exterior para ajudar as finanças do país.

O Brasil, estranhamente, propôs um Fundo Soberano em meados deste ano muito diferente dos tradicionais, porque envolve um Fundo Soberano que pode aplicar recursos dentro do próprio país — vai ter um banco nacional, que pode ser o Banco do Brasil, a CEF, o BNDES para aplicar esses recursos.

No momento em que não há superávit nominal — o Brasil não é um país que tem superávit nominal, apesar das contas federais esporadicamente nesses primeiros 6 meses demonstrarem superávit nominal —, o Brasil aventa a idéia de criar um Fundo Soberano. A principal argumentação feita pelo Governo é que precisa evitar a entrada de dólares no País, cuja cotação estava em baixa, muito barato. Nesse ínterim, vem a crise, e há uma mudança. Agora não mais precisamos evitar a internalização do dólar. Temos que internalizar dólares, precisamos de mais dólares, tanto que o Banco Central está a todo instante colocando dólares na economia para que caia o seu preço e, evidentemente, facilite a evolução desse quadro, porque, se o dólar permanecer a 2 reais, a perspectiva é que tenhamos



mais 2 dígitos de inflação no ano que vem. Quanto mais alto permanecer o dólar, mais inflação ano que vem, dizem todos os economistas. Então, não há lógica criar-se o Fundo Soberano nesse instante.

Os fundos soberanos, no mundo inteiro, estão sendo muito criticados pelos organismos internacionais, porque são alvos de muita corrupção. É uma roubalheira danada esses fundos soberanos. São 14 bilhões. Não quero dizer que é questão do Brasil, porque no Brasil é diferente. Mas há países por aí afora que criam fundo soberano, e os seus dirigentes e dos partidos que estão no poder enriquecem com o tal Fundo Soberano no exterior. Por isso tem que ser muito discutido aqui, tem que ter controle sobre o Fundo Soberano, controle do Banco Central e várias coisas.

Então, tem que adiar esse Fundo Soberano. Não tem nada a ver com a crise. O que é o lógico agora? Votar as medidas provisórias. Chegar à Medida Provisória nº 442, que é a medida provisória da crise, ou é o PROER do Lula, o PROER do Governo do PT, ou não é o PROER, pode-se dar qualquer nome. Mas é um projeto de ajuda para melhorar a liquidez do sistema financeiro.

O PROER mesmo virá ano que vem. Escutem o que estou dizendo. Em meados do ano que vem vai haver um PROER de ajuda aos bancos, porque muitos estarão insolventes. Ano que vem haverá um PROER de verdade. É evidente, isso está ficando cada vez mais claro. Mas neste instante é a MP 442. Para evitar um PROER muito grande, de muito auxílio, no ano que vem, vamos votar a MP 442.

Então, é isso. Vamos tratar da crise, votar a MP 442 e deixar esse Fundo Soberano para ser discutido a seu tempo e hora, com as mazelas e com as qualidades que ele tem.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está encerrada a votação.

Resultado da votação: “sim”, 5; “não”, 266; abstenções, 2. Total: 273 votos.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Convido o Deputado Odair Cunha, Relator da matéria, para dar continuidade ao parecer.

O SR. ODAIR CUNHA (PT-MG. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dando continuidade ao parecer, o art. 1º da medida provisória altera os artigos 58-B, 58-F, 58-G, 58-H, 58-J, 58-L, 58-M, 58-O e 58-T da Lei nº 10.833, de 2003. De forma que detalhamos, a seguir, as modificações realizadas em cada um dos dispositivos da lei referida.

O texto do parágrafo único do art. 58-B foi desmembrado para o inciso I e recebeu novo inciso II para que a redução a zero das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS não se aplique a empresas varejistas e atacadistas optantes pelo Super-SIMPLES. Essas empresas possuem forma diferenciada de tributação, recolhendo diversos tributos, inclusive PIS/PASEP e COFINS, pela aplicação de apenas uma alíquota sobre suas receitas.

O art. 58-F recebeu § 3º para especificar o momento em que é devido o IPI pelo industrial ou importador de bebidas, quando o mesmo recolher o tributo na qualidade de responsável, em substituição ao varejista ou atacadista adquirente do produto. Essa determinação é necessária para o cálculo e a cobrança do imposto. O dispositivo visa, portanto, corrigir essa omissão. O art. 58-G realiza a mesma alteração em relação à industrialização por encomenda.

O § 3º incluído no art. 58-H visa limitar as hipóteses em que a mercadoria sai do estabelecimento com suspensão de IPI àquelas em que o industrial é contribuinte do imposto, excluindo dessa regra o tributo devido na qualidade de responsável. O valor devido, na última hipótese, é definido pela aplicação da alíquota sobre 140% do montante da base de cálculo. Ou seja, o industrial, importador ou encomendante



paga o IPI como responsável em relação ao varejista ou atacadista, sobre uma base elevada a 140% e deixa de pagar o que seria devido em razão da saída da mercadoria de seu estabelecimento. Na prática, quando recolhe como responsável sobre a base elevada, ele está pagando o IPI relativo a toda a operação, desde a industrialização.

Assim, o dispositivo incluído deixa claro que a suspensão não se aplica ao recolhimento na qualidade de responsável. A medida provisória, portanto, preenche lacuna do texto original da lei.

É dada nova redação ao inciso I, do § 11, do art. 58-J para corrigir o texto anterior. O mencionado parágrafo estabelecia que, no caso de omissão de receitas, seria aplicada sobre a base omitida a maior alíquota de IPI prevista para os produtos abrangidos pela lei. Ocorre que o art. 58-J foi introduzido na Lei nº 10.833, de 2003, que institui a forma de tributação não cumulativa da COFINS para quase todos os produtos comercializados no mercado. O texto sugerido pela medida provisória restringe corretamente o dispositivo aos produtos listados no art.58-A.

No mesmo artigo é incluído um parágrafo com o intuito de possibilitar ao Poder Executivo estabelecer alíquotas específicas mínimas de IPI, PIS/PASEP ou COFINS de acordo com o produto, marca ou embalagem. Essa alíquota específica relaciona-se com o regime especial de tributação das bebidas, estabelecido pelo art. 58-J, a que o industrial ou importador poderá aderir. De acordo com esse regime, esses produtos serão tributados de acordo com um valor monetário fixo por unidade de medida produzida (peso, volume, natureza do recipiente ou qualquer outra unidade física). Como exemplo: R\$0,50 por litro produzido.



A alíquota específica desse regime é definida pela aplicação das alíquotas definidas no art.58-M da lei sobre o valor base, que será calculado pelo preço médio dos produtos de um mesmo grupo. Assim, seguindo o mesmo exemplo, o Poder Executivo poderá estipular um valor mínimo de tributação por litro de determinada bebida. De forma que será aplicada essa alíquota mínima, se o cálculo da alíquota específica, de que trata o art. 58-J da Lei nº 10.833, de 2003, resulte num montante menor.

No art. 58-L também é incluído parágrafo, para que a adoção do valor base para tributação possa realizar-se por grupo de marcas comerciais ou por tipo de produto, além da hipótese de delimitação por tipo de produto e marca comercial, como definia o texto original. O novo texto possibilita o agrupamento de produtos numa mesma faixa de tributação. Antes, cada faixa era definida separando-se o tipo do produto e a marca. Como exemplo, pela nova regra poderá haver uma faixa de tributação para um tipo de refrigerante de diversas marcas. Anteriormente, cada marca de refrigerante deveria possuir um faixa específica para o seu produto.

No mesmo artigo são incluídos os §§ 4º e 5º para descrever como será realizado o cálculo do valor base por grupo. De acordo com o § 4º, é utilizada a média dos preços dos componentes do grupo, podendo ser considerados os seguintes critérios, isolada ou cumulativamente: tipo de produto, faixa de preço e tipo de embalagem.

O art. 1º da medida provisória também altera a redação do art. 58-M, além de incluir novo parágrafo ao dispositivo. A redação é alterada para deixar o texto mais preciso tecnicamente. O inciso III do dispositivo se transforma no § 2º e recebe nova redação, a fim de deixar claro que o imposto devido, caso a empresa opte pelo



regime especial, será apurado pela aplicação da alíquota específica, calculado conforme estabelecem os artigos que tratam da matéria. O texto anterior continha omissão que poderia dar margem a interpretações equivocadas sobre a fórmula de cálculo do tributo.

Já o § 3º foi incluído para estabelecer que as alíquotas específicas do IPI, do PIS/PASEP e da COFINS referentes ao regime especial serão publicadas na página da Secretaria da Receita Federal na Internet.

A alteração feita no inciso II do § 2º do art. 58-O também procura deixar mais precisa a redação da Lei nº 10.833, de 2003. O texto anterior permitia a desistência do regime especial no mês em que fosse modificado o valor base de cada grupo de produtos. A nova redação substitui o valor base pela alíquota específica. Assim, a desistência poderá ser feita no mês em que for alterada a alíquota específica.

Por fim, o último dispositivo alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 436, de 2008, é o art. 58-T. A redação original do dispositivo determinava que o disposto nos arts. 58-A a 58-S não se aplicava às empresas tributadas pelo Super-SIMPLES. A nova redação, totalmente diferente da anterior, obriga as empresas fabricantes dos produtos de que trata o art. 58-A a instalarem equipamentos contadores de produção que possibilitem a identificação do tipo de produto e de embalagem, bem como sua marca. Essa determinação visa facilitar a fiscalização das referidas empresas, em razão do regime especial criado, já que a incidência do imposto poderá se dar de acordo com o tipo, marca ou embalagem da mercadoria produzida.

O art. 2º realiza modificações em artigos da Lei nº 10.833, de 2003, para prorrogar o início da eficácia das novas regras de tributação dos produtos listados no art. 58-A para 1º de janeiro de 2009. Assim, o texto da medida provisória garante



que as novas formas de tributação só terão eficácia com as alterações efetuadas, que corrigem algumas omissões no texto original e tornam mais precisos tecnicamente alguns dispositivos.

Cláusula de vigência

De acordo com o art. 3º, a medida provisória entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

Revogações

O art. 4º da medida provisória revoga o inciso III do art. 58-M da Lei nº 10.833, de 2003, e as alíneas “e” e “f” do inciso III do art. 42 da Lei nº 11.727, de 2008.

O inciso III do art. 58-M da Lei nº 10.833, de 2003, foi revogado porque seu texto foi transportado para o § 2º do mesmo artigo, conforme relatado acima. Já as alíneas “e” e “f” do inciso III do art. 42 da Lei nº 11.727, de 2008, são revogadas porque o art. 2º da medida provisória estabelece nova data para revogação dos artigos mencionados nos 2 dispositivos.

É o relatório.

Voto do Relator

De acordo com o art. 62 da Constituição Federal, “*em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional*”. O § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, por sua vez, que, “*no dia da publicação da medida provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e documento expondo a motivação do ato*”. Assim, a admissibilidade da medida



provisória depende da observância dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e do atendimento ao mencionado dispositivo do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Por intermédio da Mensagem nº 441, de 26 de junho de 2008, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a MP nº 436, de 2008, aventando as razões para a sua adoção.

Segundo a Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda, a MP atende aos pressupostos de relevância e urgência em razão do alcance dos ajustes efetuados, a fim de garantir efetividade e neutralidade tributária, bem como segurança jurídica e ambiente que favoreça a livre concorrência. Além disso, segundo o mesmo documento, a urgência se justifica pela necessidade de postergar o prazo de entrada em vigor do novo regime e de assegurar a vigência do atual até as novas regras possuírem eficácia.

De modo que entendemos serem suficientes as razões expostas para justificar a edição da medida provisória em análise. Deve-se considerar, ainda, que as alterações propostas caminham no sentido de aperfeiçoar o importante regime de tributação das bebidas frias aprovado nesta Casa, reforçando o caráter relevante do tema. Além disso, conforme salienta a própria Exposição de Motivos, as modificações necessitam vigorar antes que o novo texto da Lei nº 10.833, de 2003, produza efeitos, a fim de se preservar a segurança jurídica e o equilíbrio da legislação do IPI, PIS/PASEP e COFINS.

Assim, somos pela admissibilidade da presente medida provisória.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa



Da análise da MP não se depreende qualquer vício de constitucionalidade ou injuridicidade ou má técnica legislativa. A proposição atende às normas constitucionais relativas à competência legislativa da União — art. 24, inciso I — e à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República — art. 48, inciso I. Além disso, a medida provisória não se reporta a matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, de acordo com os arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

Em relação às emendas, não verificamos vícios flagrantes de constitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa que obstrem a apreciação do mérito de todas elas.

Em virtude do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP nº 436, de 2008, bem como das emendas que lhe foram apresentadas.

Da adequação financeira e orçamentária

A análise de adequação financeira e orçamentária da MP nº 436, de 2008, deve seguir as disposições da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. De acordo com o § 1º do seu art. 5º, “*o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União*”.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2008 — Lei nº 11.514, de 2007 — no art. 98, condiciona a aprovação de medida provisória que conceda ou



amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ao cumprimento do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal — Lei Complementar nº 101, de 2000.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, estabelece que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita esteja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, seja compatível com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO e atenda a pelo menos uma de duas condições estabelecidas.

Entretanto, a MP em análise se limita a aprimorar regime de tributação anteriormente instituído pela Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008. Adicionalmente, seu texto institui algumas regras que visam apenas reforçar a fiscalização efetuada pela Administração Tributária. Não vislumbramos, dessa forma, incompatibilidade ou inadequação orçamentária ou financeira na norma em análise. Tampouco verificamos incompatibilidades ou inadequações financeiras ou orçamentárias que nos impeçam de analisar o mérito das emendas.

Dessa forma, nos termos da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, somos pela adequação orçamentária e financeira da MP nº 436, de 2008, e das emendas a ela apresentadas.

Do mérito

O escopo da medida em análise, segundo a Exposição de Motivos, é aprimorar a legislação em vigor, corrigindo algumas omissões e aperfeiçoando o regime de tributação das chamadas bebidas frias. De forma que não há como discordarmos do mérito das alterações propostas. Razão pela qual concluímos pela aprovação de todo o conteúdo da Medida Provisória nº 436, de 26 de junho de 2008.



Avaliamos, porém, que podem ser realizadas algumas alterações no texto da MP nº 436 a fim de deixá-lo mais condizente com a realidade do setor. Além disso, sugerimos mudanças que visam corrigir outras distorções apresentadas na legislação tributária. Dessa forma, enriquecido com importantes contribuições de meus ilustres pares, sugerimos para apreciação desta Casa Projeto de Lei de Conversão com as propostas a seguir explicitadas.

Alteramos o art. 1º na parte em que é modificado o art. 58-L da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Pela nossa redação, as faixas de preços em que integrarão os grupos de produtos tributados pela mesma alíquota específica será definida de forma a que a diferença entre o valor do limite de preço máximo de cada faixa não ultrapasse em 5% o valor do limite de preço mínimo da mesma faixa. Assim, garantimos uma tributação mais equilibrada, que não traga prejuízos nem benefícios a determinado segmento. Com essas alterações, estamos acatando, total ou parcialmente, as sugestões contidas nas Emendas nºs 11 e 22. Também modificamos o mesmo dispositivo para alterar o texto do § 4º, substituindo o termo *podendo* por *devendo* na redação. Assim garantimos que os critérios listados no dispositivo sejam utilizados, reforçando a justiça fiscal na tributação do setor.

Também modificamos a redação do art. 58-R da Lei nº 10.833, de 2003, a fim de garantir o ressarcimento dos valores gastos com a instalação e manutenção de equipamentos contadores de produção à pessoa jurídica produtora de bebidas.

Incluímos o art. 3º no Projeto de Lei de Conversão para alterar a redação do art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. Nossa intuito é corrigir distorção relativa a incentivo concedido a fabricantes de veículos. Ocorre que a atual legislação concede crédito presumido de IPI relativo ao valor do frete pago



pelo setor somente se todos os produtos listados na referida lei saírem do estabelecimento com o pagamento de frete. Assim, basta que apenas um produto seja transportado sem essa despesa para a empresa não fazer jus ao benefício. Não concordamos com regra tão restritiva, que torna o sistema distorcido e incoerente com o objetivo original do benefício. Assim, sugerimos que o incentivo seja aproveitado apenas nas operações em que haja pagamento de frete, sendo as realizadas sem frete tributadas normalmente.

O art. 4º, também incluído no PLV, procura resolver um antigo problema referente às exportações do setor automotivo. O dispositivo visa eliminar um entrave legal que dificultava o desenvolvimento das atividades de exportação do setor. O texto aprimora dispositivo aprovado recentemente nesta Casa, no PLV da Medida Provisória nº 428, de 2008. Apenas foi incluído na redação, além do regime de suspensão, o regime aduaneiro de isenção, que fora omitido no texto anterior.

Os art. 5º visa restabelecer a vigência do benefício de isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento de atletas e às competições desportivas relacionados com a preparação das equipes brasileiras para jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos e mundiais. Pretendemos que esse incentivo, tão importante para o desenvolvimento do esporte brasileiro, seja reconstituído, visto que perdeu sua eficácia no dia 31 de dezembro de 2007, nos termos da lei.

Dessa forma, pelas razões expostas, votamos pela aprovação da MP nº 436, de 2008, e pela aprovação, total ou parcial, das Emendas nºs 11 e 22, rejeitando as demais, na forma do Projeto de Lei de Conversão.



Do voto

Portanto, o voto é pela admissibilidade da MP nº 436, de 2008, pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, e pela adequação orçamentária e financeira da medida provisória e das emendas apresentadas. No mérito, o voto é pela aprovação da MP nº 436, de 2008, e pela aprovação, total ou parcial, das Emendas nºs 11 e 22, rejeitando as demais, na forma do Projeto de Lei de Conversão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme orientação do partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Indago ao Sr. Relator se foi feita a leitura do projeto.

O SR. ODAIR CUNHA - Do PLV, não. É para ler?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Peço a V.Exa. que o leia, por gentileza, porque é regimental e há essa solicitação do Plenário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, na votação passada, votei conforme orientação do partido.



O SR. ODAIR CUNHA - Sr. Presidente, passo à leitura do projeto de lei de conversão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 58-B, 58-F, 58-G, 58-H, 58-J, 58-L, 58-M, 58-O, 58-R e 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58-B.....

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:

I - à venda a consumidor final pelo importador ou pela pessoa jurídica industrial de produtos por ela fabricados;

II - às pessoas jurídicas optantes pelo regime de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”.

“Art. 58-F.....

§ 3º O IPI, apurado na qualidade de responsável na forma do inciso II do caput, será devido pelo importador ou industrial no momento em que derem saída dos produtos de que trata o art. 58-A.” (NR)

“Art. 58-G

Parágrafo único. O IPI, apurado na qualidade de responsável na forma do inciso II do caput, será devido



pelo encomendante no momento em que der saída dos produtos de que trata o art. 58-A.”

“Art. 58-H

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se ao IPI devido na forma do inciso II do § 1º e do inciso I do § 2º do art. 58-F e do inciso I do art. 58-G.” (NR)

“Art. 58-J.....

§11.....

I - à saída do produto, o IPI incidirá na forma dos arts. 58-D a 58-H, aplicando-se, sobre a base omitida, a maior alíquota prevista para os produtos de que trata o art. 58-A;

§ 14 O Poder Executivo poderá estabelecer alíquota específica mínima por produto, marca e tipo de embalagem”.

“Art. 58-L

§ 1º O Poder Executivo poderá adotar valor base por grupo de marcas comerciais, tipo de produto, ou por tipo de produto e marca comercial.

§ 4º Para fins do disposto no §1º, será utilizada a média dos preços dos componentes do grupo, devendo



ser considerados os seguintes critérios, isolada ou cumulativamente:

I - tipo de produto;

II - faixa de preço;

III - tipo de embalagem.

§ 5º Para efeito do disposto no §4º, a distância entre o valor do piso e o valor do teto de cada faixa de preço será de até 5% (cinco por cento)."

"Art. 58-M.

I - o Poder Executivo estabelecerá as alíquotas do IPI, por classificação fiscal; e

II - as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS serão de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) e 11,9% (onze inteiros e nove décimos por cento), respectivamente.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se às pessoas jurídicas referidas no art. 58-A desta lei nas operações de revenda dos produtos nele mencionados, admitido, neste caso, o crédito dos valores da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS pagos na respectiva aquisição.

§ 2º O imposto e as contribuições, no regime especial optativo, serão apurados mediante alíquotas específicas determinadas pela aplicação das alíquotas



previstas nos incisos I e II do caput sobre o valor base de que trata o art. 58-L.

§ 3º Para os efeitos do § 2º, as alíquotas específicas do imposto e das contribuições serão divulgadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por meio do seu sítio na Internet, vigorando a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação, sendo dispensada, neste caso, a publicação de que trata o § 2º do art. 58-L”.

“Art. 58-O

§ 2º

II - anterior ao de início de vigência da alteração da alíquota específica, divulgada na forma do disposto no § 3º do art. 58-M desta lei, hipótese em que a produção de efeitos dar-se-á a partir do primeiro dia do mês de início de vigência da citada alteração.

“Art. 58-R.....

§ 1º Os créditos presumidos de que trata o caput deste artigo serão calculados com base no valor de aquisição do bem e apropriados no mesmo prazo em que se der a aquisição ou financiamento, proporcionalmente a cada mês, multiplicando-se, para efeito de rateio entre as contribuições:



I - pelo fator de 0,171 (cento e setenta e um milésimos), no caso do crédito da Contribuição para o PIS/PASEP; e

II - pelo fator de 0,823 (oitocentos e vinte e três milésimos), no caso do crédito da COFINS.

§ 3º A revenda dos equipamentos de que trata o caput deste artigo faz cessar o direito de apropriação de crédito eventualmente não apropriado, a partir do mês da revenda.

.....
§ 7º.....

I - serão apropriados no prazo mínimo de 1 (um) ano, contado da data da publicação da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, na hipótese de aquisições efetuadas anteriormente a essa data; e

.....
§ 8º *As pessoas jurídicas de que trata o caput deste artigo poderão deduzir da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS créditos presumidos relativos ao ressarcimento dos custos de instalação e manutenção dos equipamentos de que trata o inciso XIII do caput do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, por elas adquiridos no mercado interno, para incorporação ao seu ativo imobilizado.*



§ 9º Os créditos presumidos de que trata o §8º serão apropriados no próprio mês em que forem apurados, observados os limites máximos de valores fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, multiplicando-se, para efeito de rateio entre as contribuições:

I - pelo fator de 0,177 (cento e setenta e sete milésimos), no caso do crédito da Contribuição para o PIS/PASEP; e

II - pelo fator de 0,823 (oitocentos e vinte e três milésimos), no caso do crédito da COFINS".

“Art. 58-T. As pessoas jurídicas que industrializam os produtos de que trata o art. 58-A ficam obrigadas a instalar equipamentos contadores de produção, que possibilitem, ainda, a identificação do tipo de produto, de embalagem e sua marca comercial, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas nos arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

§ 1º A Secretaria da Receita Federal do Brasil estabelecerá a forma, limites, condições e prazos para a aplicação da obrigatoriedade de que trata o caput, sem prejuízo do disposto no art. 36 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.



§ 2º As pessoas jurídicas de que trata o caput poderão deduzir da Contribuição para o PIS/PASEP ou da COFINS, devidas em cada período de apuração, crédito presumido correspondente ao ressarcimento de que trata o § 3º do art. 28 da Lei nº 11.488, de 2007".

Art. 2º. Os arts. 33, 41 e 42 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. Os produtos referidos no art. 58-A da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, enquadrados no regime tributário do IPI previsto na Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, e a pessoa jurídica optante pelo regime especial de tributação da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS de que trata o art. 52 da Lei nº 10.833, de 2003, serão excluídos dos respectivos regimes no último dia do mês de dezembro de 2008".

"Art. 41.
IV - aos arts. 7º, 9º a 12 e 14 a 16, a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação desta Lei;

.....
VII - aos arts. 32 a 39, a partir de 1º de janeiro de 2009".

"Art. 42.



.....
IV - a partir de 1º de janeiro de 2009:

a) os arts. 49, 50, 52, 55, 57 e 58 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não havendo, após essa data, outra forma de tributação além dos 2 (dois) regimes previstos nos arts. 58-A a 58-U da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e demais dispositivos contidos nesta lei a eles relacionados;

b) o § 7º do art. 8º e os §§ 9º e 10 do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004".

Art. 3º. A alínea b do inciso II do §1º do art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56.

§1º.....

II -.....

b) sejam cobrados juntamente com o preço dos produtos referidos no caput, nas operações de saída do estabelecimento industrial;

.....")

Art. 4º. O art. 17 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17.



Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também ao regime aduaneiro de isenção, nos termos, limites e condições estabelecidos pelo Poder Executivo".

Art. 5º. Os arts 8º, 9º, 10, 11 e 13 da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 8º. De 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013 é concedida isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na importação de equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras para competições desportivas em jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos e mundiais.

.....
§ 2º A alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados fica reduzida a zero quando os materiais e equipamentos de que trata o caput forem fabricados no Brasil".

"Art. 9º. São beneficiários da isenção de que trata o art. 8º os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, os atletas das modalidades olímpicas e paraolímpicas, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o



Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), bem como as entidades nacionais de administração do desporto que lhes sejam filiadas ou vinculadas".

"Art. 10.

I -

II -

a)

b) a condição de beneficiário da isenção ou da alíquota zero, do importador ou adquirente, nos termos do art. 9º; e

....."

"Art. 11. Os produtos importados ou adquiridos no mercado interno, na forma do art. 8º, poderão ser transferidos pelo valor de aquisição, sem o pagamento dos respectivos impostos:

.....

II - a qualquer tempo e qualquer título, para pessoa física ou jurídica que atenda às condições estabelecidas nos arts. 8º a 10, desde que a transferência seja previamente aprovada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

.....

§ 2º Na hipótese do § 1º, o adquirente, a qualquer título, de produto beneficiado com a isenção ou alíquota



zero é responsável solidário pelo pagamento dos impostos e respectivos acréscimos”.

"Art. 13. O Poder Executivo regulamentará o disposto nos arts. 8º a 11 desta lei".

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogados:

I - o inciso III do art. 58-M da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e as alíneas “e” e “f” do inciso III do art. 42 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008; e

II - o art. 12 da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

É o PLV, Sr. Presidente.



O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, tenho dúvidas. Não tenho o relatório em mão e quero fazer uma pergunta ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - S.Exa. vai tirar cópias e distribuir o parecer. Mas eu gostaria que V.Exa. indagasse ao Relator em plenário.

O SR. EDUARDO VALVERDE - Pois é. Vou fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Não agora, apenas na hora em que S.Exa. descer da tribuna, se não vamos prorrogar muito a sessão. Como há obstrução, quero ser bastante rigoroso, sem prejuízo do mérito.

Então, será distribuída, em primeiro lugar, cópia do parecer do Relator. Enquanto não for distribuída não ocorrerá nada.

Quero dar prosseguimento aos requerimentos que estão sobre a mesa. Há requerimentos a serem votados.

Portanto, V.Exa. pode esclarecer com o Relator. Se houver necessidade, retomaremos o debate publicamente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos regimentais, o adiamento da discussão por 2 sessões da Medida Provisória nº 436/08, constante do item 2 da presente Ordem do Dia”.

Assina a Liderança do Democratas.

Antes, porém, leio o outro requerimento que está sobre a mesa, no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja concedida a verificação de votação do requerimento que solicita o adiamento da discussão da Medida Provisória nº 436/08, por 2 sessões (quebra de interstício)”.



O SR. MAURO NAZIF - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO NAZIF (Bloco/PSB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação da bancada.

O SR. WLADIMIR COSTA (Bloco/PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme a orientação do partido.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR CAMILO (Bloco/PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

O SR. JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o Partido Verde.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PMDB.

O SR. LÚCIO VALE (PR-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

O SR. ASDRUBAL BENTES (Bloco/PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se estivesse presente à votação anterior, eu teria votado com o PMDB.

O SR. LUIZ FERNANDO FARIA (PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Bornhausen, que falará a favor da matéria, em substituição ao Deputado Felipe Maia.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Congresso Nacional, nós todos, estamos voltando de uma eleição. Durante o processo eleitoral, eclodiu uma crise anunciada no mundo. Aqui no Brasil, o Presidente da República desdenhou seguidamente dos acontecimentos. Falou S.Exa. em “marola”, que era uma pequena crise e que não chegaria ao País.

Pois bem. A crise chegou. A crise está estampada na medida provisória que vamos votar, que concede auxílio aos bancos. Mas ela pode piorar, e muito, se o Brasil não tomar determinadas medidas. O mais importante é que não são medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo, porque as medidas necessárias não virão do Executivo. Será o Congresso Nacional o fórum das discussões. Vamos trazer para a Casa do povo brasileiro uma discussão que vai chegar ao bolso do povo brasileiro. Aliás, já chegou, está chegando e chegará com mais força.

O Presidente fala em uma série de convocações e de medidas para que possamos agilizar as votações. O duro é que estão incluídos na pauta itens que não dizem respeito ao combate à crise ou às demissões que acontecerão no Brasil, muito menos às pessoas que ficarão inadimplentes, tal como estão hoje os norte-americanos, os europeus e tantos outros.

Queremos aproveitar, Sr. Presidente, para incluir nessa discussão — e, em nome do Democratas, faço essa sugestão a V.Exa. — uma pauta de votações para o combate à crise, mas não a pauta do Palácio do Planalto. E devo reafirmar que o Congresso Nacional nunca deixou de respeitar as pautas de urgência nem de dar a



devida resposta nos momentos de crises que vivemos — e foram muitas ao longo das últimas décadas.

A credibilidade do Brasil não está nos seus Presidentes. Está nesta Casa e no Senado Federal. Por tudo isso, gostaríamos — e disse isso ao Deputado Henrique Fontana — de incluir na pauta a discussão de um dos mais importantes itens para o combate à crise. Além da redução das despesas correntes que o Brasil precisa fazer para se prevenir, também há necessidade de discutirmos a autonomia do Banco Central, que está sendo postergada nesta Casa por muito tempo e que necessariamente deve entrar nesse próximo cardápio de discussões do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, aproveito este espaço, já que estamos fazendo o encaminhamento do requerimento de quebra de interstício, para fazer esta proposta, que vou entregar a V.Exa., com fundamento no art. 91, I, combinado com os arts. 220, 221 e 222 do Regimento Interno, para a transformação da sessão plenária de 21 de outubro em Comissão Geral, para debate das questões relativas à autonomia do Banco Central.

Vou passar à orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar, Democratas.

O SR. PAULO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, faço a referida sugestão para que possamos, neste plenário, discutir um tema que é fruto de projeto de lei do Deputado Eduardo Valverde, assim como de projeto do Deputado Rodrigo Maia, os quais têm a ver também com soluções e avanços institucionais para diminuir o impacto da crise no bolso do trabalhador brasileiro. Se não, seremos chamados aqui, ano que vem, Sr. Presidente, para votar um novo PROER para salvar bancos



no Brasil, que poderão estar nas mesmas condições em que estão os bancos norte-americanos e europeus. Os nossos bancos não estão atualmente nessa situação nem chegarão a ela, se o Brasil continuar crescendo.

Mas para esta Casa virá a proposta de um novo PROER, desta feita do Governo Lula, que vai atender os bancos antes de atender as pessoas, que vão ficar endividadas. Para que isso não aconteça, a responsabilidade fiscal e a discussão sobre a autonomia do Banco Central são pautas importantes para darmos sinais ao mundo de que temos responsabilidade e de que vamos cumpri-las.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PTB nas votações anteriores.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Srs. Deputados, estamos no período de encaminhamento da votação do requerimento de quebra do interstício.

Para orientar a bancada, PMDB.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes da orientação de bancada, quero afirmar a V.Exa. que a posição do PMDB é de apoio à proposta de V.Exa., como reiterada pelo Deputado Tadeu Filippelli, na reunião de Líderes ocorrida na residência de V.Exa., pelo Deputado Bernardo Ariston e pelo Deputado Henrique Eduardo Alves, que nos ligou há pouco.

Somos, portanto, favoráveis à retirada da urgência constitucional. O PMDB estará presente, para votar o Fundo Soberano do Brasil, neste plenário, inclusive sob o regime de urgência urgentíssima, se for necessário.

O PMDB apóia a posição de V.Exa. e reitera a necessidade de construirmos, imediatamente, esse consenso. Pelo que eu saiba, todos os partidos da base e as Lideranças estão afinados para avançar rapidamente na matéria que estamos discutindo.

O PMDB, evidentemente, é contra qualquer tipo de adiamento ou de quebra de interstício nesta matéria.

Votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PMDB vota “não”.

PSDB.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vai votar com o requerimento do Democratas no sentido de dar seqüência e de garantir a votação nominal do requerimento de autoria do PSDB.



Mais do que isso, o PSDB mais de uma vez já mostrou ao País a sua disposição de acelerar a pauta de votações, desde que haja sensibilidade, principalmente por parte da Liderança do Governo, para a retirada da urgência do Fundo Soberano. Já ficou clara essa posição de todos os partidos da base aliada. Pelo que me parece, falta apenas a formalização dessa posição por parte do Líder do Governo.

De modo que encaminhamos a votação favorável ao requerimento do Democratas. Votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PPS encaminha “sim”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos regimentais, o adiamento da discussão por 2 sessões da Medida Provisória nº 436/08, constante do item 2 da presente Ordem do Dia”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia, que falará a favor matéria.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, o Deputado Felipe Maia me substituirá.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Por permuta, então, concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a orientação para o Democratas e a razão pela qual o nosso partido apresentou requerimento de adiamento da discussão por 2 sessões é a nossa insistência em que o Governo retire o pedido de urgência constitucional para a análise do Fundo Soberano.

Aqui já expus as razões pelas quais não concordamos com a discussão do tema neste momento, assim como não concordamos com a criação do Fundo Soberano com o superávit primário do nosso País, quando na verdade temos uma dívida externa monstruosa. Por que captar recursos oriundos do nosso superávit primário para, entre outras coisas, investir em empresas do País ou em empresas no exterior?

Até porque, Sr. Presidente, há vício de constitucionalidade nesta matéria. O art. 52, inciso V, da Constituição Federal diz:

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado

Federal:



V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;"

Então, antes de mais nada, é importante destacar o vício de constitucionalidade desta matéria, assim como a clara intenção do Governo de aumentar a sua autonomia no momento em que, na sua proposta, fixa poderes excessivos quando institui o Conselho Deliberativo do Fundo, designando seus membros e dispondo sobre a sua estrutura e competência. O que existe também no Fundo Soberano é um cabide de emprego para que o Governo possa nomear todos aqueles que vão compor os seus quadros e os que vão manipular os recursos, fruto do superávit primário.

Assim, como V.Exa., Sr. Presidente, entendemos que não é conveniente destinar recursos e abrir uma lacuna para a compra de ativos decorrentes da emissão de títulos da dívida pública de países estrangeiros. Temos, sim, de ajudar as empresas nacionais, socorrer as vítimas desta crise internacional financeira. É por isso que nós concordamos com a apreciação e a votação do PROER, da Medida Provisória nº 442, que, aí sim, dá poderes ao Banco Central para que...

(O microfone é desligado.)



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar contra, Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa.*)

Para orientar, Democratas.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diante do vício de constitucionalidade desta matéria, diante da fonte de recursos que é o superávit primário do nosso País, que deveria, sim, para dar segurança às nossas empresas e dar segurança aos brasileiros, estar pagando os juros da dívida externa e não subsidiando países estrangeiros, nós votamos pelo adiamento da discussão por 2 sessões.

Votamos “sim” ao presente requerimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

"Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., nos termos do art. 177, § 1º, combinado com o art. 117, X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da discussão, por 1 sessão, da Medida Provisória nº 436/08".

Assina a Liderança do PSDB.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado José Aníbal. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. FELIPE MAIA - Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Não. Aí é intempestivo. Eu já havia dado a chance. Há uma regra aqui, implícita: a quem está ao microfone eu dou a palavra; a quem não está...



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 165, § 2º, do Regimento Interno, que a discussão da Medida Provisória nº 436/08 seja feita por grupo de artigos”.

Assina a Liderança do Democratas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a favor, Deputado José Carlos Aleluia. (*Pausa.*)



O SR. MAURO NAZIF (Bloco/PSB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação da bancada.

O SR. NELSON BORNIER (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos aproveitar a oportunidade em que vamos votar o requerimento para que todos os Parlamentares desta Casa e as pessoas que nos ouvem em casa, ou pelo serviço de som da Câmara dos Deputados, saibam o que está acontecendo.

O que está acontecendo é, de fato, uma queda-de-braço entre a base do Governo e a Oposição. Essa queda-de-braço se dá em torno de 2 temas. A Oposição e o Governo consideram que estamos diante de uma crise e que a nossa prioridade tem de ser a de dar tratamento urgente à crise. A Oposição já declarou ao Governo, por intermédio do Ministro-Presidente do Banco Central e da Liderança do Governo nesta Casa, que votaremos uma medida provisória que dá poderes ao Banco Central para socorrer os bancos que estiverem em dificuldades. A medida provisória já está em vigor, mas, para a segurança do processo, é fundamental que ela seja votada.

No nosso entendimento, esta medida provisória deveria ser votada hoje, ou amanhã, ou no mais tardar na próxima terça-feira.

Por que não estamos avançando? O Governo havia estabelecido, antes de a crise se agravar, uma pauta para a criação de um Fundo que serviria para colocar excedentes de um superávit primário, não nominal — 0,5% do superávit primário. Esse Fundo, no futuro, poderia ajudar a resolver crises como a que estamos vivendo.



Nós divergimos com relação à idéia do Fundo. Não há condições básicas para constituí-lo, e a proposta do Governo não é soberana. Divergimos do Fundo, que está posto como urgência constitucional. No entanto, é o sexto ou o sétimo item da pauta.

O Presidente Arlindo Chinaglia, com a sua habitual habilidade para resolver divergências no plenário, fez uma proposta que não é do agrado de todos os companheiros da Oposição, mas os Líderes da Oposição aceitaram votar.

À semelhança do que disse o Líder do PMDB, nós da Oposição também aceitamos que seja dada prioridade à votação da medida provisória que trata do combate à crise. Para isso, aceitamos a proposta do Presidente Arlindo Chinaglia: de que o Governo retire a urgência do projeto do Fundo. Se o Governo a retirar, é evidente que o Presidente, que é o senhor da pauta, de acordo com o Regimento Interno, poderá pautar a urgência. O Governo tem maioria e poderá aprovar a urgência regimental.

Portanto, nós estamos em obstrução. O meu requerimento é um instrumento de obstrução no sentido de que o Governo decida o que é prioritário para o Brasil.

E entendo que o que é prioritário para o Brasil é tranquilizar a economia, é assegurar que os bancos não vão estar em dificuldade, é aprovar propostas que ajudem as pequenas e as médias empresas. Hoje, no Brasil, não há pequena ou média empresa que consiga descontar uma nota promissória. As vendas de automóveis caíram 30%; as vendas de bens de consumo duráveis caíram.

Por isso, Sr. Presidente, a crise é prioridade; o Fundo não é prioridade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar contra, Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa.*)

Deputado Maurício Rands. (*Pausa.*)

Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não. É Pedro Eugênio, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para orientar, PSDB.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós vamos orientar o voto “sim”, pela importância de garantir esta votação por grupo de artigos.

Mas, obviamente, fica claro que nós estamos buscando a sensibilidade por parte do Governo para darmos a devida celeridade às demais medidas provisórias, matérias relevantes, deixando para outro momento a discussão do Fundo Soberano, num momento em que seguramente há uma preocupação do País com esta crise internacional, num cenário extremamente pessimista da semana passada e com 2 dias importantes de euforia: ontem e hoje.

Não há por que enfrentarmos essa matéria do Fundo Soberano. O Orçamento do Congresso Nacional está em discussão, com uma possível revisão, já foi admitida pelos Srs. Ministros de Estado, no mês de novembro. O relatório preliminar, que poderia ter sido apresentado hoje, já foi anunciado que será apresentado dia 21. O Relator já fala em tratar de reservas para evitar possíveis perdas de receita. Já temos um superávit de 3,8%; além dessa reserva de que hoje tratou o Relator; além de 0.5% de superávit para atender o Fundo Soberano.

Enfim, nós precisamos tratar de matérias mais urgentes e, inclusive, chegar à discussão do PROER do Presidente Lula. O PROER, que foi criticado na administração de Fernando Henrique, instala-se neste momento.

A nossa orientação é...

(O microfone é desligado.)



O SR. LUIZ BASSUMA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o meu partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Democratas, para orientar.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acaba de chegar às nossas mãos o parecer apresentado, em plenário, pelo Relator...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Prorrogo a presente sessão até as 20h.

O SR. FELIPE MAIA - Acaba de chegar às nossas mãos o parecer do Relator a esta Medida Provisória nº 436, em que faz uma correção no art. 58, inciso I, § 2º — à página 17. Assim como, na leitura do parecer, o Relator apresentou um projeto de lei de conversão. Ou seja, houve modificações no relatório do Deputado Odair Cunha, o que nos faz pedir a este Plenário que aprove o requerimento de discussão da medida provisória por grupo de artigos. É importante que possamos ter familiaridade com os itens e os termos deste parecer.

Portanto, Sr. Presidente, o Democratas orienta “sim” ao requerimento de discussão por grupo de artigos.



O SR. PROFESSOR SETIMO (Bloco/PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do partido na votação anterior.



O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “não”. Queremos votar a matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN) - Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Verificação concedida.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA) - Conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Verificação conjunta concedida.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
Democratas encontra-se em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Democratas em obstrução.

Gostaria que cada Líder fizesse a orientação da sua bancada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco/PMDB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com o meu partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Bloco.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco encaminha “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Bloco, “não”.

PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PPS, “sim”.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PSDB, em obstrução.

PT. (*Pausa.*)

PR.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PTB. (*Pausa.*)

PV.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PV, “não”.



O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme a orientação do meu partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PP.

O SR. VILSON COVATTI (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PP,
“não”.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Governo, “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Governo, “não”.

PT.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PT,
“não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PSOL. (*Pausa.*)

PSC. (*Pausa.*)



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, posso pedir a palavra por 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não, Líder Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero convidar todos os Deputados da base de sustentação do Governo a, por favor, virem ao plenário e permanecerem no plenário, porque infelizmente nós estamos enfrentando um processo de obstrução por parte da Oposição.

Confesso que tenho muita dificuldade de compreender, Sr. Presidente, qual a visão que a Oposição tem, de como vamos ajudar o nosso País a enfrentar um momento muito difícil de crise no centro do capitalismo global.

Nós estamos aqui querendo votar 5 medidas provisórias. A quinta medida, nessa fila, é exatamente aquela que dá ao Banco Central o poder de fazer o redesconto de carteiras de banco de menor porte, que podem ter problemas de liquidez. Eu tranqüilizo o mercado porque a lei já está em vigor. Mas me parece que é muito mais positivo para a nossa Casa debater, fazer emendas, sugerir modificações. Mas votar temas importantíssimos para enfrentar a crise.

Nós temos outra divergência: o Fundo Soberano. Nós do Governo temos a leitura de que o Fundo Soberano fortalece a economia brasileira. Se a Oposição tem posição contrária, ela pode expressar essa posição, votar contra. Mas a obstrução dá um sinal, do meu ponto de vista, de que, diante de uma crise de proporções como a desta que nós estamos vivendo, a resposta da Oposição é: *“Paralisemos o Parlamento!”*



Por exemplo: eu acabo de falar com o Ministro Guido Mantega, que está nos Estados Unidos neste momento. S.Exa. mostrou total disposição de estar aqui amanhã, à tarde — S.Exa. chega no meio da manhã —, para reunir-se com os Líderes e com os Deputados que participam da discussão econômica, do momento que vive o País, para até mesmo apresentar mais uma vez os argumentos com os quais defende a necessidade da votação do Fundo Soberano.

Então, o meu convite à Oposição: entremos num ambiente de entendimento, respeitadas as diferenças de opinião sobre os assunto A ou B, mas não paralisemos o Parlamento, porque isso vai contra o interesse, do meu ponto de vista, do fortalecimento da nossa economia para enfrentar a crise e as dificuldades.

Peço a todos os representantes do Governo, de todas as bancadas, que venham ao plenário, votem “não” e permaneçam no plenário, para que nós possamos enfrentar a obstrução da Oposição.



O SR. JOSÉ CHAVES (PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB encaminha “não” e convoca todos os Parlamentares a votarem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PTB, “não”.

PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL é de oposição, não está na obstrução, mas cobra uma negociação dos Líderes, aqui. Nós não podemos permanecer nesta imensa paralisia, nesta enorme perda de tempo — cada sessão custa dinheiro do povo brasileiro —, num momento deste.

Temos de discutir a crise; os seus aspectos estruturais; como ela incide no Brasil; as medidas que podem ser tomadas sem se magnificar a permanente proteção ao capital financeiro especulativo; o foco na atividade produtiva. Tudo isso é fundamental.

E há um caminho de negociação apontado. A propósito, o Líder José Carlos Aleluia disse que aceita discutir, de acordo com a proposta do próprio Presidente Arlindo.

Vamos avançar nas medidas provisórias, chegar à MP nº 442, e retirar a urgência do Fundo Soberano, com o compromisso de entrar nessa discussão logo na primeira semana de novembro, ou na última semana de outubro, após o segundo turno das eleições municipais.

Esse é um caminho de entendimento. Creio que é mais eficaz, em vez de pertermos um enorme tempo aqui, fazer uma reunião de negociação do Colégio de Líderes, para avançar nesta pauta hoje e amanhã. Se não, nós vamos deixar tudo para o fim de outubro, o que é uma temeridade para o País.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu quero, abusando do Plenário...

Eu tenho em mãos um calendário e sugiro a todos os Parlamentares que anotem que nós temos, incluindo esta semana, apenas 10 até o final desta Legislatura.

E eu percebo nitidamente a dificuldade, quando se instala a disputa política, de se tomarem determinadas decisões. Mas o fato é que, se nós não aproveitarmos bem estas 10 semanas, dificilmente vamos votar matérias relevantes até o final do ano. Dificilmente. A começar pela reforma tributária, que o Ministro Guido Mantega fez questão de trazer até aqui e de informar que aquilo era prioridade do Governo.

Eu tenho alertado o Ministro Guido, como também outros membros da equipe do Governo, para o seguinte: as medidas provisórias acabam impedindo que outras ações do Governo se realizem.

Estou citando isso porque nós estamos vivendo uma situação sobre a qual vamos ter de tomar uma decisão: se, nesta semana, nós não conseguirmos avançar na pauta, na semana que vem vou convocar sessão. Eu vou convocar.

Agora, podemos pagar o preço de, ao convocarmos, não conseguirmos deliberar — o que é ruim para a Casa — e de entrar, pós segundo turno, com a pauta ainda trancada. É este o estado da arte.

Então, eu estou defendendo algum tipo de acordo, tendo como referência as matérias, para tentar encaixá-las no calendário. Eu sou perguntado pela população do fator previdenciário; eu sou perguntado até da reforma política pela imprensa, que ainda não se deu conta — uma parte dela — de que nós votamos uma boa parte no primeiro semestre do ano passado!

Então, eu vou deixar claro agora para que, amanhã, o Ministro Guido Mantega explique como se traduz a prioridade de votar a reforma tributária, porque,



se nós não conseguirmos produzir nenhum acordo, não passará de um discurso. Eu estou dizendo isso agora porque quero defender a Câmara. E a Oposição também vai dar explicações — todos têm capacidade para isso — da obstrução continuada.

É por isso que eu estou fazendo o apelo tanto para a base do Governo quanto para a Oposição. Se não, nós não conseguiremos votar nenhuma matéria que entendamos como prioridade, exceto aquelas que o Executivo entende como prioridade. Ele tem direito; está na Constituição. Mas eu acho que isso apequena a Câmara dos Deputados.

Esse é o meu drama. (*Palmas.*)



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, quero apenas sugerir outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos outro problema: houve um esforço muito grande de negociação ao longo dos últimos meses, conduzido por V.Exa., o que diminuiu drasticamente o número de medidas provisórias editadas. V.Exa. pode fazer um cálculo agora: quantas medidas provisórias foram editadas nos últimos 4 meses? e qual era a média que anteriormente vinha ocorrendo? É algo positivo, é uma conquista do Parlamento.

Agora, se o Governo trabalha para evitar a edição de medidas provisórias, mas o Parlamento está sempre obstruído porque nós não podemos acertar as divergências no voto, é evidente que isso se torna um círculo vicioso.

Então, nós não podemos também simplificar a situação, dizendo que o problema são apenas as medidas provisórias. É um direito constitucional e regimental da Oposição obstruir que eu critico neste momento, um momento de crise dura que o País enfrenta. Eu acho que é uma obstrução mal posta neste momento, mas é uma crítica política que eu faço.

Agora, quero deixar consignado: o problema do Parlamento brasileiro não é só a edição de medidas provisórias; o problema é que é muito fácil obstruir; pelo Regimento, demoram-se 7 ou 8 horas para votar 1 medida provisória, o que nos leva a impasses como este. Nós temos de discutir o global do problema que enfrentamos.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu acho que chegamos àquele momento em que todo mundo tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É isso. Era o que eu ia falar.

(Risos.)

O SR. MIRO TEIXEIRA - E isso torna a discussão muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Quando um está errado e o outro está certo, fica fácil, porque aí decide de um lado contra o outro. Quando todo mundo tem razão, fica difícil.

A Oposição está fazendo oposição. O Regimento é este, também da época em que nós fazíamos Oposição.

Eu acho que está faltando uma coisa aqui: presença. Nós, dos partidos da base, temos de garantir aqui um número muito elevado de Deputados e deixar a Oposição fazer a obstrução que quiser, mantendo os Deputados em plenário.

Nós vamos aprovar o Fundo Soberano, nós vamos aprovar medidas provisórias. Mas é preciso ter gente aqui. E, com gente aqui, facilita-se a negociação. Também eu, se fosse Oposição e encontrasse facilidade na obstrução, a cada votação praticaria um dos atos facultados pelo Regimento.

Acho que o primeiro apelo tem de ser para o levantamento sóbrio da possibilidade de trazer Deputados. A partir disso, todos nós poderemos chorar as nossas mágoas, de um lado ou de outro. Mas, enquanto não estiverem 500 aqui,



num momento de crise como este que nós estamos vivendo... E o Parlamento tem de se pronunciar, sim. Mas nós não vamos nos pronunciar faltando 20% da Casa, porque a Oposição, com razão, vai fazer a sua obstrução, e vamos ficar horas aqui esperando cada votação.

Presença da base. E, a partir daí, a facilidade da negociação, pela presença da base.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu ia dizer exatamente isso. Eu reconheço que todo mundo aqui tem razão.

Agora, quando nós estamos numa parada deste porte, qual é o nosso desafio? Estabelecer prioridade; estabelecer o que é mais importante, para o País em primeiro lugar. E, por consequência, se acertarmos, a Câmara naturalmente crescerá com esta escolha. Esse é o desafio. Por isso eu provoquei — e esse é o termo — o debate, porque quero ouvir.



O SR. AYRTON XEREZ (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou ao microfone há algum tempo para falar pela Liderança do Democratas e para reiterar a V.Exa., que tem conseguido conduzir com sabedoria esta Câmara dos Deputados, que nós do Democratas, muito mais do que por um mero aspecto regimental, estamos nos batendo por um princípio: em situações de crise global como a que estamos vivendo, não faz sentido aprovar um Fundo Soberano.

Esta é a questão. Aliás, muito bem colocada pelo Líder Aleluia.

Nós temos de partir para uma discussão mais elevada. Portanto, a proposição que levamos à Situação, à base do Governo, é para que a urgência para a votação deste projeto do Fundo Soberano seja retirada. E nós, da Oposição, teremos o maior interesse em dar seqüência à pauta, como já fizemos em outras etapas do processo legislativo, neste ano e no ano que passou. Nós também queremos o melhor para o Brasil e entendemos que a votação desta matéria, o Fundo Soberano, em nada colabora, neste momento, para o tão desejado acordo entre a base do Governo e a Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou na seqüência do que ouvi: Deputado Fernando Coruja, pelo PPS; depois o Deputado Arnaldo Faria de Sá, pelo PTB; depois o Deputado José Aníbal, pelo PSDB; depois o Deputado Maurício Rands, pelo PT; e depois, pelo PMDB, Deputado Colbert Martins.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, rapidamente.

É uma questão de visão. Nós do PPS e da Oposição, de maneira geral, consideramos que a Medida Provisória nº 442 é 500 vezes mais importante do que o Fundo Soberano. Envolve a crise; uma crise que não existia no mundo desde 1929; a maior crise econômica da história da humanidade desde 1929. Evidentemente, temos de debater aqui. Queremos convocar o Ministro Mantega — há requerimento —, o Ministro Meirelles. Por isso nós estamos obstruindo, para que tenha uma ordem normal as coisas.

O PPS encaminha a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PPS está em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu lamento a posição de se criticar o Regimento da Casa. O Regimento da Casa serve para ambos os lados: para a Situação e para a Oposição. Eu acho que o Regimento é a nossa Bíblia. Nós temos de seguir o Regimento e não ficar criticando o Regimento, até porque ele serve tanto para um lado quanto para o outro. Quem reclama do Regimento, hoje, no Governo passado o usava.

Portanto, nós não podemos criticar o Regimento. O Regimento, na verdade, é a defesa do Plenário como um todo, dos acordos de Líderes, dos acordos da Mesa. E a única oportunidade dos Deputados para se manifestarem é em defesa do Regimento.

Portanto, Sr. Presidente, o Regimento é a Bíblia da Casa. A maioria dos Deputados desta Casa precisa do Regimento. Eu repilo qualquer crítica ao Regimento porque ele é a defesa do conjunto dos Parlamentares, acima dos Líderes e da Mesa.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado José Aníbal, do PSDB.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na quarta-feira passada, eu encaminhei, junto com os Líderes ACM e Coruja, posição contrária à Medida Provisória nº 435, argumentando que a forte valorização do dólar tornava inócuas aquela medida provisória.

De qualquer maneira, tive o cuidado e a responsabilidade de marcar um encontro com o Presidente do Banco Central, para que S.Exa. pudesse nos dizer se eu estava com a razão ou não, na ótica do Banco Central.

E lá fomos os 3 Líderes da Oposição. Durante 2 horas estivemos no banco; toda a Diretoria à nossa disposição; posteriormente, o Presidente do banco, que nos mostrou pelo menos 2 razões que tornavam relevante a aprovação daquela medida provisória: 1) permite ao Tesouro Nacional emitir títulos a favor do Banco Central, sem nenhum impacto além do meramente contábil; 2) permite que, nas relações bilaterais, operações de comércio exterior sejam feitas com as moedas locais, além de outras.

Nós saímos de lá com a decisão de vir para cá e votar a Medida Provisória nº 435, mesmo não havendo *quorum*, sem nenhum tipo de obstrução. Ato contínuo, estabelecemos negociação com o Líder do Governo e com os Líderes dos partidos da Situação para que pudéssemos fazer um acordo ainda maior: chegar à Medida Provisória nº 442, votando todas as medidas provisórias que estão entre o momento presente e a 442.

Acordo claro, singelo, a favor do Brasil.

A questão do Fundo Soberano se pôs, desde então, como obstáculo intransponível. Já foi argumentado o seu significado anticíclico; agora, a sua



relevância para o BNDES. Daqui a pouco, outra interpretação lhe será dada, o que mostra mais uma vez que não há nenhuma urgência nesta votação.

Mais do que isso, Sr. Presidente: eu falei com o Ministro da Fazenda, na quarta-feira. E disse a S.Exa. o seguinte: *“Favoreça o nosso entendimento, que hoje mesmo, quarta-feira, nós podemos avançar noutras medidas provisórias, de tal modo que, na semana que vem, na quarta-feira, teremos a 442 no plenário. E o Fundo Soberano, retirada a urgência...”* Até disse a S.Exa. que eram 30 dias, e são 45; mas no momento não me ocorreu lhe dizer que o Presidente poderia retirar da urgência e pautá-lo posteriormente a esse entendimento. E S.Exa. ficou de me dar uma resposta na quinta-feira. Não ligou mais.

Falei também com a Ministra da Casa Civil.

Agi com o espírito aberto, a favor do interesse público. Aqui, a nós do PSDB, Presidente, ninguém dará lição de interesse público. Nós votamos o PROER contra uma Oposição enfurecida, como votamos o Plano Real, o FUNDEF, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que são pilares do que é a economia brasileira hoje.

E é com esse mesmo senso de responsabilidade que volto a insistir: nós estamos, como disse o Deputado Chico, do PSOL, perdendo tempo. Nós estamos fazendo da Câmara dos Deputados, não a grande Casa que a Nação quer, para refletir e votar pelos interesses da Nação; nós estamos aqui numa pequena disputa, numa disputa menor: se votamos o Fundo Soberano agora ou se votamos o Fundo Soberano daqui a 2, 3, 4 semanas.

Isso é absolutamente irrelevante. E quero mais uma vez dizer: em queda-de-braço não há vencedor, quando se trata do Parlamento do Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Líder Maurício Rands, do PT.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero me dirigir ao Deputado José Aníbal e exatamente indagar-lhe: se é uma disputa menor... E acho que discutir a data da votação do Fundo Soberano seria, sim, uma disputa menor, mas a conduta da Oposição, até o momento, foi a seguinte: *“Olha, eu não quero votar e vou obstruir”*.

Quem está acompanhando o debate fica a se perguntar: *“Por que a obsessão? Por que a insistência em derrotar o Fundo Soberano, se nem 1 só argumento de conteúdo contra o Fundo Soberano aqui foi apresentado?”*

É preciso reconhecer que o Fundo Soberano está sendo proposto por um governo que está fazendo dar certo a economia brasileira. O Fundo Soberano tem o apelo da equipe econômica do Governo Federal, que pede ao Congresso Nacional um crédito; que, neste momento, o Congresso Nacional tenha equilíbrio, não faça disputa política menor e vote as medidas que podem ajudar o Brasil a criar esta proteção, que todos os países do mundo precisam ter neste momento de crise financeira no centro do capitalismo mundial, nos Estados Unidos e na Europa.

É essa a resposta que a Oposição está devendo. Ela não diz, Presidente Arlindo, qual é a objeção de mérito.

Nenhum de nós aqui quis vender ao País a idéia de que o Fundo Soberano é a solução para todos os problemas da economia brasileira, que é uma panacéia. O que estamos dizendo é que o Fundo Soberano é um instrumento anticíclico, é uma ferramenta que precisa ser votada pela Câmara dos Deputados para, depois, ser votada pelo Senado Federal. Então, é uma medida a mais.



E não existe qualquer explicação racional para essa insistência, sem dar argumento de mérito, de simplesmente ficar obstruindo, adiando a votação. Se é uma disputa menor, Líder José Aníbal, vamos votar. Quem for contra, votará “não”; quem achar que pode ser uma ferramenta a mais, para fortalecer o Brasil diante da crise financeira, votará “sim”.

O Relator Pedro Eugênio já disse várias vezes que está aberto para receber contribuições, para incorporar aperfeiçoamentos.

Então, nós queremos que essa questão do Fundo Soberano não seja objeto de disputa pequena. Não é Governo e Oposição; é o interesse do País. E não é só o Fundo Soberano: são as medidas provisórias que precisam ser votadas. É, portanto, a pauta do Congresso Nacional, que tem condições de dar a sua contribuição para que o Brasil continue atravessando a crise com a solidez hoje reconhecida no mundo inteiro.

Países emergentes como Brasil, Índia e China estão-se revelando com muito mais condição estrutural de atravessar uma crise financeira, com agilidade, com o sistema financeiro regulado.

E nós do Congresso Nacional devemos dar a nossa contribuição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está encerrada a votação.

Resultado de votação: "sim", 4; não, 258; "abstenção", 1. Total: 263.

FOI REJEITADO O REQUERIMENTO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se à discussão da matéria.

Para discutir contrariamente, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.
(*Pausa.*)

Deputado Cezar Silvestri. (*Pausa.*)

Deputado Luiz Carlos Hauly. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Abi-Ackel. (*Pausa.*)

Deputado Duarte Nogueira. (*Pausa.*)

Deputado William Woo. (*Pausa.*)

Deputado Arnaldo Madeira. (*Pausa.*) Abre mão.



O SR. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com o Partido dos Trabalhadores.

O SR. MARCOS ANTONIO (Bloco/PRB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Raul Jungmann. (*Pausa.*)

Deputado Carlos Alberto Leréia. (*Pausa.*)

Deputado José Carlos Aleluia. (*Pausa.*)



O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o meu partido, o Partido Progressista.

O SR. PEDRO EUGÉNIO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o meu partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta medida provisória foi editada em razão de um acordo construído no Senado após votação de uma medida provisória na Câmara, que se havia excedido, no meu entendimento, na negociação dos interesses de grupos distintos da área de fabricação de bebidas. Essa é a pura realidade.

No Senado, construiu-se um acordo no sentido de que seria editada uma nova medida provisória. Isso foi feito. Essa, portanto, é uma forma subsidiária que se utiliza no Parlamento para legislar pelo processo interativo, ou, como alguns dizem, pelo processo da tentativa e erro, passo a passo.

Esta medida provisória veio ao Parlamento e teve a sorte de ter como Relator o Deputado Odair Cunha. E eu tenho que saudar o Deputado, que é de um partido da base do Governo, mas que teve a paciência de conversar com todas as partes interessadas e teve prestígio junto à Receita Federal para negociar os interesses levantados por diversos Deputados. Assim S.Exa. chegou a uma proposta de consenso.

Sr. Presidente, em que pese medida provisória não ser o melhor método de elaboração de legislação, esta medida teve a sorte de evoluir no Parlamento — graças, evidentemente, ao trabalho dos Deputados, que se empenharam, mas, sobretudo, graças ao trabalho do Relator Odair Cunha.

Portanto, quero dizer que, embora nós não tenhamos absolutamente nada para opinar em relação à MP, ela não é prejudicial, na medida em que estabelece condições de convivência entre as grandes, as médias e as pequenas empresas.



Nós vamos votar a favor da medida provisória. Pelo menos eu tenho opinião a seu favor e vou aguardar a orientação do meu partido. Não vejo por que votar contra, na medida em que não estabelece nenhum tipo de polêmica que prejudique a sociedade ou nenhum segmento do setor produtivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para falar favoravelmente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali. (*Pausa.*) S.Exa. abriu mão.

Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa.*) S.Exa. abriu mão.

Deputado Tarcísio Zimmermann. (*Pausa.*) S.Exa. abriu mão.

Deputado Vicentinho. (*Pausa.*)

Deputado Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Deputado Ricardo Barros. (*Pausa.*)

Deputado Arnaldo Faria de Sá. (*Pausa.*)

NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Deputado Odair Cunha, na condição de Relator, para produzir, ao que parece, uma alteração em seu parecer.

O SR. ODAIR CUNHA (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na hora da digitação do parecer, sumiu o texto do art. 58-T. Por isso, estou incluindo o que "desapareceu" — entre aspas.

"Art. 58-T.....

§ 2º As pessoas jurídicas de que trata o caput poderão deduzir da Contribuição para o PIS/PASEP ou da COFINS, devidas em cada período de apuração, crédito presumido correspondente ao ressarcimento de que trata o § 3º do art. 28, da Lei nº 11.488, de 2007," (...)

Eu vou incluir, agora, o que já está no original da medida provisória:

(...) "efetivamente pago no mesmo período".

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Indago ao Plenário se está clara a alteração, que foi feita para suprir uma falha de digitação. (*Pausa.*)

Não há dúvida, então, quanto ao conteúdo. É isso? (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se à votação da matéria.

Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos regimentais, o adiamento da votação por 2 sessões da Medida Provisória nº 436/08, constante do item 1 da presente Ordem do Dia”.

Assina a Liderança do Democratas.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, que falará contra a matéria. (*Pausa.*)

O SR. MAURO LOPES (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei o meu partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands, que falará contra o requerimento de adiamento da votação por 2 sessões.

O SR. MAURÍCIO RANDS - Sr. Presidente, o Deputado Pedro Eugênio vai fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio, que falará contra o requerimento de adiamento da votação por duas sessões.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco ouvimos o nobre Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, lamentar que estivéssemos aqui perdendo tempo com questões menores, no que foi contraposto pelo nosso Líder, o Deputado Maurício Rands.

Essa discussão e a nossa decisão de nos colocarmos contra esse requerimento de adiamento de votação servem exatamente para mostrar com clareza que a Oposição está fazendo uma obstrução, cuja responsabilidade tem que assumir, e o faz para tentar evitar a aprovação de um importante instrumento de desenvolvimento, o Fundo Soberano.

Como Relator da matéria, Sr. Presidente, gostaria de ouvir argumentos sólidos, consistentes, que contestassem a importância do Fundo Soberano, um fundo anticíclico, que, como tal, tem em seu interior instrumentos que permitem ao Governo atuar tanto em momentos de expansão, como aquele em que vivíamos há pouco tempo, quanto em momentos de ameaça de retração — apesar de o Brasil não estar em processo de retração, porque está blindado pela política macroeconômica coerente e consistente do Governo Lula. No entanto, já sofremos o



problema do crédito. E tivéssemos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, já o Fundo Soberano em funcionamento, poderia ele estar financiando o câmbio, a partir do momento em que ele faltou momentaneamente, em razão da quebra deixa dos bancos internacionais, que até então financiavam as nossas exportações.

O Fundo Soberano é um instrumento muito importante para a economia, muito caro para os empresários exportadores, mas principalmente caro e importante para a sociedade brasileira.

Poderíamos, Sr. Presidente, nos alongar mais sobre esta tão relevante matéria, mas não vamos fazê-lo, porque neste momento o que nós queremos destacar é que a postura da Oposição de se contrapor à criação de um instrumento importante que o Governo em boa hora tomou a iniciativa de apresentar a esta Casa não guarda coerência, não tem consistência técnica e econômica, agride a necessidade da Nação brasileira.

Não é uma questão de ser oposição ou situação, mas de observar as necessidades e os interesses desta Nação. Portanto, à aprovação de requerimentos que procuram tornar difícil e demandar mais tempo para a votação ou obstruir o processo democrático de discussão de uma matéria relevante como esta temos que nos colocar contra.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Votei com a bancada, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Ayrton Xerez, que falará a favor da matéria.

O SR. AYRTON XEREZ (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Oposição, na primeira fase da atual Legislatura, tem alertado as autoridades do Governo Federal, em especial as do Poder Executivo, sobre o problema da gastança. Desta tribuna, temos chamado a atenção para a edição de dezenas de medidas provisórias que aumentam o número de cargos no Executivo e aumentam o valor de salários, sobretudo nesse Poder. Temos também chamado a atenção para a ampliação do crédito, o que permitiu a dezenas de milhares de chefes de família comprar produtos duráveis, tais como automóveis e eletrodomésticos, para pagar em até 6 anos — 72 meses de crédito!

E agora há uma crise, que vai chegar aqui, se é que ainda não chegou. Disseram-me hoje que a atual greve dos bancos foi criada artificialmente para evitar que o pequeno comerciante desconte a sua duplicata, a sua promissória. Por isso os bancos continuam com as agências fechadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte e aqui em Brasília. Até a agência que atende aos Deputados está em greve. Eu nunca vi isso na minha vida!

Agora a Oposição tem uma postura: achamos que só pode ser criado o Fundo Soberano quando o País estiver com superávits evidentes, com despesas de transações correntes no azul. Não é o caso do Brasil!

Por isso, Sr. Presidente, somos contrários ao Fundo Soberano. Esta é uma posição em defesa do Brasil, em defesa da sociedade brasileira.

Pelo mesmo motivo, a despeito da importância desta medida provisória, somos favoráveis ao adiamento da votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para orientar a bancada, tem a palavra o Democratas.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós orientamos com o voto favorável ao requerimento de adiamento de discussão, pelos mesmos motivos já expostos pelo Deputado Ayrton Xerez.

Nós insistimos em que o Governo se sensibilize, tome consciência da crise financeira mundial que irá refletir em nosso País — já está refletindo — e retire a urgência constitucional da matéria, para que, aí sim, possamos votar as medidas provisórias que trancam a pauta, os projetos de leis e a Medida Provisória nº 442, que, esta sim, trata do socorro, da ajuda aos bancos.

Sr. Presidente, votamos pelo adiamento da discussão da Medida Provisória nº 436, de 2008, por 2 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como orienta a Liderança do PSDB?

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta no mesmo sentido, também favorável ao requerimento de adiamento desta votação por 2 sessões.

Entendemos que o Governo Federal, por intermédio do Presidente da República, poderia retirar a urgência do Fundo Soberano, para permitir maior discussão de matéria tão relevante para a economia mundial e para a economia nacional.

O PSDB votará favoravelmente ao requerimento, para adiar, por 2 sessões, esta votação.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta o voto “não”, Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento de adiamento de votação no seguinte teor:

“Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 193, combinado com o art. 117, X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da votação por 1 sessão da Medida Provisória nº 436/08”.

Assina a Liderança do PSDB.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands, que falará contra a matéria.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE. Sem revisão do orador.) - “Não”, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Paulo Renato Souza, que falará a favor da matéria.

O SR. PAULO RENATO SOUZA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quanto ao conteúdo da medida provisória, não temos observações a fazer. Como já foi dito aqui, já há consenso na Casa. Apresentamos este requerimento de adiamento por 1 sessão em função da pauta que temos à nossa frente, com 5 medidas provisórias e 3 ou 4 projetos de lei tramitando com urgência constitucional. Nenhum destes projetos tem gravidade ou relevância suficiente para impedir que discutamos aqui o que é mais importante: a crise internacional e a maneira como ela já está afetando gravemente a economia brasileira.

O Governo nos enviou a Medida Provisória nº 442, que estará pronta para vir a este plenário na semana que vem, ainda sem trancar a pauta. O que nós queremos, Sr. Presidente, é liberar a pauta das medidas provisórias e retirar a urgência constitucional dos projetos que estão aí — matérias que podem ser discutidas com tempo, com calma.

O projeto do Fundo Soberano e outros 2 projetos da área da educação não têm urgência que justifique a necessidade de uma apreciação agora pela Câmara. Poderíamos então, na semana que vem, aprovadas as medidas provisórias, passar a discutir realmente a Medida Provisória nº 442, que trata do apoio para que o Banco Central tenha condições de enfrentar a crise e dar liquidez à economia brasileira.

Até tenho emendas à Medida Provisória nº 442, apresentadas sexta-feira passada, para aperfeiçoá-la. Somos absolutamente favoráveis a ela, não vamos questionar sua essência. Reconhecemos a urgência e relevância. Aliás, de todas as



medidas provisórias apresentadas este ano, Sr. Presidente, não reconheço urgência e relevância em quase nenhuma. Para esta, entretanto, a Medida Provisória nº 442, há urgência e relevância. E temos sugestões a fazer. Como eu disse, já apresentei 2 emendas. E outros Deputados e Senadores certamente farão observações. Queremos tratar desse ponto, que é o mais relevante, o mais urgente a ser discutido no Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, nosso pedido de adiamento da votação por 1 sessão está ligado a esse protesto, digamos assim, pelo fato de o Governo nos enviar projetos que não têm urgência nem relevância, em detrimento de matérias, estas sim, importantes.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar, tem a palavra o PSDB.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vários Líderes do Governo vêm aqui pedir para cedermos. Ora, a Oposição quer votar tudo, quer votar a medida importante, mas estão jogando a culpa em nós. Isso é birra do Governo! Não estamos dizendo que não vamos votar. O acordo de que o senhor está patrocinando é muito bom para o Governo e para as Oposições. Isso é birra do Governo, é briga interna do Governo, Banco Central *versus* Ministério da Fazenda!

Por que o Governo não topa o acordo? Estamos dispostos a votar rapidamente as medidas provisórias, e depois, na seqüência, o Fundo Soberano. Mas é preciso acabar com essa birra de *Kramer versus Kramer*, de Governo *versus* Governo.

O Banco Central ainda não se pronunciou. O Banco Central precisa comandar a economia, não pode ficar essa briga interna do Governo, a Fazenda dizendo uma coisa, o Banco Central dizendo outra. O Governo precisa reunir seus Líderes e acatar o acordo que o senhor está propondo.

O voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o Democratas?

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é curiosa a má vontade do Governo diante das matérias aqui apreciadas e votadas. A propósito, quero elogiar o esforço de V.Exa. em tentar conduzir um acordo que resultaria na tirada da urgência constitucional da matéria e na apreciação das 5 medidas provisórias e dos 4 projetos de lei.



O Governo insiste em não retirar a urgência constitucional. É claro que nas entrelinhas existe uma explicação, e digo a V.Exa. que não se trata de o Governo querer ajudar as empresas ou os bancos. O que há é uma intenção do Governo de mudar a autonomia, de aumentar o poder do Governo de nomear os quadros do conselho que irá formar a gestão do Fundo Soberano.

Sr. Presidente, em respeito ao povo brasileiro e à economia do nosso País, o Democrata orienta o voto “sim” ao requerimento de adiamento da discussão por 1 sessão.



O SR. MIGUEL MARTINI (PHS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, acompanhei o partido nas outras votações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento de adiamento da votação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. LÉO ALCÂNTARA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, segui a orientação do meu partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento para que a votação seja feita artigo por artigo no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 117, XIII, do Regimento Interno, que a votação da Medida Provisória nº 436/08 seja feita artigo por artigo”.

Assina a Liderança dos Democratas.

Antes há outro requerimento sobre a mesa, de verificação de votação:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja concedida a verificação de votação do requerimento que solicita a votação da Medida Provisória nº 436/08 artigo por artigo (quebra de interstício)”.

Assina a Liderança dos Democratas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PSB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com meu partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Jorginho Maluly, que falará a favor da matéria.

O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, eu conversava há pouco com o Líder Maurício Rands, embora eu não seja o Líder titular, que é o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Está claro que travamos uma batalha política aqui na Casa, e uma batalha que, no meu entendimento, poderia ser resolvida facilmente.

V.Exa. já fez, como sempre, uma tentativa de resgatar aquilo que V.Exa. mesmo prometeu quando se elegeu Presidente da Casa: a imagem do Congresso Nacional. Entendo, Sr. Presidente, que, neste momento, a grande polêmica, a grande batalha, digamos assim, gira em torno do Fundo Soberano.

Já vi, neste ano e meio que estou aqui, o Governo retirar medidas provisórias quando era do seu interesse aprovar determinada matéria e logo em seguida reeditar medida provisória idêntica à que foi retirada, para aprová-la no momento conveniente.

Sr. Presidente, por que agora não poderíamos deixar de ter a urgência do Fundo Soberano, agilizarmos as votações e, com isso, ganharmos algum tempo para que esse diálogo evolua nas reuniões que V.Exa. comanda na Presidência da Casa com os Líderes, para que, aí sim, chegarmos a um consenso? E, se não chegarmos, quem tem voto vota, quem não tem não vota.

Portanto, Sr. Presidente, o apelo que volto a reiterar a V.Exa., ao Líder Maurício Rands, ao Líder Henrique Fontana, aos Líderes da base do Governo é para que atendam ao pedido de V.Exa., que tirem o pedido de urgência do projeto de lei que trata do Fundo Soberano, porque, aí sim, Presidente Arlindo, vamos caminhar



para o que todos queremos: agilizar o processo de votação e, com um pouco mais de prazo, debater o Fundo Soberano de maneira mais tranquila.

Neste sentido, Sr. Presidente, é que estamos entrando com esse requerimento de votação de quebra de interstício. Com isso, claro, a batalha estará travada aqui, estará na pauta. O Governo de hoje já foi Oposição ontem, já se utilizou desses requisitos, desses procedimentos perfeitamente previstos no Regimento Interno da Casa, no sentido de fortalecer a democracia. Democracia é isso. Ditadura é quando se impõe as coisas, e as temos que engolir goela abaixo. Governo faz papel de governo; Oposição faz papel de oposição.

Isto, Sr. Presidente, é o que apelo, insistentemente, ao Líder Maurício Rands, que está aqui, para que entre em contato com o Líder Henrique Fontana, com a Casa Civil, com o próprio Presidente, com sua assessoria. Tenho certeza, Líder Henrique, de que 1 semana a mais, ou 2, 3 dias em que não aprovarmos o Fundo Soberano, não vai complicar o Governo Federal nem o Brasil neste momento.

Por isso, Sr. Presidente, fazemos este requerimento de quebra de interstício, para podermos ganhar tempo, continuar brigando politicamente, mas rigorosamente dentro do Regimento Interno.

Para finalizar, Sr. Presidente, vamos atender a seu apelo. Aí, sim, vamos conseguir fazer o que todos queremos, que é votar!



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar contra, Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa.*)

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, voto “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. VANDER LOUBET (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido nas votações anteriores.



O SR. AYRTON XEREZ - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AYRTON XEREZ (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Jorginho Maluly quando fez o encaminhamento foi extremamente didático, pedagógico. S.Exa. orienta a todos no sentido de que muitas vezes mais vale um mau acordo do que a má briga.

Nós, do Democratas, estamos orientando pela verificação de presença pela quebra do interstício por conta de que precisamos adiar esta votação. Para nós, essa é a pedra de toque.

Por isso, o Democratas vai entrar em obstrução pela defesa do princípio da verificação em Plenário.

O SR. LOBBE NETO - Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB também votará a favor deste requerimento de quebra interstício por entender que esta matéria precisa ser melhor analisada.

O PSDB entende, de acordo com o requerimento do DEM, que precisamos solicitar que o Governo, por intermédio da Presidência da República, retire, em caráter de urgência, o Fundo Soberano para que possamos discutir o que está ocorrendo na questão mundial, global, na economia, o que estará acarretando no Brasil. A dona-de-casa está sentindo no bolso, ela que vai ao supermercado no dia-a-dia, que o preço do arroz subiu, assim como o do feijão, do pãozinho. Tudo está subindo. Por isso temos de votar a medida, que é importante no que diz respeito à economia.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar, PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, estamos numa luta, obstruindo a votação de uma medida provisória que poderia ser perfeitamente votada rapidamente se o Governo retirasse a urgência do Fundo Soberano.

Queremos votar a Medida Provisória nº 442 com a pressa que ela merece, mas não queremos votar o Fundo Soberano, por entendermos inadequado, inapropriado, fora do contexto. Não conseguimos entender o porquê da insistência do Governo em votar o Fundo Soberano. Deve ter alguma coisa que não está ao meu alcance, que não consegui compreender, que foge da minha capacidade de entendimento, porque não compreendemos o que está acontecendo. Há uma crise global, queremos votar a medida provisória, mas o Governo insiste no Fundo Soberano.

Encaminhamos “sim” a este requerimento, para cumprir o nosso objetivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. ALBERTO SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO SILVA (Bloco/PMDB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero justificar o voto. Na votação anterior votei com meu partido, PMDB.

O SR. FELIPE BORNIER (PHS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação votei com meu partido.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com meu partido.

O SR. MARCELO ITAGIBA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

"Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 117, XIII, do Regimento Interno, que a votação da Medida Provisória nº 436/08 seja feita artigo por artigo".



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar favoravelmente, tem a palavra o Deputado Felipe Maia. Dado que temos 4 minutos, S.Exa. usará 3 minutos, impreterivelmente, porque vou tentar votar.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Sem revisão do orador.) - Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, apresentamos requerimento de votação da Medida Provisória nº 436, artigo por artigo, por entender que é importante nos aprofundarmos no parecer do Relator Odair Cunha.

O Relator apresentou uma correção no seu parecer, no art. 58, I, § 2º, ou seja, na página 17 do seu relatório, às 18h52min. Alguns Deputados presentes a esta sessão ainda estão lendo o relatório. Não podemos analisar esse parecer da forma como foi apresentado antes das alterações. É importante nos aprofundarmos em cada um dos artigos.

Além do que, Sr. Presidente, não podemos deixar de ressaltar uma curiosidade do Democratas. No texto do Fundo Soberano é dito que o Fundo é proposto para formar poupança pública, para mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e para promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior. O que me deixa curioso, e assim também a bancada do Democratas, é que o Governo não aceita a proposta de V.Exa., que, com tanto esforço, no início desta sessão, tentou chegar a um consenso, a um ponto comum entre Oposição e Governo, para que fosse retirada a urgência constitucional e fossem aprovadas e analisadas as medidas provisórias e os projetos de lei que trancam a pauta.

Mas ouso, Sr. Presidente, dar a minha opinião, a opinião do Democratas. O Governo não aceita isso porque não está de todo preocupado com as empresas do



País. O Governo não está de todo preocupado com o setor produtivo do Brasil, o Governo não está preocupado, Sr. Presidente, com os bancos, que podem vir a enfrentar uma grave crise que já atinge a Europa e a Ásia. O Governo está preocupado, sim, Sr. Presidente, em fixar mais poderes para o Governo Federal com a instituição do Conselho Deliberativo do Fundo Soberano, cujos membros disporão sobre sua competência e estrutura.

O que o Governo quer é aumentar sua competência, seu poder, abrir um leque de cabos para que a bancada governista possa dispor, em sua estrutura, de mais um conselho deliberativo.

Somos a favor do Brasil.

Vamos tirar a urgência constitucional. Vamos votar!



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar, PSDB.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vai orientar no sentido de que votemos favoravelmente ao requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Alguém quer justificar a ausência?

O SR. MARCELO TEIXEIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. DILCEU SPERAFICO (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei com o partido.

A SRA. MARIA DO CARMO LARA (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, votei com o partido.



O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que zerasse o painel.



O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. MARCELO ITAGIBA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Sr. Presidente, votei com o meu partido na última votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Posso manter o painel? (*Pausa.*)

Não?! (*Pausa.*)

Não se pode manter o painel. Vou encerrar a sessão.



O SR. ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vamos cerrar o painel e reabri-lo em seguida.



VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Encerro a sessão, convocando para hoje, terça-feira, dia 14 de outubro, às 20h05min, sessão extraordinária da Câmara dos Deputados com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 238.2.53.O
Data: 14/10/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176/4171

(Encerra-se a sessão às 20 horas.)